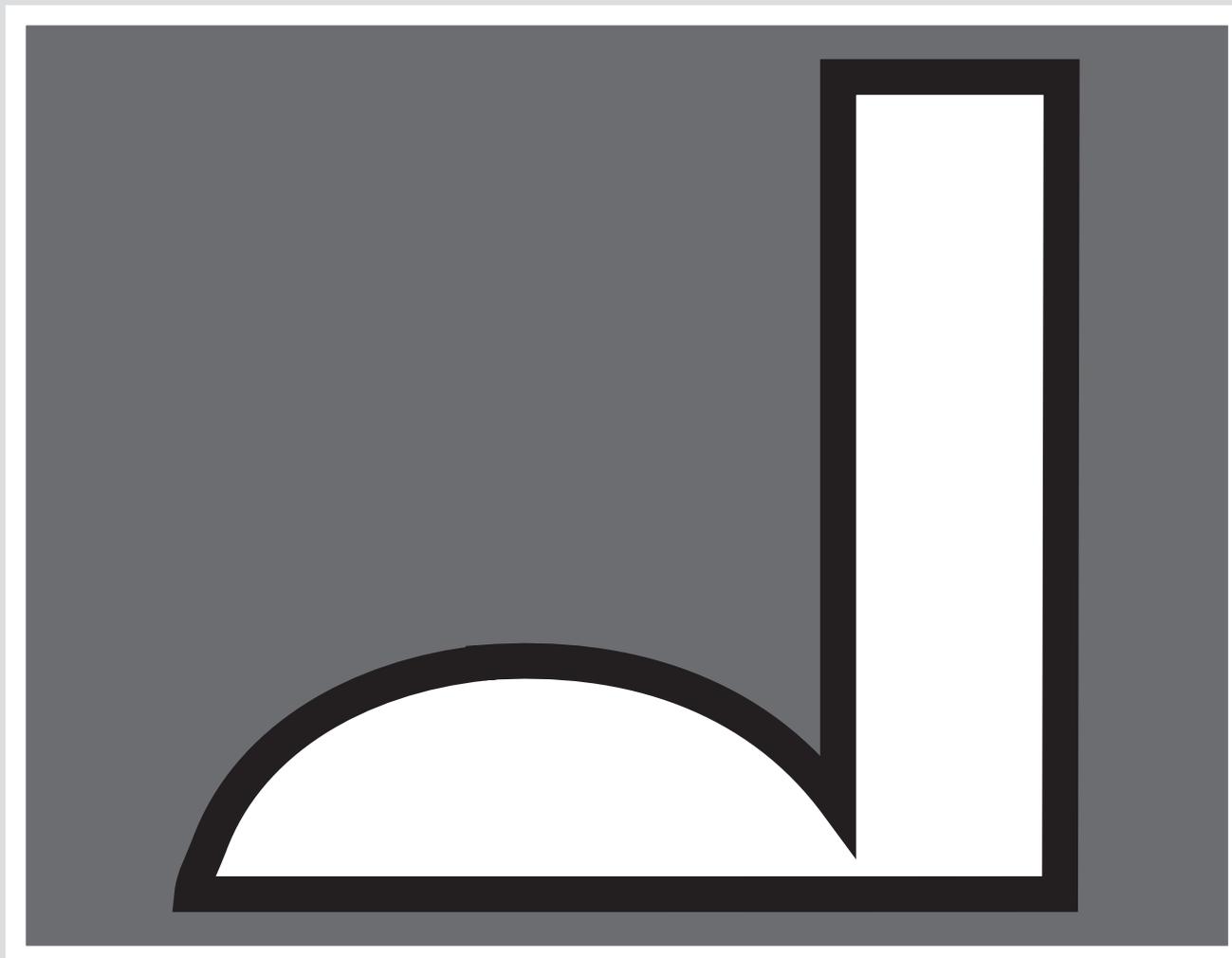




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA**

**Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 31 de outubro de 2010)**

e

Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões

ANO LXV – SUP. AO Nº 179 – QUINTA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 2010 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO Mão Santa - (PSC-PI)	4ª SECRETÁRIA Patrícia Saboya - (PDT-CE)
1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - César Borges - (PR-BA)	
2ª VICE-PRESIDENTE Serys Silhessarenko - (PT-MT)	2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)	
1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI)	3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)	
2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)	

LIDERANÇA

<p>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 29</p> <p>Líder Vago (1)</p> <p>Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner (11) João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana</p> <p>Líder do PSDB - 16 Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p> <p>Líder do DEM - 13 Antonio Carlos Júnior (14)</p> <p>Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais</p>	<p>Maioria (PMDB/PP) - 18</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Almeida Lima (12) Valdir Raupp (5) Regis Fichtner (13,15) Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Vago (10) Almeida Lima (12) Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,6,7,9)</p> <p>Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 17</p> <p>Líder Aloizio Mercadante - PT</p> <p>Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PT - 8 Aloizio Mercadante</p> <p>Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3)</p> <p>Líder do PR - 4 João Ribeiro</p> <p>Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p>
<p>PTB - 7</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Vago (18)</p>	<p>PSOL - 1</p> <p>Líder José Nery - PSOL</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Vago (18)</p>
<p>PDT - 6</p> <p>Líder Osmar Dias - PDT</p> <p>Vice-Líder Acir Gurgacz</p>	<p>PSC - 1</p> <p>Líder Mão Santa - PSC</p>	
	<p>PV - 1</p> <p>Líder Marina Silva - PV</p>	

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
6. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
8. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
9. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
10. Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
11. Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010, conforme Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 4 de maio de 2010, tendo retornado ao exercício do mandato em 05.09.10.
12. Senador Almeida Lima indicado para a 1ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 86/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de junho de 2010).
13. Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010.
14. Senador Antonio Carlos Júnior passou a exercer a Liderança do Democratas, interinamente, enquanto perdurar o afastamento do Senador José Agripino, nos termos do Ofício publicado em 8.7.2010.
15. Senador Regis Fichtner indicado para a 3ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 114/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 2 de agosto de 2010).
16. Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 5 de agosto de 2010.
17. O Senador Neuto De Conto retornou ao exercício do mandato em 1.10.2010 (OF.INT.GSNC nº 40/2010).
18. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

EXPEDIENTE	
<p>Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editorações e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 31 de outubro de 2010)	
1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES	
1.2.1 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	
Ata da 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de setembro de 2010.....	52
1.2.2 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	
Ata da 22ª Reunião Extraordinária, realizada em 13 de julho de 2010.	67
1.2.3 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	
Ata da 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º de setembro de 2010.	80



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**4ª Sessão Legislativa Ordinária da
53ª Legislatura - 2010**

**Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
Outubro/2010**

**A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
FEDERAL**

Sessões plenárias do Senado Federal
01 a 31/10/2010

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Ordinária	3
Não Deliberativa	10
Total de sessões realizadas	13
Reunião	4
Reunião não realizada	3
Total de sessões não realizadas	7

Quadro Geral de Matérias
01 a 31/10/2010

	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Total
PDS	37	37
Total	37	37

Quadro de Requerimentos* 01 a 31/10/2010

Natureza	Total
Audiência de determinada comissão na tramitação de alguma matéria	1
Missão (em representação do Senado Federal -RISF, art. 40 e 41)	16
Pesar, congratulações e assemelhados	10
Retirada de matéria	2
Tramitação conjunta	4
Total Geral	33

* No período de 01 a 31/10/2010 foram apreciados outros requerimentos, não-autônomos (vinculados a outra matéria), que não constam nesta resenha.

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa

01 a 31/10/2010

	CD	Total
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	37	37
Total	37	37

**Quadro de Requerimentos de Licença
(Sem ônus)
01 a 31/10/2010**

Fundamentação – RISF	Total
Art. 13 ⁽¹⁾	62
Art. 40 ⁽²⁾	0
Art. 43, I ⁽³⁾	5
Art. 43, II ⁽⁴⁾	4
Total Geral	71

(1) Missão política ou cultural de interesse parlamentar;

(2) Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;

(3) Licença para tratamento de saúde; e

(4) Licença para tratar de interesses particulares.

Observação: requerimentos de licença, com ônus, são aprovados pelo Plenário e encontram-se contabilizados no Quadro de Requerimentos.

Resenha Consolidada
Sessões plenárias do Senado Federal
02/02 a 31/10/2010

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Extraordinária	18
Deliberativa Ordinária	68
Especial	8
Não Deliberativa	78
Para Premiações**	1
Total de sessões realizadas	173
Reunião	17
Reunião não realizada	13
Total de sessões não realizadas	30

** A partir da presente data, serão computadas separadamente as sessões especialmente convocadas para premiações.

Quadro Geral de Matérias 02/02 a 31/10/2010

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, §1º do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Total
PEC	9	-	-	-	1	0	2	12
PLC	37	62	1	2	5	0	0	107
PLS	2	153	7	18	7	8	11	206
SCD	4	0	0	0	0	0	0	4
ECD	0	0	0	0	1	0	0	1
PDS	53	589	0	0	0	0	0	642
PRS	53	3	0	0	1	0	0	57
MSF	51	-	-	-	-	0	0	51
OFS	3	-	-	-	-	6	0	9
Total	212	807	8	20	15	14	13	1.089

Quadro Geral de Medidas Provisórias
02/02 a 31/10/2010

	Aprovada na íntegra	Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas	Total
MEDIDA PROVISÓRIA	8	1	-	-	9
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	-	-	5	1	6

Quadro de Requerimentos 02/02 a 31/10/2010

Natureza	Total
Alteração de despacho	2
Audiência de determinada comissão na tramitação de alguma matéria	57
Auditoria (CF, art. 71, incisos IV e VII)	6
Criação ou alteração de comissão temporária	3
Desapensamento de matérias	17
Homenagem de pesar (RISF, art. 218 e seguintes)	1
Inclusão em Coleções do Senado Federal	1
Informações (CF, art. 50, § 2º; RISF, art. 216)	47
Licença Saúde (art. 43, inciso I do RISF - superior a 120 dias)	1
Licença Saúde / Interesse Particular	10
Missão (em representação do Senado Federal -RISF, art. 40 e 41)	69
Não realização de sessão (art. 154, § 6º, inciso II do RISF)	2
Pesar, congratulações e assemelhados	355
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	3
Prorrogação de comissão temporária	2
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	39
Retirada de matéria	24
Sobrestamento	2
Tramitação conjunta	58
Urgência para matéria	8
Voto de aplauso ou semelhante (RISF, art. 222)	1
Voto de censura (RISF, art. 223)	1
Total Geral	709

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa
02/02 a 31/10/2010

	PRES REP	SF	CD	TST	STM	CN	MPU	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	32	-	60	5	1	-	1	99
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	155	-	-	-	-	-	155
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	8	1	632	-	-	1	-	642
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	-	56	-	-	-	-	-	56
Total	40	212	692	5	1	1	1	952

**Quadro de Requerimentos de Licença
(Sem ônus)
02/02 a 31/10/2010**

Fundamentação – RISF	Total
Art. 13 ⁽¹⁾	642
Art. 40 ⁽²⁾	6
Art. 43, I ⁽³⁾	46
Art. 43, II ⁽⁴⁾	55
Total Geral	749

(1) Missão política ou cultural de interesse parlamentar;

(2) Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;

(3) Licença para tratamento de saúde; e

(4) Licença para tratar de interesses particulares.

Observação: requerimentos de licença, com ônus, são aprovados pelo Plenário e encontram-se contabilizados no Quadro de Requerimentos.

Matérias apreciadas pelo Senado Federal 01 a 31/10/2010

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 37

1. À promulgação. Total: 37

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 37

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 271/2010	Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO COMUNICAÇÃO LMW LTDA.-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jauru, Estado de Mato Grosso.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 281/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PARA O FOMENTO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO RIO VERDENSE - ÁGUAS DO PANTANAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Verde de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 308/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL POETA LEONE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aratuípe, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 333/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO POVOADO PEDRAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 343/2010	Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ESTRELA POLAR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapeva, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 356/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO E LAZER DE CARNEIRINHOS - ACDLC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 358/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA DR. JUCA RIBEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sacramento, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 363/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PORTO ALEGRE DE CURITIBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 368/2010	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV DESAN TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaxupé, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 369/2010	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO LITORAL NORTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Américo Brasiliense, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 370/2010	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO NATIVA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipaba, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 37

1. À promulgação. Total: 37

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 37

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 385/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ESTAÇÃO COCAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 393/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MISSÃO EVANGÉLICA EL SHADAY para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 406/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA PARAÍSO DE RIOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anitápolis, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 409/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO SANTO ANTÔNIO DE LISBOA - ACSAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Japira, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 415/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JUNCO - ASCOMJU para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Granjeiro, Estado do Ceará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 417/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CLUB DE NOVA AURORA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nova Aurora, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 433/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE VARGEM GRANDE PAULISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vargem Grande Paulista, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 434/2010	Aprova o ato que outorga permissão à REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO FENEBI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tacuru, Estado de Mato Grosso do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 454/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DO PORTAL DO JALAPÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Acordo, Estado do Tocantins.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 458/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ROSÁRIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Correntina, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 463/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DE RADIOCOMUNICAÇÃO DA CIDADE DE PAULISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulista, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 469/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ARTÍSTICA E CULTURAL DE ITU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itu, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 37

1. À promulgação. Total: 37

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 37

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 484/2010	Aprova o ato que outorga permissão à TROPICAL DO AGRESTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lajedo, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 489/2010	Aprova o ato que outorga concessão à CDIN - CANAL DIGITAL INTERNACIONAL DE NOTÍCIAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 505/2010	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SOM ALVORADA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranã, Estado do Tocantins.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 506/2010	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à DIVISA FM STÉREO DE OURINHOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 511/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA UM NOVO AMANHÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 513/2010	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FORTALEZA FM BAURU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 515/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LEÃO DE JUDÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 536/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA ALTO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 539/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA SÃO VALENTINENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Valentim, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 543/2010	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à CARAJÁS FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 557/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE CULTURA E COMUNICAÇÃO DE SALINÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salinópolis, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 570/2010	Aprova o ato que outorga permissão à SBC - RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia do Pará, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 37**1. À promulgação. Total: 37****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 37**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 576/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA IZABEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010
PDS 588/2010	Aprova o ato que outorga permissão à SBC - RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curralinho, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/10/2010

Matéria: Requerimento. Total: 33

Deferida pela Mesa. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 728/2010	Tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2010, com o Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2009.	Inácio Arruda	14/10/2010
RQS 731/2010	Tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2006-Complementar, com o Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2009-Complementar.	Romero Jucá	14/10/2010
RQS 743/2010	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 458, de 2009, e 325, de 2006.	Eduardo Suplicy	14/10/2010

Deferida pela Presidência (art. 41 do RISF). Total: 16

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 807/2010	Requer, nos termos dos artigos 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para se ausentar dos trabalhos da Casa, no período de 12 a 19 de outubro de 2010, para participar dos trabalhos da 65ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, na qualidade de observador Parlamentar.	João Faustino	04/10/2010
RQS 808/2010	Requer, nos termos do art. 40 combinado com o art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior, sua participação no dia 8 de outubro de 2010, nos trabalhos da Reunião da Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul, que se realizará na cidade de Montevidéu, no Uruguai. Comunica ainda que estará ausente do País no período de 7 a 9 de outubro de 2010.	Sérgio Zambiasi	04/10/2010
RQS 812/2010	Requer, nos termos dos artigos 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 17 a 20 de outubro de 2010, para comparecer à Conferência que abordará o tema "Segurança Cibernética: Administrando Riscos", no Reino Unido. Comunica ainda, que estará ausente do País no mesmo período.	Eduardo Azeredo	07/10/2010
RQS 813/2010	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos do Senado Federal, no período de 19 a 21 de outubro de 2010, para participar do 3º Fórum sobre os Direitos Humanos em Beijing, China. Comunica, ainda, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 18 a 22 de outubro de 2010.	José Nery	07/10/2010
RQS 814/2010	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos do Senado Federal, no período de 28 a 31 de outubro de 2010, para participar da XXXVI Conferência Europeia de Coordenação de Apoio ao Povo Saharai, na cidade de Le Mans, França. Comunica, ainda, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 23 a 31 de outubro de 2010.	José Nery	07/10/2010
RQS 818/2010	Requer, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para comparecer, como Parlamentar do Mercosul - legislatura 2007-2010, à XXVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, na sede do Parlamento, na cidade de Montevidéu - Uruguai, no período de 18 a 19 de Outubro de 2010; comunica, ainda, nos termos do art. 39, I, que estará ausente do país nesse período.	Cristovam Buarque	14/10/2010
RQS 819/2010	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 17 e 19 de outubro de 2010, para participar da XXVI Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai, e comunica, nos termos do art. 39, que estará ausente do País nesse período.	Aloizio Mercadante	14/10/2010
RQS 820/2010	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar do V Curso Anual de Direitos Humanos - CADH, como membro titular da Representação Brasileira do Mercosul, a realizar-se entre os dias 19 e 21 de Outubro de 2010, na cidade de Joinville, Santa Catarina.	Geraldo Mesquita Júnior	14/10/2010

Matéria: Requerimento. Total: 33

Deferida pela Presidência (art. 41 do RISF). Total: 16

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 821/2010	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art.40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar de Audiência Pública para elaboração do "Informe Anual sobre a Situação dos Direitos Humanos nos Estados Partes do Mercosul", da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do MERCOSUL, a realizar-se na cidade de Buenos Aires, Argentina, no próximo dia 25 de outubro de 2010, informa, ainda, que estará ausente do país no período de 24 a 26 de outubro de 2010, para participar do referido evento.	Geraldo Mesquita Júnior	14/10/2010
RQS 822/2010	Requer, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como desempenho oficial de atividade parlamentar a participação na XXVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai, no período de 18 a 19 de outubro de 2010, comunica, ainda, nos termos do artigo 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do país, no período de 17 a 19 de outubro de 2010, para participar do supacitado evento.	Inácio Arruda	18/10/2010
RQS 823/2010	Requer, nos termos do inciso II, "a", do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para participar da XXVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, a ser realizada nos dias 18 e 19 de outubro de 2010, em Montevidéu, Uruguai.	Neuto de Conto	18/10/2010
RQS 824/2010	Requer, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença entre os dias 17 a 20 de outubro de 2010, para participar de XXVI Sessão Plenária do MERCOSUL, nos dias 18 e 19 de outubro, na Cidade de Montevidéu - Uruguai.	Efraim Morais	18/10/2010
RQS 817/2010	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa a fim de participar, como Observador Parlamentar, da 65ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, no período de 31 de outubro a 9 de novembro de 2010, comunica ainda nos termos do art. 39 que estará ausente do País no mesmo período.	Sérgio Zambiasi	20/10/2010
RQS 825/2010	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa nos dias 1º a 5 de novembro de 2010, para participar dos trabalhos da 65ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, como Observador Parlamentar, comunica, ainda, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 31 de outubro a 6 de novembro de 2010.	Francisco Dornelles	20/10/2010
RQS 826/2010	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 28 de outubro a 08 de novembro de 2010, para participar da 65ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, EUA; e comunica, nos termos do seu art. 39, que estará ausente do país nesse período.	Roberto Cavalcanti	20/10/2010
RQS 835/2010	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 31 de outubro a 07 de novembro de 2010, para participar como observador parlamentar, da 65ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, em Nova York - EUA.	Antonio Carlos Valadares	21/10/2010

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II do RISF e art. 256, §2, inc. I). Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 815/2010	Retirada do Requerimento nº 592, de 2010.	Mão Santa	07/10/2010
RQS 832/2010	Retirada do Requerimento nº 445, de 2010.	Romero Jucá	20/10/2010

Encaminhada pela Presidência. Total: 8

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 809/2010	Requerem, em nome da Liderança do PSDB, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal VOTO DE PESAR pelo falecimento do ex-deputado AÉCIO FERREIRA DA CUNHA, ocorrido no dia 03 de outubro de 2010, em Belo Horizonte, Minas Gerais.	Alvaro Dias	05/10/2010

Matéria: Requerimento. Total: 33

Encaminhada pela Presidência. Total: 8

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 810/2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de VOTO DE PESAR e apresentação de condolências à família, pelo falecimento, ocorrido no final da noite de sábado, dia 4, do jornalista e radialista Paulo Ubiratan, de Londrina, Paraná.	Alvaro Dias	05/10/2010
RQS 816/2010	Requer, nos termos regimentais, voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal AÉCIO FERREIRA DA CUNHA, aos 83 anos, ocorrido a 3 de outubro, em Belo Horizonte.	Eduardo Azeredo	07/10/2010
RQS 830/2010	Requer, na forma do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de profundo pesar, apresentação de condolências a seus familiares e ao Estado de Sergipe pelo falecimento do ex-Senador JOSÉ PASSOS PORTO, ocorrido no dia 19 de outubro de 2010, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.	Marco Maciel	20/10/2010
RQS 831/2010	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de profundo pesar, apresentação de condolências à família e ao Estado de Sergipe pelo falecimento do ex-Senador PASSOS PORTO.	Antonio Carlos Valadares	20/10/2010
RQS 839/2010	Requerem, nos termos dos artigos 218, II, e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Senador Romeu Tuma, bem como a apresentação de condolências à sua família, ao Partido Trabalhista Brasileiro e aos funcionários de seu gabinete parlamentar.	Eduardo Suplicy	27/10/2010
RQS 840/2010	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de profundo pesar, apresentação de condolências à família e ao povo argentino pelo falecimento do ex-Presidente da Nação Argentina e Deputado Nestor Kirchner, ocorrido em 27 de outubro de 2010, na cidade de El Calafate, na Província de Santa Cruz, Argentina.	José Sarney	27/10/2010
RQS 841/2010	Requerem, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, seja inserido em ata Voto de Pesar pelo falecimento do ex-presidente da República Argentina Néstor Carlos Kirchner, ocorrido no dia 27 de outubro de 2010, e que tal voto seja comunicado à presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner.	Aloizio Mercadante	27/10/2010

Retirada pelo autor. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 592/2010	Audiência da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania na tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2010.	Mão Santa	07/10/2010
RQS 445/2010	Tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2007.	Romero Jucá	20/10/2010

Publicada. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 833/2010	Requer, com fundamento nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento do Ministro aposentado e ex-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, MOZART VICTOR RUSSOMANO, ocorrido em 17 de outubro de 2010.	Pedro Simon	21/10/2010
RQS 836/2010	Requerem, nos termos do art. 218 c/c art. 220 do Regimento Interno e de acordo com as tradições do Senado Federal, homenagens de pesar pelo falecimento do Senador Romeu Tuma, da representação do Estado de São Paulo, ocorrido no dia 26 de outubro de 2010, na cidade de São Paulo.	José Sarney	26/10/2010

Matéria: Requerimentos de Licença. Total: 71

Art. 13, 40 (sem ônus), 43, I e 43, II

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
679-M	João Vicente Claudino	13	05, 06 e 07.10	Atividade Parlamentar
680-M	João Durval	13	05, 06 e 07.10	Atividade Parlamentar
681-M	Osmar Dias	13	05, 06 e 07.10	Atividade – cancelado, tendo em vista o registro da presença do senador nesse dia.
682-M	Renato Casagrande	13	06 e 07.10	Atividade Parlamentar
683-M	Romeu Tuma	43, I	04.10 a 02.11	Licença Saúde
684-M	Mozarildo Cavalcanti	13	05, 06 e 07.10	Atividade Parlamentar
685-M	Mário Couto	13	06 e 07.10	Atividade Parlamentar
686-M	Adelmir Santana	13	07.10	Atividade Parlamentar
687-M	Adelmir Santana	13	06.10	Atividade Parlamentar
688-M	Marisa Serrano	13	07.10	Atividade Parlamentar
689-M	Marcelo Crivella	13	06 e 07.10	Atividade Parlamentar
690-M	Inácio Arruda	13	06 e 07.10	Atividade Parlamentar
691-M	Pedro Simon	13	06 e 07.10	Atividade Parlamentar
692-M	Francisco Dornelles	13	06 e 07.10	Atividade Parlamentar
693-M	Gerson Camata	13	06 e 07.10	Atividade Parlamentar
694-M	Patrícia Saboya	13	06 e 07.10	Atividade Parlamentar
695-M	Eliseu Resende	13	06 e 07.10	Atividade Parlamentar
696-M	Fernando Collor	13	06.10	Atividade Parlamentar
697-M	Cícero Lucena	13	06.10	Atividade Parlamentar
698-M	Valter Pereira	43, II	07.10	Licença Particular
699-M	Magno Malta	13	06.10	Atividade Parlamentar
700-M	José Nery	13	06 e 07.10	Atividade Parlamentar
701-M	Sérgio Guerra	13	07.10	Atividade Parlamentar
702-M	Renato Casagrande	43, II	13 e 14.10	Licença Particular
703-M	Ideli Salvatti	13	07.10	Atividade Parlamentar
704-M	Aloizio Mercadante	13	06.10	Atividade Parlamentar
705-M	Magno Malta	13	07.10	Atividade Parlamentar
706-M	Valdir Raupp	13	07.10	Atividade Parlamentar
707-M	Efraim Morais	13	06 e 07.10	Atividade Parlamentar
708-M	Aloizio Mercadante	13	07.10	Atividade Parlamentar
709-M	João Ribeiro	13	07.10	Atividade Parlamentar
710-M	Fátima Cleide	13	07.10	Atividade Parlamentar
711-M	Tasso Jereissati	43, II	06.10	Licença Particular
712-M	João Tenório	13	06 e 07.10	Atividade Parlamentar
713-M	Edison Lobão	43, II	07.10	Licença Particular
714-M	Marconi Perillo	13	07.10	Atividade Parlamentar
715-M	João Durval	13	20 e 21.10	Atividade Parlamentar
716-M	Gilberto Goellner	13	19, 20 e 21.10	Atividade Parlamentar
717-M	Acir Gurgacz	13	20.10	Atividade Parlamentar
718-M	Renato Casagrande	13	20.10	Atividade Parlamentar
719-M	Mário Couto	13	20.10	Atividade Parlamentar
720-M	Sérgio Guerra	13	20.10	Atividade Parlamentar
721-M	Jayme Campos	13	20.10	Atividade Parlamentar
722-M	Valdir Raupp	13	20.10	Atividade Parlamentar
723-M	Francisco Dornelles	13	20.10	Atividade Parlamentar
724-M	Flávio Ams	13	20.10	Atividade Parlamentar
725-M	Cícero Lucena	13	20.10	Atividade Parlamentar
726-M	Arthur Virgílio	43, I	30.08 a 01.09	Licença Saúde
727-M	Fátima Cleide	13	20.10	Atividade Parlamentar
728-M	Marisa Serrano	13	20.10	Atividade Parlamentar
729-M	Aloizio Mercadante	13	20.10	Atividade Parlamentar
730-M	Delcídio Amaral	13	20.10	Atividade Parlamentar
731-M	Lúcia Vânia	13	20.10	Atividade Parlamentar
732-M	Gerson Camata	13	20 e 21.10	Atividade Parlamentar
733-M	Ideli Salvatti	13	20.10	Atividade Parlamentar
734-M	Kátia Abreu	43, I	20.10	Licença Saúde
735-M	Renan Calheiros	13	20.10	Atividade Parlamentar

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
736-M	Magno Malta	13	20.10	Atividade Parlamentar
737-M	Mão Santa	13	20.10	Atividade Parlamentar
738-M	César Borges	13	20.10	Atividade Parlamentar
739-M	Fernando Collor	13	20.10	Atividade Parlamentar
740-M	Serys Shessarenko	13	03 a 13.11	Atividade Parlamentar
741-M	Maria do Carmo Alves	13	20.10	Atividade Parlamentar
742-M	Cristovam Buarque	13	02 a 04.11	Atividade Parlamentar
743-M	Cristovam Buarque	13	04 a 05.11	Atividade Parlamentar
744-M	Cristovam Buarque	13	28.11 a 02.12	Atividade Parlamentar
745-M	João Vicente Claudino	13	03 a 11.11	Atividade Parlamentar
746-M	Arthur Virgílio	43, I	20 a 27.10	Licença Saúde
747-M	Cícero Lucena	13	03 a 11.11	Atividade Parlamentar
748-M	Osmar Dias	13	03 e 04.11	Atividade Parlamentar
749-M	Flávio Arns	43, I	06 e 07.10	Licença Saúde

B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Resenha Consolidada

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional 02/02 a 31/10/2010

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	009
Conjunta Solene	009
Total	018

Quadro Geral de Matérias 02/02 a 31/10/2010

Apreciadas	Quantidade
PLNs (aprovados)	011
Retificações (aprovadas)	004
Vetos (dispositivos)	074
Total	089

Resenha 01 a 31/10/2010

Sessões Realizadas

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta Solene	20-10-2010, às 10 horas (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada a comemorar o Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira.

Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Nº	Assunto
33/2010 (public. no DOU de 7/10/2010)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 487, de 23 de abril de 2010, que "Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, que autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica; afasta a incidência de restrição à contratação de novas dívidas pelos Estados na hipótese de revisão do programa de ajuste fiscal em virtude de crescimento econômico baixo ou negativo; autoriza a União a permutar ações de sua propriedade por participações societárias detidas por entidades da administração pública federal indireta, a deixar de exercer e a ceder o seu direito de preferência para a subscrição de ações em aumentos de capital de sociedades de economia mista federais, a emitir títulos da dívida pública mobiliária federal em substituição de ações de sociedades de economia mista federais detidas pelo Fundo de Garantia à Exportação - FGE, e a realizar aumento de capital em empresas estatais, mediante a transferência de direitos decorrentes de adiantamentos efetuados para futuro aumento de capital; altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001; e dá outras providências", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 5 de setembro do corrente ano.
34/2010 (public. no DOU de 7/10/2010)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 488, de 12 de maio de 2010, que "Autoriza a criação da Empresa Brasileira de Legado Esportivo S.A. - BRASIL 2016 e dá outras providências", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 22 de setembro do corrente ano.
35/2010 (public. no DOU de 7/10/2010)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 489, de 12 de maio de 2010, que "Autoriza a União a integrar, na forma de consórcio público de regime especial, a Autoridade Pública Olímpica - APO, e dá outras providências", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 22 de setembro do corrente ano.
36/2010 (public. no DOU de 19/10/2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 499, de 25 de agosto de 2010, que "Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, transforma Funções Comissionadas Técnicas em cargos em comissão, altera as Leis nºs 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 11.526, de 4 de outubro de 2007".
37/2010 (public. no DOU de 22/10/2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 500, de 30 de agosto de 2010, que "Autoriza a União e as entidades da administração pública federal indireta a contratar, reciprocamente, ou com fundo privado do qual seja o Tesouro Nacional cotista único a aquisição, alienação, cessão e permuta de ações, a cessão de créditos decorrentes de adiantamentos efetuados para futuro aumento de capital, a cessão de alocação prioritária de ações em ofertas públicas ou a cessão do direito de preferência para a subscrição de ações em aumentos de capital; autoriza a União a se abster de adquirir ações em aumentos de capital de empresas em que possua participação acionária, e dá outras providências".
38/2010 (public. no DOU de 27/10/2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 501, de 6 de setembro de 2010, que "Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2010, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera as Leis nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e nº 10.260, de 12 de julho de 2001; modifica condições para a concessão da subvenção em operações de financiamento de que trata o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, que autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica; e dá outras providências".

Correspondências Expedidas pela Secretaria-Geral da Mesa Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
447/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Relatório de Gestão Fiscal do STJ (Ofício nº 45, de 2010-CN; Ofício nº 773/GP, de 2010, na origem), referente ao 2º quadrimestre de 2010. Nos termos do disposto no art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o calendário para tramitação da matéria. A proposição será publicada no DSF de 28/10/2010 e vai ao exame da CMO.
446/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus (Ofício nº 44, de 2010-CN; Ofício/PR nº 2010013873, de 2010, na origem), referente ao 2º quadrimestre de 2010. Nos termos do disposto no art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o calendário para tramitação da matéria. A proposição será publicada no DSF de 28/10/2010 e vai ao exame da CMO.
445/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Relatório de Gestão Fiscal do TSE (Ofício nº 43, de 2010-CN; Ofício nº 5.307/GMRL, de 2010, na origem), referente ao 2º quadrimestre de 2010. Nos termos do disposto no art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o calendário para tramitação da matéria. A proposição será publicada no DSF de 28/10/2010 e vai ao exame da CMO.
444/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Relatório de Gestão Fiscal do STM (Ofício nº 42, de 2010-CN; Ofício nº 290/PRES-026/SEPLA-GS, de 2010, na origem), referente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010. Nos termos do disposto no art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o calendário para tramitação da matéria. A proposição será publicada no DSF de 28/10/2010 e vai ao exame da CMO.
443/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Relatório de Gestão Fiscal do TST (Ofício nº 41, de 2010-CN; Ofício TST.GDGSET.GP nº 348, de 2010, na origem), referente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010. Nos termos do disposto no art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o calendário para tramitação da matéria. A proposição será publicada no DSF de 28/10/2010 e vai ao exame da CMO.
442/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional de Justiça (Ofício nº 40, de 2010-CN; Ofício nº 922/GP-COFI, de 2010, na origem), referente ao 2º quadrimestre de 2010. Nos termos do disposto no art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o calendário para tramitação da matéria. A proposição será publicada no DSF de 28/10/2010 e vai ao exame da CMO.
441/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (Ofício nº 39, de 2010-CN; Ofício PGR/GAB/nº 951, de 2010, na origem), referente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010. Nos termos do disposto no art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o calendário para tramitação da matéria. A proposição será publicada no DSF de 28/10/2010 e vai ao exame da CMO.
440/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal (Ofício nº 38, de 2010-CN; Ato do Presidente do Senado Federal nº 292, de 2010, na origem), referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2010, compreendendo a consolidação dos dados de setembro/2009 a agosto/2010. Nos termos do disposto no art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o calendário para tramitação da matéria. A proposição será publicada no DSF de 28/10/2010 e vai ao exame da CMO.
439/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados (Ofício nº 37, de 2010-CN; Ofício nº 1.565/10/GP, de 2010, na origem), referente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010. Nos termos do disposto no art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o calendário para tramitação da matéria. A proposição será publicada no DSF de 28/10/2010 e vai ao exame da CMO.
438/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Relatório de Gestão Fiscal do STF (Mensagem nº 164, de 2010-CN; Mensagem nº 60, de 2010, na origem), referente ao 2º quadrimestre de 2010. Nos termos do disposto no art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o calendário para tramitação da matéria. A proposição será publicada no DSF de 28/10/2010 e vai ao exame da CMO.
437/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Relatório de Gestão Fiscal do Governo Federal (Mensagem nº 163, de 2010-CN; Mensagem nº 573, de 2010, na origem), referente ao 2º quadrimestre de 2010. Nos termos do disposto no art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o calendário para tramitação da matéria. A proposição será publicada no DSF de 28/10/2010 e vai ao exame da CMO.
436/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Relatório de Gestão Fiscal do TCU (Aviso nº 32, de 2010-CN; Aviso nº 1.052-GP/TCU/2010, na origem), referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2010. Nos termos do disposto no art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o calendário para tramitação da matéria. A proposição será publicada no DSF de 28/10/2010 e vai ao exame da CMO.
435/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 1.820-Seses-TCU-Plenário, do Senhor Presidente do TCU, informando os resultados do levantamento de auditoria do acórdão que menciona, tendo sido a matéria despachada à CMO.
434/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Encaminha nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 509, de 2010, que "Dá nova redação ao parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal".

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
433/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Encaminha nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 508, de 2010, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 968.185.382,00, para os fins que especifica".
432/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 1.066-GP/TCU, do Senhor Presidente do TCU, informando que aquele Tribunal, em Sessão Extraordinária do Plenário marcada para 9/11/2010, terça-feira, às 10 horas, apreciará o Relatório Consolidado do Sistema de Fiscalização de Obras Públicas (FISCOBRAS) constante do processo nº TC-027.472/2009-4, tendo sido a matéria despachada à CMO.
431/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido, na sessão do Senado Federal de 21/10/2010, ofício do Presidente da CMO, solicitando alteração do calendário de tramitação do PLN nº 85/2010.
430/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido, na sessão do Senado Federal de 21/10/2010, ofício do Presidente da CMO, solicitando alteração do calendário de tramitação do PLN nº 84/2010.
429/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido, na sessão do Senado Federal de 21/10/2010, ofício do Presidente da CMO, solicitando alteração do calendário de tramitação do PLN nº 83/2010.
428/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido, na sessão do Senado Federal de 21/10/2010, ofício do Presidente da CMO, solicitando alteração do calendário de tramitação do PLN nº 82/2010.
427/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido, na sessão do Senado Federal de 21/10/2010, ofício do Presidente da CMO, solicitando alteração do calendário de tramitação do PLN nº 81/2010.
426/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido, na sessão do Senado Federal de 21/10/2010, ofício do Presidente da CMO, solicitando alteração do calendário de tramitação do PLN nº 80/2010.
425/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido, na sessão do Senado Federal de 21/10/2010, ofício do Presidente da CMO, solicitando alteração do calendário de tramitação do PLN nº 79/2010.
424/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido, na sessão do Senado Federal de 21/10/2010, ofício do Presidente da CMO, solicitando alteração do calendário de tramitação do PLN nº 78/2010.
423/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido, na sessão do Senado Federal de 21/10/2010, ofício do Presidente da CMO, solicitando alteração do calendário de tramitação do PLN nº 77/2010.
422/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido, na sessão do Senado Federal de 21/10/2010, ofício do Presidente da CMO, solicitando alteração do calendário de tramitação do PLN nº 76/2010.
421/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido, na sessão do Senado Federal de 21/10/2010, ofício do Presidente da CMO, solicitando alteração do calendário de tramitação do PLN nº 75/2010.
420/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido, na sessão do Senado Federal de 21/10/2010, ofício do Presidente da CMO, solicitando alteração do calendário de tramitação do PLN nº 74/2010.
419/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido, na sessão do Senado Federal de 21/10/2010, ofício do Presidente da CMO, solicitando alteração do calendário de tramitação do PLN nº 73/2010.
418/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido, na sessão do Senado Federal de 21/10/2010, ofício do Presidente da CMO, solicitando alteração do calendário de tramitação do PLN nº 72/2010.
417/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido, na sessão do Senado Federal de 21/10/2010, ofício do Presidente da CMO, solicitando alteração do calendário de tramitação do PLN nº 71/2010.
416/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido, na sessão do Senado Federal de 21/10/2010, ofício do Presidente da CMO, solicitando alteração do calendário de tramitação do PLN nº 70/2010.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
379/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Encaminha nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 507, de 2010, que "Institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e disciplina o instrumento de mandato que confere poderes a terceiros para praticar atos perante órgão da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal".
378/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 123, de 2010-CN (nº 533/2010, na origem), na qual comunica haver vetado integralmente o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2007 (PL nº 64, de 1999, nessa Casa), que "Altera a Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, para estabelecer a admissão tácita de paternidade no caso em que menciona". Solicita a indicação de três Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
377/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 126, de 2010-CN (nº 549/2010, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 175, de 2009 (PL nº 819, de 2007, nessa Casa), que "Dispõe sobre o Dia Nacional do Respeito ao Contribuinte". Solicita a indicação de três Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
376/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Tendo em vista manifestação da Dep. Rebecca Garcia e do Senador Acir Gurgacz, consulta nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 9-12-2010, quinta-feira, às 10 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar o Dia do Marinheiro.
375/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 13-10-2010, o Aviso nº 31, de 2010-CN (nº 1.737/Seses-TCU-Plenário, na origem), do Senhor Presidente do TCU, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2.572/2010-TCU-Plenário, referente a relatório de Levantamento de Auditoria nas obras e serviços do sistema de coleta, tratamento e disposição final de esgoto sanitário do Município de Porto Velho/RO, tendo sido a matéria despachada à CMO.
374/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 1.773-Seses-TCU-Plenário, do Senhor Presidente do TCU, informando recomendações e determinações no âmbito do processo nº TC 009.841/2010-5, tendo sido a matéria despachada à CMO.
373/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 18-10-2010, a Mensagem nº 162, de 2010-CN (nº 621, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 85, de 2010, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$ 160.510.878,00, para os fins que especifica, e dá outras providências", tendo sido a matéria despachada à CMO.
372/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 18-10-2010, a Mensagem nº 161, de 2010-CN (nº 620, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 84, de 2010, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União, em favor do Superior Tribunal de Justiça, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 278.710.340,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente", tendo sido a matéria despachada à CMO.
371/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 18-10-2010, a Mensagem nº 160, de 2010-CN (nº 619, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 83, de 2010, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 660.998.853,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente", tendo sido a matéria despachada à CMO.
370/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 18-10-2010, a Mensagem nº 159, de 2010-CN (nº 618, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 82, de 2010, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de R\$ 382.982.132,00, para os fins que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.
369/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 18-10-2010, a Mensagem nº 158, de 2010-CN (nº 617, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 81, de 2010, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 12.939.802,00, para os fins que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.
368/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 18-10-2010, a Mensagem nº 157, de 2010-CN (nº 616, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 80, de 2010, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 835.800.252,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente", tendo sido a matéria despachada à CMO.
367/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 18-10-2010, a Mensagem nº 156, de 2010-CN (nº 615, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 79, de 2010, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 31.483.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências", tendo sido a matéria despachada à CMO.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
366/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 18-10-2010, a Mensagem nº 155, de 2010-CN (nº 614, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 78, de 2010, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$ 81.152.113,00, para os fins que especifica, e dá outras providências", tendo sido a matéria despachada à CMO.
365/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 18-10-2010, a Mensagem nº 154, de 2010-CN (nº 613, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 77, de 2010, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$ 208.909.000,00, para os fins que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.
364/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 18-10-2010, a Mensagem nº 153, de 2010-CN (nº 612, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 76, de 2010, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$ 94.740.690,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente", tendo sido a matéria despachada à CMO.
363/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 18-10-2010, a Mensagem nº 152, de 2010-CN (nº 611, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 75, de 2010, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2010, em favor da empresa Petrobrás Netherlands B.V. - PNBV, crédito especial no valor total de R\$ 2.755.143.136,00, para os fins que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.
362/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 18-10-2010, a Mensagem nº 151, de 2010-CN (nº 610, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 74, de 2010, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 475.312.697,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente", tendo sido a matéria despachada à CMO.
361/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 18-10-2010, a Mensagem nº 150, de 2010-CN (nº 609, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 73, de 2010, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito especial no valor de R\$ 300.000,00, para o fim que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.
360/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 18-10-2010, a Mensagem nº 149, de 2010-CN (nº 608, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 72, de 2010, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R\$ 69.357.229,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente", tendo sido a matéria despachada à CMO.
359/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 18-10-2010, a Mensagem nº 148, de 2010-CN (nº 607, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 71, de 2010, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 26.960.531,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente", tendo sido a matéria despachada à CMO.
358/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 18-10-2010, a Mensagem nº 147, de 2010-CN (nº 606, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 70, de 2010, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2010 crédito suplementar no valor total de R\$ 127.576.215,00, em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R\$ 1.007.069.875,00, para os fins que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.
357/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 18-10-2010, a Mensagem nº 146, de 2010-CN (nº 605, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 69, de 2010, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R\$ 165.697.394,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente", tendo sido a matéria despachada à CMO.
356/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 18-10-2010, a Mensagem nº 145, de 2010-CN (nº 604, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 68, de 2010, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2010, em favor de empresas estatais, crédito especial no valor total de R\$ 113.992.079,00, para os fins que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.
355/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 18-10-2010, a Mensagem nº 144, de 2010-CN (nº 603, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 67, de 2010, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 15.000,00, para o fim que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.
354/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 18-10-2010, a Mensagem nº 143, de 2010-CN (nº 602, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 66, de 2010, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 530.721.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente", tendo sido a matéria despachada à CMO.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
353/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 18-10-2010, a Mensagem nº 142, de 2010-CN (nº 601, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 65, de 2010, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 89.374.809,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente", tendo sido a matéria despachada à CMO.
352/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 18-10-2010, a Mensagem nº 141, de 2010-CN (nº 600, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 64, de 2010, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2010, crédito suplementar no valor total de R\$ 16.573.487.000,00, em favor de empresas do Grupo PETROBRAS, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas daquele Grupo no valor global de R\$ 12.920.097.000,00, para os fins que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.
351/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 18-10-2010, a Mensagem nº 140, de 2010-CN (nº 599, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 63, de 2010, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 900.000,00, para os fins que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.
350/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 18-10-2010, a Mensagem nº 139, de 2010-CN (nº 598, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 62, de 2010, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 46.181.996,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente", tendo sido a matéria despachada à CMO.
349/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 18-10-2010, a Mensagem nº 138, de 2010-CN (nº 576, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 61, de 2010, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.456.132.820,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente", tendo sido a matéria despachada à CMO.
348/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República adotou, em 13 de outubro de 2010, e publicou no dia 14 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 509, de 2010, que "Dá nova redação ao parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação.
347/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República adotou, em 8 de outubro de 2010, e publicou no dia 11 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 508, de 2010, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 968.185.382,00, para os fins que especifica". Tendo sido a matéria despachada à CMO, onde poderá receber emendas.
344/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica a designação do Deputado Nelson Proença para substituir, como titular, o Deputado Fernando Coruja na Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a MPV nº 501, de 2010, que "Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2010, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera as Leis nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e nº 10.260, de 12 de julho de 2001; modifica condições para a concessão da subvenção em operações de financiamento de que trata o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, que autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica; e dá outras providências", em conformidade com o Ofício nº 176/2010, da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados. Encaminha o original do citado ofício para a devida juntada ao processado da MPV nº 501, de 2010.
343/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica a designação do Deputado Arnaldo Jardim para substituir, como titular, o Deputado Fernando Coruja na Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a MPV nº 501, de 2010, que "Autoriza a União e as entidades da administração pública federal indireta a contratar, reciprocamente, ou com fundo privado do qual seja o Tesouro Nacional cotista único a aquisição, alienação, cessão e permuta de ações, a cessão de créditos decorrentes de adiantamentos efetuados para futuro aumento de capital, a cessão de alocação prioritária de ações em ofertas públicas ou a cessão do direito de preferência para a subscrição de ações em aumentos de capital; autoriza a União a se abster de adquirir ações em aumentos de capital de empresas em que possua participação acionária, e dá outras providências", em conformidade com o Ofício nº 175/2010, da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados. Encaminha o original do citado ofício para a devida juntada ao processado da MPV nº 500, de 2010.
342/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica a designação do Deputado Nelson Proença para substituir, como titular, o Deputado Fernando Coruja na Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a MPV nº 499, de 2010, que "Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, transforma Funções Comissionadas Técnicas em cargos em comissão, altera as Leis nºs 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 11.526, de 4 de outubro de 2007", em conformidade com o Ofício nº 174/2010, da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados. Encaminha o original do citado ofício para a devida juntada ao processado da MPV nº 499, de 2010.

C - SECRETARIA DE COMISSÕES**C.1 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes****Reuniões realizadas e Proposições apreciadas
01 a 31/10/2010**

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	00	00	00	00
CAS	00	00	00	00
CCJ	00	00	00	00
CE	00	00	00	00
CMA	00	00	00	00
CDH	00	00	00	00
CRE	00	02	00	02
CI	00	00	00	00
CDR	00	01	00	01
CRA	00	00	00	00
CCT	00	02	00	02
CMMC	00	00	00	00
TOTAL GERAL	00	05	00	05

SUBCOMISSÕES e GRUPO DE TRABALHO	REUNIÕES	MAT	REL
Permanente de Assuntos Municipais – CAE.	00	00	00
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CAS.	00	00	00
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CAS.	00	00	00
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CAS.	00	00	00
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJ.	00	00	00
Permanente de Segurança Pública – CCJ.	00	00	00
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJ.	00	00	00
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CE.	00	00	00
Permanente de Ciência e Tecnologia – CE.	00	00	00
Permanente do Livro – CE.	00	00	00
Permanente do Esporte – CE.	00	00	00
Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos – CMA.	00	00	00
Temporária destinada a acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte – CMA.	00	00	00
Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMA.	00	00	00
Permanente do Idoso – CDH.	00	00	00
Permanente da Criança, Adolescente e Juventude – CDH.	00	00	00
Permanente em Defesa da Mulher – CDH.	00	00	00
Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acomp. da Regul. Fundiária da Amazônia Legal - CDH	00	00	00
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CRE.	00	00	00
Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas – CRE.	00	00	00
Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas – CRE.	00	00	00
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CRE.	00	00	00
Permanente do Plano de Aceleração do Crescimento – CI.	00	00	00
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CI	00	00	00
Grupo de Trabalho Marco Regulatório dos Biocombustíveis - CI	00	00	00
Permanente dos Biocombustíveis – CRA.	00	00	00
Permanente de Serviços de Informática – CCT.	00	00	00
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	00	00	00

Proposições Apreciadas 01 a 31/10/2010

COMISSÕES	REQ e ADIT. COMISSÃO	PLS (T)	PLS (NT)	PDS	EMENDAS E SUB DE COMISSÃO	SCD	ECD	PDH	PEC	IND	PET	DIV	CONS Q.O. ATOS e OUTROS
CAE	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CAS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CCJ	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CE	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CMA	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CDH	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CRE	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CI	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CDR	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CRA	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CCT	01	00	00	37	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CMMC	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
SUBTOTAL	01	00	00	37	00	00	00	00	00	00	00	00	00

Proposições Apreciadas 01 a 31/10/2010

COMISSÕES	MSF	PRS	RQS SF	PLC (T)	PLC (NT)	OFS	AVS	PFS	SUG	PAR e REL. SUB.	EMENDA PLEN	REC	TUR SUPL	Total
CAE	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CAS	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CCJ	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CE	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CMA	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CDH	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CRE	04	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	04
CI	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CDR	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CRA	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CCT	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	38
CMMC	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
SUBTOTAL	04	00	00	00	00	42								

Legendas – Comissões

CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
CAS – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
CCJ – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
CE – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CMA – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
CDH – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO E CONTROLE
CRE – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
CI – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA
CDR – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
CRA – COMISSÃO DE REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA
CCT – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
CMMC – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Legendas – Proposições

REQ e ADIT (COMISSÃO) Requerimento e Aditamento de Comissão
PLS (T) – Projeto de Lei do Senado (terminativo)
PLS (NT) – Projeto de Lei do Senado (não terminativo)
PDS – Projeto de Decreto Legislativo
EMENDAS E SUBEMENDAS – Emendas e Subemendas apreciadas pela Comissão
SCD – Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
ECD – Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PDH – Petição de Direitos Humanos
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
IND – Indicação
PET – Petição
DIV – Diversos
CONS, Q. O. ATOS e OUTROS – Consulta, Questão de Ordem, Atos de Comissão e Projetos apresentados pelas Comissões
MSF – Mensagem “SF”
PRS – Projeto de Resolução
RQS “SF” – Requerimento apresentado no Plenário
PLC (NT) – Projeto de Lei da Câmara (não terminativo)
PLC (T) – Projeto de Lei da Câmara (terminativo)
OFS – Ofício “SF”
AVS – Aviso
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
PAR E REL. SUB – Parecer e Relatório das Subcomissões
EMEN PLEN. – Emendas apresentadas em Plenário
REC – Recursos
TUR SUPL – Turno Suplementar

**Reuniões realizadas e Proposições apreciadas
02/02 a 31/10/2010**

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	22	04	10	36
CAS	00	22	15	37
CCJ	23	10	11	44
CE	18	17	07*	42
CMA	11	09	06	26
CDH	00	18	03	21
CRE	09	17	02	28
CI	00	27	01	28
CDR	00	13	00	13
CRA	00	21	02	23
CCT	00	29	02	31
CMMC	00	01	00	01
TOTAL GERAL	83	188	59	330

1ª – 4ª REUNIÃO DA CAS, COM A 1ª REUNIÃO DA CASAÚDE, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2010.
 2ª – 9ª REUNIÃO DA CAS, COM A 1ª REUNIÃO DA CASEMP, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2010.
 3ª – 10ª REUNIÃO DA CMA, COM A 11ª REUNIÃO DA CDH, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2010.
 4ª – 10ª REUNIÃO DA CCJ, COM A 13ª REUNIÃO DA CMA, COM A 14ª REUNIÃO DA CDH, COM A 11ª REUNIÃO DA CRE, COM A 8ª REUNIÃO DA CRA, COM A 11ª REUNIÃO DA CCT, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2010.
 5ª – 12ª REUNIÃO DA CAS, COM A 2ª REUNIÃO DA CASEMP, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2010.
 6ª – 15ª REUNIÃO DA CDH, COM A 12ª REUNIÃO DA CRE, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2010.
 7ª – 17ª REUNIÃO DA CCJ, COM A 14ª REUNIÃO DA CAE, COM A 15ª REUNIÃO DA CAS, COM A 18ª REUNIÃO DA CMA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2010.
 8ª – 16ª REUNIÃO DA CAS, COM A 2ª REUNIÃO DA CASAÚDE, REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2010.
 9ª – 19ª REUNIÃO DA CCJ, COM A 16ª REUNIÃO DA CAE, COM A 18ª REUNIÃO DA CAS, COM A 21ª REUNIÃO DA CE, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2010.
 10ª – 16ª REUNIÃO DA CCT, COM A 20ª REUNIÃO DA CCJ, COM A 19ª REUNIÃO DA CAS, COM A 22ª REUNIÃO DA CE, COM A 21ª REUNIÃO DA CMA, COM A 17ª REUNIÃO DA CAE, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2010.
 11ª – 20ª REUNIÃO DA CAS, COM A 5ª REUNIÃO DA CASEMP, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2010.
 12ª – 22ª REUNIÃO DA CCJ, COM A 19ª REUNIÃO DA CAE, COM A 21ª REUNIÃO DA CAS, COM A 25ª REUNIÃO DA CE, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2010.
 13ª – 24ª REUNIÃO DA CCJ, COM A 21ª REUNIÃO DA CAE, COM A 23ª REUNIÃO DA CAS, COM A 29ª REUNIÃO DA CE, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2010.
 14ª – 25ª REUNIÃO DA CCJ, COM A 22ª REUNIÃO DA CAE, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2010.
 15ª – REUNIÃO DAS COMISSÕES: CCJ (26ª), CAE (25ª), CAS (26ª) E CE (31ª), REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2010.
 16ª – REUNIÃO DAS COMISSÕES: CCJ (31ª), CAE (27ª), CAS (29ª) E CE (33ª), REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2010.
 17ª – REUNIÃO DAS COMISSÕES: CCJ (32ª), CAE (28ª), CAS (30ª) E CMA (24ª), REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2010.
 18ª – REUNIÃO DA COMISSÃO: CAS (31ª), COM A SUBCOMISSÃO: CASDEF (2ª), REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2010.
 19ª – REUNIÃO DAS COMISSÕES: CRA (20ª), E CI (27ª), REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2010.
 20ª – REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES: CCJ (36ª), CAE (33ª), CAS (33ª) E CMA (26ª), REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2010

TOTAL DE REUNIOES CONJUNTAS: 20
 1º - SEMINÁRIO DA CE, COM A CAS, REALIZADO EM 13 DE MAIO DE 2010.
TOTAL DE SEMINÁRIOS: 01
 *1º - REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO - CI, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2010.
TOTAL DE REUNIÕES DE GRUPO DE TRABALHO: 01

SUBCOMISSÕES e GRUPO DE TRABALHO	REUNIÕES	MAT	REL
Permanente de Assuntos Municipais – CAE.	00	00	00
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CAS.	02	00	00
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CAS.	02	00	00
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CAS.	06	00	00
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJ.	00	00	00
Permanente de Segurança Pública – CCJ.	01	00	00
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJ.	02	00	00
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CE.	00	00	00
Permanente de Ciência e Tecnologia – CE.	00	00	00
Permanente do Livro – CE.	00	00	00
Permanente do Esporte – CE.	00	00	00
Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos – CMA.	00	00	00
Temporária destinada a acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte – CMA.	02	01	00
Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMA.	03	00	00
Permanente do Idoso – CDH.	00	00	00
Permanente da Criança, Adolescente e Juventude – CDH.	00	00	00
Permanente em Defesa da Mulher – CDH.	00	00	00
Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acomp. da Regul. Fundiária da Amazônia Legal - CDH	00	00	00
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CRE.	00	00	00
Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas – CRE.	00	00	00
Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas – CRE.	00	00	00
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CRE.	00	00	00
Permanente do Plano de Aceleração do Crescimento – CI.	00	00	00
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CI	00	00	00
Grupo de Trabalho Marco Regulatório dos Biocombustíveis - CI	00	00	00
Permanente dos Biocombustíveis – CRA.	00	00	00
Permanente de Serviços de Informática – CCT.	00	00	00
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	18	01	00

Proposições Apreciadas 02/02 a 31/10/2010

COMISSÕES	REQ e ADIT. COMISSÃO	PLS (T)	PLS (NT)	PDS	EMENDAS E SUB DE COMISSÃO	SCD	ECD	PDH	PEC	IND	PET	DIV	CONS Q.O. ATOS e OUTROS
CAE	88	16	36	00	68	01	00	00	00	00	00	00	00
CAS	56	44	23	00	107	01	06	00	00	00	00	00	00
CCJ	84	52	57	00	196	03	05	00	12	00	00	00	00
CE	48	47	19	00	81	03	08	00	00	01	00	00	00
CMA	26	03	05	01	44	01	00	00	00	00	00	00	00
CDH	33	00	10	00	07	01	00	00	00	00	00	00	00
CRE	29	00	03	53	23	00	00	00	00	00	00	00	00
CI	12	02	09	00	31	00	00	00	00	00	00	00	06
CDR	08	01	08	00	11	00	00	00	00	00	00	00	00
CRA	20	03	07	03	27	00	00	00	00	00	00	00	00
CCT	26	04	17	590	28	00	00	00	00	00	00	00	01
CMMC	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
SUBTOTAL	430	172	194	*647	623	10	19	00	12	01	00	00	07

*OBS: O PDS nº 862, de 2010, foi computado indevidamente no dia 10.03.2010.

*OBS: O PDS nº 188 de 2010, não foi deliberado na reunião do dia 16.06 de 2010.

Proposições Apreciadas 02/02 a 31/10/2010

COMISSÕES	MSF	PRS	RQS SF	PLC (T)	PLC (NT)	OFS	AVS	PFS	SUG	PAR e REL. SUB.	EMEN PLEN	REC	TUR SUP	Total
CAE	55	03	00	01	11	00	03	00	00	00	02	00	02	286
CAS	02	00	00	04	17	00	01	00	00	00	03	00	07	271
CCJ	11	01	32	27	46	17	00	00	00	00	01	02	10	556
CE	00	02	00	25	18	00	00	00	00	00	00	00	05	257
CMA	00	00	01	01	05	01	01	00	00	00	00	00	00	89
CDH	00	00	00	00	04	01	01	00	02	00	00	00	00	59
CRE	31	00	02	04	06	00	00	00	00	00	00	00	00	151
CI	09	00	00	01	04	01	00	00	00	00	00	00	01	76
CDR	00	00	00	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00	29
CRA	00	00	00	01	05	00	00	00	00	00	01	00	00	67
CCT	00	00	00	01	03	02	00	00	00	00	05	00	02	679
CMMC	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
SUBTOTAL	108	06	35	65	119	23	06	00	02	00	12	02	27	2520

Legendas – Comissões

CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
CAS – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
CCJ – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
CE – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CMA – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
CDH – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO E CONTROLE
CRE – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
CI – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA
CDR – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
CRA – COMISSÃO DE REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA
CCT – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
CMMC – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Legendas – Proposições

REQ e ADIT (COMISSÃO) Requerimento e Aditamento de Comissão
PLS (T) – Projeto de Lei do Senado (terminativo)
PLS (NT) – Projeto de Lei do Senado (não terminativo)
PDS – Projeto de Decreto Legislativo
EMENDAS E SUBEMENDAS – Emendas e Subemendas apreciadas pela Comissão
SCD – Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
ECD – Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PDH – Petição de Direitos Humanos
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
IND – Indicação
PET – Petição
DIV – Diversos
CONS, Q. O. ATOS e OUTROS – Consulta, Questão de Ordem, Atos de Comissão e Projetos apresentados pelas Comissões
MSF – Mensagem “SF”
PRS – Projeto de Resolução
RQS “SF” – Requerimento apresentado no Plenário
PLC (NT) – Projeto de Lei da Câmara (não terminativo)
PLC (T) – Projeto de Lei da Câmara (terminativo)
OFS – Ofício “SF”
AVS – Aviso
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
PAR E REL. SUB – Parecer e Relatório das Subcomissões
EMEN PLEN. – Emendas apresentadas em Plenário
REC – Recursos
TUR SUPL – Turno Suplementar

**Relatório das Atividades das Comissões Permanentes
01 a 31/10/2010**

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho

Vice Presidente: Senador Delcídio Amaral

TOTAL DE REUNIÕES:

MATÉRIAS APRECIADAS:

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidenta: Senadora Rosalba Ciarlini

Vice Presidente: Senador Paulo Paim

TOTAL DE REUNIÕES:

MATÉRIAS APRECIADAS:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: Senador Demóstenes Torres

Vice Presidente: Vago

TOTAL DE REUNIÕES:

MATÉRIAS APRECIADAS:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

Presidente: Senadora Fátima Cleide

Vice Presidente: Senadora Marisa Serrano

TOTAL DE REUNIÕES:

MATÉRIAS APRECIADAS:

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E

FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Presidente: Senador Renato Casagrande

Vice Presidente: Senador Cícero Lucena

TOTAL DE REUNIÕES:

MATÉRIAS APRECIADAS:

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.

Presidente: Senador Cristovam Buarque.

Vice Presidente: Senador José Nery.

TOTAL DE REUNIÕES:

MATÉRIAS APRECIADAS:**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo

Vice Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****MENSAGEM (SF) Nº 121, DE 2010****NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do senhor **Dante Coelho de Lima**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chipre.

Autoria: Presidente da República.**Relatoria:** Senador João Tenório.**Relatório:** A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.**Resultado:** Apreciada.**ITEM Nº 02****MENSAGEM (SF) Nº 122, DE 2010****NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do senhor **Alexandre Addor Neto**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

Autoria: Presidente da República.**Relatoria:** Senador João Faustino.**Relatório:** A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.**Resultado:** Apreciada.**REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)****ITEM Nº 01****MENSAGEM (SF) Nº 141, DE 2010****NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do senhor **Ricardo André Vieira Diniz**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Granada.

Autoria: Presidente da República.**Relatoria "ad hoc":** Senador João Faustino.**Relatório:** A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.**Resultado:** Apreciada.**ITEM Nº 02****MENSAGEM (SF) Nº 245, DE 2010****NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da senhora **Mitzi Gurgel Valente da Costa**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Sultanato de Omã.

Autoria: Presidente da República.**Relatoria:** Senador Pedro Simon.**Relatório:** A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.**Resultado:** Apreciada.**TOTAL DE REUNIÕES: 02**

Extraordinária – Deliberativa: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 04
Mensagens “SF” (não terminativo): 04

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: Senador Fernando Collor
Vice Presidente: Senador Eliseu Resende

TOTAL DE REUNIÕES:

MATÉRIAS APRECIADAS:

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

Presidente: Senador Neuto de Conto
Vice Presidente: Senador César Borges

REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO
ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Resultado: Foi eleito o Senador Neuto de Conto, para o cargo de Presidente.

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Extraordinária – Eleição do Presidente: 01

MATÉRIAS APRECIADAS:

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

Presidente: Senador Valter Pereira
Vice Presidente: VAGO

TOTAL DE REUNIÕES:

MATÉRIAS APRECIADAS:

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO
E INFORMÁTICA - CCT**

Presidente: Senador Flexa Ribeiro
Vice Presidente: Vago

REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 536, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Alto Vale Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 539, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária São Valentinense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Valentin, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

**ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 576, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Santa Izabel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

**ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 511, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Um Novo Amanhã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

**ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 506, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Divisa FM Stéreo de Ourinhos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

**ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 513, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Fortaleza FM Bauru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

**ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 515, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Leão de Judá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 363, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Porto Alegre de Curitiba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 385, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Estação Cocal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 406, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Paraíso de Rios para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anitápolis, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 409, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Santo Antônio de Lisboa – ACSAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Japira, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 417, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Club de Nova Aurora Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nova Aurora, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 308, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Organização não Governamental Poeta Leone para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aratuípe, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 393, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Missão Evangélica El Shaday para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 415, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Junco – ASCOMJU para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Granjeiro, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 458, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rosário para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Correntina, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 433, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Vargem Grande Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vargem Grande Paulista, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Antônio Carlos Júnior.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 469, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Artística e Cultural de Itu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itu, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Antônio Carlos Júnior.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 489, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à CDIN – Canal Digital Internacional de Notícias Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Antônio Carlos Júnior.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 356, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento e Lazer de Carneirinhos – ACDLC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 358, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Artística Dr. Juca Ribeiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sacramento, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 368, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaxupé, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 370, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Nativa FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipaba, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 343, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Estrela Polar Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapeva, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria "ad hoc": Senador Papaléo Paes.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 369, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Litoral Norte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Américo Brasiliense, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria "ad hoc": Senador Papaléo Paes.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 505, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranã, Estado do Tocantins.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador João Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 271, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Comunicação LMW Ltda. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jauru, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria "ad hoc": Senador Gilberto Goellner.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 281, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação para o Fomento e Desenvolvimento Comunitário Rio Verdense – Águas do Pantanal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Verde de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria "ad hoc": Senador Gilberto Goellner.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 434, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rede de Rádio e Televisão Fenebi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tacuru, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria "ad hoc": Senador Gilberto Goellner.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 463, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação do Movimento de Radiocomunicação da Cidade de Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulista, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Eduardo Azeredo.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 484, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Tropical do Agreste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lajedo, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Eduardo Azeredo.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 454, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento do Portal do Jalapão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Acordo, Estado do Tocantins.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador João Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 33
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 333, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Povoado Pedras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 34
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 543, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Carajás FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 35
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 557, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Cultura e Comunicação de Salinópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salinópolis, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 36
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 570, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à SBC – Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia do Pará, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 37
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 588, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à SBC – Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curralinho, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 22, DE 2010 – CCT

Requeiro, com amparo nos artigos 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, e 90, inciso II e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento e debater o Relatório Mundial sobre Ciências, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e que dedica todo um capítulo ao Brasil. A título de sugestão, a audiência deverá ocorrer em 10 de novembro de 2010, Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, e serão convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e os representantes da sociedade civil a seguir: senhor **Sérgio Machado Rezende**, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; senhor **Vincent Defourny**, representante da UNESCO no Brasil; senhor **Jacob Palis Júnior**, Presidente da Academia Brasileira de Ciências – ABC; senhor **Carlos Henrique de Brito Cruz**, da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e co-elaborador do capítulo dedicado ao Brasil, no Relatório Mundial sobre Ciências; senhor **Hernan Chaimovich Guralnik**, da Universidade de São Paulo – USP e co-elaborador do capítulo dedicado ao Brasil, no Relatório Mundial sobre Ciências.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO (EXTRAORDINÁRIA)

NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO.

TOTAL DE REUNIÕES: 02
Extraordinária – Deliberativa: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 38
Projeto de Decreto Legislativo (terminativo): 37
Requerimento – CCT: 01

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC

Presidente Eventual: Senador Romeu Tuma.

Vice Presidenta: VAGO.

Relator: VAGO.

TOTAL DE REUNIÕES:

MATÉRIAS APRECIADAS:

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 05

TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 42

SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às onze horas e vinte minutos do dia seis de outubro de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senadores **Eduardo Azeredo** e **Augusto Botelho**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os senhores Senadores: **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, Roberto Cavalcanti, Geraldo Mesquita Júnior, Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro, Augusto Botelho, Almeida Lima, Valdir Raupp, Gilvam Borges, João Faustino, Alvaro Dias e Cristovam Buarque**. Justificou a ausência o Senador **Francisco Dornelles**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente convida para compor a Mesa os Embaixadores Alexandre Addor Neto e Dante Coelho de Lima. São apreciados os seguintes itens, constantes da Pauta: **Item 1 – Mensagem (SF) nº 121, de 2010**, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor DANTE COELHO DE LIMA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chipre*”. Relator “*ad hoc*”: Senador **Geraldo Mesquita Júnior**. Apreciada a Mensagem. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 122, 2010**, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor ALEXANDRE ADDOR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia, e, cumulativamente, em Montenegro*”. Relator: Senador **João Faustino**. Apreciada a Mensagem. Durante a reunião, fazem uso da palavra os Senadores: **Eduardo Suplicy, Roberto Cavalcanti e João Faustino**. Concede-se a palavra aos Embaixa-

dores Dante Coelho de Lima e Alexandre Addor Neto, para que façam suas exposições. A reunião torna-se secreta às doze horas e cinquenta e oito minutos. É reaberta ao público às treze horas e sete minutos. O Presidente comunica a aprovação dos Embaixadores Dante Coelho de Lima e Alexandre Addor Neto. Nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e dez minutos. Lavro, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, esta Ata. Lida e aprovada, ela será assinada pelo senhor Presidente e, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada desta reunião, publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente.

27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 06 DE OUTUBRO DE 2010, ÀS 11 HORAS E 20 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Passamos à apreciação da Pauta.

Convido para compor a Mesa os Embaixadores Dante Coelho de Lima, indicado para a República do Chipre, e Alexandre Addor Neto, indicado para a República da Sérvia e, cumulativamente, Montenegro.

O Item 1 é a Mensagem nº. 121/2010, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Dante Coelho de Lima, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chipre. O autor é o Presidente da República, a relatoria é do Senador João Tenório.

Eu vou solicitar ao senador... Não, o senhor vai ser do José Agripino, não é? O Senador Geraldo Mesquita, o nosso vice-Presidente, que pode ser o senador... O relator *ad hoc* aí, da indicação do relator João Tenório. É do Embaixador Dante para o Chipre.

Então, com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Presidente. Antes de mais nada, queria cumprimentá-lo e parabenizá-lo pela sua vitória, assim como a desse sergipano ilustre que

está aqui do nosso lado, o Valadares, cumprimentar os demais parlamentares presentes, os senhores embaixadores. Enfim, festejar o retorno do funcionamento da nossa comissão.

É com prazer que torno público o relatório aqui da lavra do Senador João Tenório, em relação à escolha do Sr. Dante Coelho de Lima, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chipre.

Informalmente, tomei ciência, ali fora, conversando com os ilustres embaixadores, de que essa nossa embaixada é recém-instalada, não é isso? Mais uma embaixada brasileira mundo afora. O eminente embaixador é aqui de Tocantins, nasceu em Pium, em setembro... Posso revelar a data, embaixador? Em setembro de 43. Não parece, de forma alguma.

“Filho de Newton Coelho de Lima e de Davina Coelho de Souza Lima. Ingressou no Ministério das Relações Exteriores em 68, serviu no escritório do Ministério, no Rio de Janeiro, onde se graduou em Ciências Jurídicas pela Universidade do Estado da Guanabara, em 69. Em 75, após concluir o curso de preparação, no Instituto Rio Branco, ingressou na carreira, no posto de Terceiro Secretário.

Ascendeu a Conselheiro em 89, Ministro de Segunda Classe em 96, sempre por merecimento – que aliás, é a tônica no Itamaraty.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e na Administração Federal, destacam-se as de Coordenador Executivo do Departamento Consular e Jurídico, em 90, e de Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, em 2000.”

Os cargos exercidos no exterior: *“Cônsul-Adjunto e Encarregado do Consulado-Geral em Assunção, Paraguai, em 86; Conselheiro na Embaixada, em Caracas, em 90; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada, em Lisboa; Ministro-Conselheiro na missão junto à Organização dos Estados Americanos, em Washington, em 96; Ministro-Conselheiro, encarregado de negócios na Embaixada, em Roma, em 2003, e Embaixador, em Belgrado, desde 2006.*

O diplomata indicado foi agraciado com a Ordem do Rio Branco, no grau de Comendador, a Ordem do Mérito Mauá, no Ministério dos Transportes, o grau de Grande Oficial e Ordem do Mérito do Estado do Tocantins”. Seria uma injustiça de Tocantins se não o fizesse.

“Sobre o país para o qual se destina o diplomata, a República do Chipre, alguns tópicos grafados, aqui, no informe ministerial – para conhecimento. Está localizada no mar mediterrâneo. A ilha do Chipre tem

área de 9.250 quilômetros quadrados – menor do que o meu Acre –, aproximadamente duas vezes a superfície do Distrito Federal, população de 1 milhão e 80 mil habitantes. Produto Interno Bruto--“

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): A população é maior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): A população é maior. *“Produto Interno Bruto de 23,2 bilhões, o que lhe proporciona renda per capita de 21.400 dólares; 77% da população é de origem grega e outros 18% são de origem turca. Sua capital é Nicósia e os principais idiomas são grego, turco e inglês. O Chipre é integrante da União Europeia desde 1º de maio de 2004.*

O país tornou-se independente em 60, vivendo desde então ciclos de tensão entre a maioria de origem greco-cipriota e a minoria com origens na Turquia, cujas forças militares invadiram a ilha, em 74, e estabeleceram território de cerca de 36% na ilha, sob o controle da República Turca no Norte do Chipre, reconhecida apenas por Ancara. Após dois anos de negociações, os líderes greco-cipriotas e turco-cipriotas chegaram a um acordo para a reunificação da ilha, que, no entanto, foi rejeitada em 2004 por meio da referendo por 3/4 da comunidade cipriota grega.

Brasil e Chipre mantêm relações diplomáticas desde 66.

O fluxo de comércio entre o Brasil e Chipre vem apresentando taxas relativamente constantes de crescimento, particularmente entre os anos de 2004 e 2008. No entanto, em decorrência da crise financeira mundial, verificou-se substantiva redução em 2009. Nesse ano, exportamos, sobretudo, café, óleo, milho, óleo de soja e calçados, e importamos endopróteses expansíveis, equipamentos para empacotar mercadorias e azeitonas. O comércio bilateral total, que em 2007 alcançou a cifra de 222 milhões de dólares, foi de apenas 16 milhões – caro amigo – em 2009.

Chipre tem interesse em diversificar a sua matriz energética, a fim de cumprir as metas estabelecidas pela União Europeia. Com a entrada em vigor da diretiva de energias renováveis, são exigidas metas de 5,75% de fontes renováveis no setor de transporte dos países membros, em 2010.”

Enfim, missão importante que cumprirá o nosso ilustre embaixador, para quem eu desejo, antecipadamente, pleno sucesso. Sei, de antemão, que o país estará muito bem representado por V. Exa., e diante do exposto, essa comissão já tem elementos suficientes, Presidente, para deliberar sobre a indicação do Embaixador Dante Coelho de Lima para representar o país na República do Chipre.

Meus parabéns, embaixador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado ao Senador Geraldo Mesquita, nosso vice-Presidente.

Antes de passar a palavra ao embaixador, eu vou passar à leitura da Mensagem 122, o Item 2, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Alexandre Addor Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia e, cumulativamente, também, à República de Montenegro.

Esclareço à comissão que o Senador José Agripino, relator designado para a matéria, devolveu o seu relatório em 02 de junho de 2010. Tendo em vista que S. Exa. não integra, atualmente, a Comissão de Relações Exteriores em razão da requerimento de licença desde o dia 15 de julho, eu redistribuo para o Senador João Faustino, para ser o relator da matéria.

Muito obrigado, senador. Com a palavra.

SENADOR JOÃO FAUSTINO (PSDB-RN): Sr. Presidente, Srs. Senadores, com muita honra me citou como relator *ad hoc* desta matéria que chega à comissão.

O relatório e o parecer são de autoria do Senador José Agripino, que, por motivo de licenciamento das funções no Senado da República, coube-me relatar a matéria, lógico que com o parecer favorável pela indicação.

“O Sr. Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Alexandre Addor Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo da Embaixador do Brasil junto à República Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro. A Constituição Federal, no art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar, por voto secreto, sobre a escolha dos chefes de missão de diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou curriculum vitae do interessado, do qual extraímos alguns itens para incluir no presente relatório”.

S. Exa. nasceu em Cuiabá, Mato Grosso. “Filho de Alexandre Magno Addor Filho e Altair Cardozo Addor, o indicado, após a conclusão do Curso de Preparação da Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, em 1966, foi nomeado Terceiro Secretário, em 1967, e após reintegração à carreira diplomática, em 1989, foi promovido a Ministro de Segunda Classe e Ministro de Primeira Classe, em 1998.

Dentre os cargos e missões importantes que realizou, cumpre destacar as seguintes: Chefe da Divisão de Imigração, Coordenador Executivo do Departamento Econômico, Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos, Chefe de Gabinete da Subsecretaria de Planejamento Político e Econômico, Ministro-Conselheiro em Moscou, Embaixador Comissionado em Luanda, Cônsul-Geral em Chicago, tendo cumprido suas funções, também, na Secretaria-Geral do Ministério das Relações Exteriores e na Organização dos Estados Americanos.

Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, o Embaixador Alexandre Addor recebeu a Ordem do Mérito do Mato Grosso, seu estado natal – como reconhecimento do povo daquele estado e das autoridades mato-grossenses pelos relevantes serviços que S. Exa. vem prestando à diplomacia e ao Estado brasileiro.

No que concerne ao posto para o qual incide a presente indicação, cabe manifestar grande importância de que se reveste, haja vista o significado das novas fronteiras diplomáticas que necessitam ser abertas por nosso país. A República Sérvia, bem como a República de Montenegro, para a qual se verifica a indicação cumulada, são tradicionais países remanescentes da antiga República Iugoslava, com os quais o Brasil mantém relações formais recentes. As relações bilaterais com a Sérvia remontam a 2006 e são marcadas com acentuada harmonia, mormente após o episódio da declaração de independência de Kosovo, no qual o Brasil foi, desde a primeira hora, firme defensor da integridade territorial sérvia. No plano comercial, no entanto, são parcimoniosas as relações entre os países, muito aquém das potencialidades que possuem. O Brasil exporta para a Sérvia, conforme relatório do Ministério das Relações Exteriores, principalmente commodities como carne, tabaco, algodão e importa máquinas e equipamentos com maior valor agregado.

Virtual aliado às causas brasileiras em fóruns internacionais, particularmente nas Nações Unidas, ONU, e na Organização Mundial do Comércio, a Sérvia é país que se moderniza e busca maior inserção internacional, pleiteando com sucesso, até o presente momento, a adesão à União Europeia. Muitos esforços têm sido feitos nesse sentido, com o país colaborando com os tribunais internacionais para crime de guerra, em busca da cicatrização de feridas recentes de sua história e da construção de um convívio regional harmônico e construtivo. Diante de tal quadro, o novo embaixador brasileiro em Belgrado terá grandes desafios a superar, como motivação e incentivo para formidável desempenho diplomático.

Diante do exposto, creio que os membros desta comissão já dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.”

É este o parecer, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado ao Senador João Faustino.

Nós vamos, então, passar, agora, já, à oitiva dos senhores embaixadores. Depois, os Srs. Senadores poderão fazer os questionamentos.

Então, com a palavra o Embaixador Dante Coelho de Lima, indicado para a Chipre.

SR. DANTE COELHO DE LIMA: Sr. Presidente, Sr. Relator, gostaria de começar a minha--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Só um momento, por favor.

Eu quero declarar, também, já aberto o processo de votação. Lidos os relatórios, os senadores que quiserem votar já podem fazê-lo.

Com a palavra, embaixador.

SR. DANTE COELHO DE LIMA: Eu diria que... Gostaria de começar a minha exposição agradecendo a V. Exa. os esforços feitos para o ajuste de agenda da comissão, de modo que nós pudéssemos ser examinados hoje, graças, também, à capacidade de articulação do Senador Suplicy, que foi fundamental nesta manobra para que... Eu acho que foi benéfica para todos nós, de maneira que muito obrigado pela sua compreensão.

E os dados básicos sobre o país para o qual estou sendo proposto já foram mencionados pelo Sr. Relator. Queria dizer apenas que a minha missão será de aperfeiçoar o atual nível de relações entre o Brasil e Chipre. Sobretudo, porque, como os senhores sabem, Chipre, hoje, é o posto do Itamaraty que está subordinado à Embaixada do Brasil em Tel Aviv. Com isso, quero dizer que em Chipre e Nicósia não há nenhuma estrutura do governo brasileiro, do Itamaraty, nesse momento.

A abertura da Embaixada em Nicósia foi resultado de entendimentos bilaterais entre os dois países, a vontade de elevar as suas relações a um patamar mais substancial, de maneira que eu acredito que a montagem de toda a estrutura de uma Embaixada em Nicósia poderá, certamente, contribuir para a melhoria substancial das nossas relações.

As relações comerciais e econômicas, como já foi mencionado pelo Sr. Relator, são também de expressão não muito significativas, mas eu também me empenharei, com todo o meu esforço, para que essa situação melhore. Estarei em contato com diversas instituições e empresas brasileiras, antes de partir para

assumir o meu posto, para examinar com eles as possibilidades de abrir novas janelas de oportunidade. Por exemplo, Chipre enfrenta um problema de deficiência de suprimento de água. O país gasta muito dinheiro com processos de dessalinização, que é um processo caro do ponto de vista de consumo de energia, por isso que acredito que nós teremos boas oportunidades de oferecer a nossa experiência em termos de fontes alternativas de energia, e também aumentar o atual nível de fornecimento de petróleo que a PETROBRAS já faz para Chipre, petróleo de baixo teor de enxofre

De maneira que a minha disposição é trabalhar de maneira enérgica para que, primeiro, montemos um estrutura adequada para responder essa minha disposição de aumentar o perfil das nossas relações. E, segundo, assim sendo, trabalhar para que o Brasil possa ter mais este mercado, no momento em que o nosso país se transforma em uma potência emergente, com presença comercial e até política na cena internacional. Acredito que... Gostaria muito de contribuir para que a atuação brasileira em Chipre possa vir a fortalecer essa nossa imagem de país capacitado, ser ouvido nas discussões das grandes questões, dos grandes temas nacionais e internacionais, sobretudo.

Uma pequena nota sobre a questão interna do Chipre. Chipre tornou-se um país independente em 1960 e, em 1974, sofreu a intervenção, uma invasão da sua parte norte pelos turcos, pela Turquia, sob pretexto de disposições contidas no acordo que sacramentou a independência de Chipre. Naquele momento, havia uma ditadura militar na Grécia, que invadiu Chipre sob pretexto de que o então dirigente cipriota... O dirigente cipriota então no poder, o arcebispo Macário, era um homem de esquerda, portanto, um perigo para a democracia. Com isso, a Turquia se achou no direito de invadir a parte Norte de Chipre e lá está até hoje, proclamando-se, inclusive, como a República Turca do Norte de Chipre. É uma república que é apenas reconhecida pela própria Turquia. O Brasil mantém a mesma posição equilibrada, semelhante àquela que mantém, no caso do Kosovo, que vai ser objeto de maior discussão pelo Embaixador Alexandre, de maneira que o Brasil não reconhece, por uma questão de princípios, pelo nosso apego ao multilateralismo, pela nossa posição contrária a soluções unilaterais, a emancipações unilaterais, como aconteceu com Kosovo.

Nesse contexto, há negociações em curso entre as duas partes, entre a parte turca e a parte cipriota-grega, sobre os auspícios das Nações Unidas, e são negociações difíceis, sobretudo, porque envolvem questões de propriedade, propriedades que foram tomadas, que foram assumidas pelos turcos ao invadirem a parte Norte de Chipre. Eles tomaram aquelas propriedades

dos seus antigos moradores e proprietários, que eram cipriotas-turcos, e este seria um dos grandes obstáculos às negociações, mas ainda assim as negociações seguem, sob os auspícios das Nações Unidas, e o Brasil acompanha com muito interesse essas negociações e espera que se chegue a um desfecho favorável.

Para terminar, quero dizer que essa questão, essa disputa entre Chipre e Turquia certamente está prejudicando a trajetória da Turquia à União Europeia, a sua aspiração de tornar-se um membro da União Europeia, como de resto Chipre já é desde 2004.

Portanto, eu acredito que o próprio governo do Chipre, da Turquia, terá interesse em fazer pressões ao governo do Norte de Chipre, ao governo turco, para que flexibilizasse a sua posição, e se chegue, finalmente, a um cenário de reunificação das duas partes e se torne um país no modelo bizonal, bicomunal, com uma única personalidade jurídica.

Eu acho que com isso cobri os temas mais importantes da questão, e agradeço muito a atenção dos senhores.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nós que agradecemos, Embaixador Dante Coelho de Lima, que é indicado, portanto, para um nova Embaixada na República do Chipre. E eu quero, inclusive, manifestar a minha plena concordância com a abertura da Embaixada no Chipre, embaixador.

Eu tenho me manifestado contra as Embaixadas do Caribe. Nada contra o Caribe, o Mediterrâneo, mas é uma ilha, também. Mas o Chipre, realmente, é uma ilha grande, já com 1 milhão de habitantes, essa relação do Brasil é plenamente justificável. Então, a abertura da embaixada tem a nossa acolhida, de maneira que eu quero desejar muito sucesso lá, nessa empreitada de estabelecer essas relações mais diretamente do Brasil com um outro país.

Vou passar, agora, a palavra ao Embaixador Alexandre Addor Neto, que é indicado para a Sérvia e, cumulativamente, para Montenegro. São dois, aí sim, são dois novos países. Chipre, não. Chipre já é um país mais antigo. Mas Sérvia e Montenegro são dois países novos, que foram oriundos da divisão da antiga Iugoslávia.

Com a palavra o Embaixador Alexandre Addor Neto.

SR. ALEXANDRE ADDOR NETO: Bom dia para todos. Eu quero agradecer a presença dos senhores, nesse momento em que a política nacional tem uma série de outras prioridades importantes, com a preparação do segundo turno. E quero agradecer a iniciativa de senadores com quem conversamos ontem, em visita

informal, e que disseram que hoje seria mais seguro de obtermos quórum, provavelmente, do que amanhã. Então, a iniciativa operacional foi do Embaixador (sic) Suplicy, mas houve também--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Ainda só senador, não embaixador.

SR. ALEXANDRE ADDOR NETO: Ah, perdão, perdão. [risos] Não, é claro que aí eu confundi as coisas, me perdoe. Depois, se houver tempo, eu conto uma história do adido militar, de quando eu fui embaixador em Luanda, mas isso seria outra história. E eu queria, também, felicitar o Senador Eduardo Azeredo e agradecer—lhe a flexibilidade e o interesse que demonstrou.

Essa região... Quer dizer, a ideia é a seguinte: é fazer uma exposição sucinta, até porque os dados, hoje, são de acesso muito fácil. O Sr. Relator já mostrou dados principais, da Sérvia, sobretudo. Montenegro é um país muito jovem como país independente, ou seja, ele se dissociou da Sérvia apenas há quatro anos. E eu queria dizer, também, que embora, às vezes, essa vinda à Comissão de Relações Exteriores possa parecer uma mera exigência constitucional, eu creio que é um passo essencial, do ponto de vista de legitimidade da nossa representação. Ou seja, com a aprovação, pelo Plenário do Senado, depois desta audiência, aqui, desta tradicionalmente chamada sabatina, nós vamos para o exterior representando todo o país, toda a Nação e não apenas o Poder Executivo. Então, isso é absolutamente essencial.

Mas, então, eu dizia que eu pretendo fazer uma exposição rápida, embora tentando não ser superficial, e vou trabalhar com questões mais conceituais. Eu queria, de qualquer forma, já que essa região tem se caracterizado há séculos, por grande estabilidade política, eu fiz o seguinte: eu peguei um velho atlas histórico escolar, originalmente isso foi editado no Governo Juscelino. Esta edição, que é a 10ª, é do Governo Geisel. Eu acho que a gente não encontra mais isso. Eu tentei achar lá na representação do Ministério da Educação, no Rio e no IBGE, não encontrei.

Então, eu queria pedir a gentileza de Yulo(F) e Renata, que já foram gentis em fazer essas cópias coloridas. Eu fiz o seguinte: eu peguei uns mapas, cada 40, 50 anos, de 1815 para cá. Em 1815 é o Congresso de Viena, quando Napoleão foi derrotado. Então, os senhores vão ver que aparece Sérvia, Montenegro, as seis repúblicas antigas da Iugoslávia, que nós temos ali, quer dizer, do Norte... Aliás, a focalização, ali, está faltando a Croácia no extremo noroeste, viu?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, está faltando a Eslovênia.

SR. ALEXANDRE ADDOR NETO: Não, não, está faltando a Eslovênia, perdão. A Eslovênia, capital...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Croácia?

SR. ALEXANDRE ADDOR NETO: Não, a Croácia está ali. Exato, exato. As seis repúblicas da antiga Iugoslávia, e hoje são todas independentes, são exatamente Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia – até 2006, Sérvia e Montenegro eram um país só, como herdeiro jurídico em política internacional e direito internacional da Iugoslávia – e Macedônia. Macedônia, aliás, tem um nome curiosíssimo. Está ali escrito ARJM, Antiga República Iugoslava da Macedônia. Por quê? Porque os gregos não aceitaram que ela se chamasse simplesmente Macedônia, alegando que Macedônia é uma província da Grécia, e que então seria inaceitável haver.

Mas muito bem, então é uma região de instabilidade. Quer dizer, que eu fiz aí, para os Srs. Senadores, enfim, como fizemos 15 cópias, sobrando aí, o público pode estar interessado também. Os senhores vão ver... O tempo é curto, mas essas variações todas... Por exemplo, no mapa 2, que é segunda metade do século XIX, os senhores veem aqui, em amarelo, o Império Austro-Húngaro e, em marrom escuro, o Império Otomano, dois impérios que, obviamente, hoje, já não existem.

Depois, eu vou ter, em 1914, eu tenho uma dissolução, com a derrota na Primeira Guerra Mundial desses dois impérios. E aí eu vou ter já o que seria parte dessa república: a Sérvia, Montenegro... Aqui eu tenho Bósnia, Croácia, ou seja, eu já tenho... Macedônia, aqui, abaixo, eu já tenho a definição. Então, depois no período da Segunda Guerra Mundial, com a liderança do Marechal Tito, Josip Broz, que é de origem croata, ou seja, pai e mãe, um sérvio e outro croata, etc., consolidou-se a Iugoslávia.

Tito morreu em 1980. A Iugoslávia se desfez na crise do chamado socialismo real, início dos anos 90. Mas o curioso, historicamente, é que Tito nunca foi subordinado à liderança do socialismo na época de Moscou. Em 1948, ele se recusou a fazer parte do bloco militar Pacto de Varsóvia e do bloco econômico COMECON, e cria, ao contrário da versão mais estatizada que houve na União Soviética e maioria dos países da Europa oriental, ele cria um socialismo dito autogestionário, em que a propriedade das empresas era mais dos trabalhadores, diretamente, do que do Estado.

Bom, essa... É claro que toda essa coisa histórica é muito interessante, mas o tempo é curto, então eu vou avançar no que eu chamei aqui de mais uma questão conceitual de como está funcionando essa região, em especial esse país, porque são dois paí-

ses, mas eu vou dar mais foco à Sérvia, porque é o país consolidado, maior do ponto de vista demográfico, maior do ponto de vista geográfico, econômico e tudo mais. Então, é claro que nessa região toda... Eu tenho ali Belgrado... Na época do regime socialista, sob a liderança do Josip Broz, o Marechal Tito, a presidência dessa Iugoslávia era constituída por oito elementos, era o seguinte: um representante para cada um das seis repúblicas – Eslovênia, Croácia, Bósnia, Sérvia, Montenegro e Macedônia – e mais dois para duas províncias especiais da Sérvia: Voivodina, que não dá para ler ali, que fica no Norte, onde está Novi Sad; e no Sul, exatamente, o Kosovo, que se desmembrou, agora, unilateralmente, em 2008.

E toda negociação política que se fazia foi depois de 91, quando alguns países começam a dizer... Do mesmo jeito que há uma desagregação da antiga União Soviética, quer dizer, a União Soviética termina em um dia de Natal de 91. E é uma coisa historicamente muito curiosa, porque o Mikhail Gorbachev deixa de ser presidente não porque o mandato acabou, porque ele foi deposto, o país dele acabou. Então, a União Soviética, como um conjunto, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, de 15 repúblicas, vai desaparecendo porque os países vão se desmembrando, se declarando independentes e, no final, fica a Federação Russa, que era a unidade maior. A União Soviética era o maior país do mundo, 23 milhões de quilômetros quadrados – continua sendo, mas com 17 milhões –, sob a liderança do Boris Yeltsin. Isso aí é um quadro.

E um processo semelhante, em escala muito menor, porque a Iugoslávia era e é muito menor, vai acontecer aqui também. O primeiro país a declarar independência é a Eslovênia. A capital lá em cima, Liubliano, o extremo noroeste aí, que faz fronteira com a Itália. E aí vão se seguindo. Croácia tem interesse em ficar independente, Bósnia, etc. Mas aí o que acontece? A maior força econômica e militar da antiga Iugoslávia era exatamente a Sérvia, e os sérvios são, das várias etnias da região, aqueles que estão mais distribuídos. Na Eslovênia, há muito poucos sérvios, então não houve resistência de Belgrado. Havia toda a questão do direito internacional, jurídico, da sucessão: quem vai suceder a Iugoslávia, se ela desaparecer?

E aí aparece a liderança do Milosevic, que depois perde as eleições em 2000, acaba renunciando, tenta fingir que ganhou, mas há protestos populares gigantescos e tudo, ele acaba renunciando. É aprisionado, depois, considerado... Bom, considerado... Acusado como criminoso de guerra na Corte Especial de Justiça de Haia, para crimes na antiga Iugoslávia; ele era de 1941 e morre em 2006, antes da terminar o seu julgamento. Mas um grande parte dos conflitos que há

na década de 90, e são muitos... Quer dizer, há uma guerra, embates na Croácia e na Bósnia-Herzegovina em 91 e 92. Depois, na Bósnia-Herzegovina, em 95, e, finalmente, no Kosovo, em 98 e 99. Ou seja, essa situação de crise política que nós vendo agora, com a declaração unilateral de independência do Kosovo, que é de fevereiro de 2008, já vinha aparecendo. A Sérvia entra pesado, porque por uma série de razões históricas o Kosovo é considerado o berço da Nação sérvia. Tanto que na semana passada, quando foi eleito um novo primata... Primata... [risos] Primaz, primata é outro... Desculpe. Estou misturando biologia com religião, perdão. O novo primaz da Igreja Ortodoxa Iugoslava, o patriarca Irinej, ele teve que ser entronizado no patronato de Pesh(F), que é no Kosovo. [soa a campanha] Perdão, isso aí é o quê? Eu estou me alargando, é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Não, porque normalmente o período é de 10 minutos. Mas não tem nenhum problema, não. Pode continuar.

SR. ALEXANDRE ADDOR NETO: Dez? Mas não, eu vou... Eu prometo concluir, mais ou menos, rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): É porque automático: quando falta um minuto, toca automático.

SR. ALEXANDRE ADDOR NETO: Não, mas eu tinha dito que eu tentaria não ser superficial, mas pretendia ser sucinto, de modo que dá.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): De modo nenhum, pode continuar.

SR. ALEXANDRE ADDOR NETO: Mas, então, o que é que aconteceu? Uma série de mosteiros – dos mais importantes – e igrejas, da Igreja Ortodoxa Sérvia estão na região do Kosovo. O Kosovo tem uma população de origem albanesa de 85 a 90%. Então, os sérvios são em número pequeno, mas eles estão concentrados em determinadas regiões e essas áreas são simbólicas, inclusive eles comemoraram uma derrota, o que é curioso, com a expansão do Império Otomano, em 1389, é a Batalha do Kosovo, que eles perdem, mas é quando começa a resistência contra a presença do Império Otomano. Claro que se origina a Turquia, a Sudeste dessa região, e que os sérvios vivem como uma imposição.

Então, há uma série de problemas. Eu falei dessas três, vamos dizer, essas três fases de guerra: 91, 92, Croácia, Bósnia-Herzegovina; 95, Bósnia-Herzegovina; 98 e 99, Kosovo, onde, depois, para fazer recuarem as tropas da Sérvia, no Kosovo... E há toda a discussão, de fato, houve o que se chama limpeza étnica,

mortandade, sobretudo de muçulmanos na Bósnia-Herzegovina. E aí há toda uma discussão cultural e política lá, em que se diz o seguinte: *“Nós nunca tive muçulmanos originários de países árabes. Esses são, no fundo, sérvios e croatas que, em seis séculos de presença do Império Otomano acabaram se tornando, aderindo à religião do Império Otomano”*. Isso era uma das maneiras que se justificava a dureza do...

E essa presença da Sérvia na Iugoslávia antiga, como principal potência econômica e militar, foi um dos elementos que desencadeiam essas situações todas de insatisfação, de enclaves de origem sérvia. Nessas... Como eu disse, na Eslovênia eram muito poucos, foi a independência inicial, logo aceita por todos. Mas, depois, na Croácia, havia conjuntos importantíssimos de sérvios, na Bósnia-Herzegovina, e isso é parte da situação de crise.

Será que essa situação é inevitável, retornará, etc.? Há muita, ainda... Há heranças no período da Segunda Guerra Mundial, quando houve ocupação alemã, havia um governo chamado Ustashe, dos croatas, que foi extremamente violento em relação a sérvios. Quer dizer, então há uma série de dificuldades na região.

Eu tenho a esperança de que um dos elementos mais importantes na estabilização da região é o interesse de todos os países de se aproximarem e, no limite, integrarem a União Europeia. A União Europeia tem uma série de regras, até agora o único país que já foi incorporado à União Europeia é exatamente a Eslovênia, o extremo Norte ali. A Croácia é candidata, a Sérvia também está na fase de ser candidata. A semana passada o governo da Sérvia declarou que pretende ser membro pleno da União Europeia até 2015, ou seja, em um prazo de cinco anos.

Então, a União Europeia vai estabelecer questões básicas: respeito à diversidade – isso é exatamente questão de direitos humanos, ou seja, que, em todas as repúblicas, as etnias que não são as majoritárias sejam respeitadas; questões de administração financeira, ou seja, o limite de não mais que 3% de *déficit* a cada ano. É claro que isso vai implicar, a mais longo prazo, que esses países todos passem a adotar o euro como moeda de circulação, que, aliás, é a moeda que funciona. Quer dizer, é a moeda simbólica mais interessante. Se você pedir um orçamento para qualquer coisa, na maioria desses países, em geral, vem em euro. A moeda principal, claro, da Sérvia, é o dinar, na faixa de 78, 80 por dólar, só para dar uma referência.

E o que é o nosso interesse como Brasil lá? E olha, acho que queria dizer o seguinte, se não usarmos excesso de formalismo, mas simplesmente como informação a V. Exas., os Srs. Senadores, o meu cole-

ga Dante está lá há quatro anos. Uma das frustrações em uma reunião dessas é que a gente tem que ser informativo, mas não pode ser doutoral, ou seja, eu não estou ensinado política a quem é profissional da política como os senhores. Mas há campos enormes em que nós podemos expandir.

Como já foi referido aqui, mas só para dar uma ideia de ordem de grandeza, nossas relações comerciais com a Sérvia – e da região é o país com o país com maior fluxo – representam um milésimo do comércio exterior do Brasil, então uma coisa muito pequenina, coisa da ordem de 120, 130 milhões de dólares, em que o Brasil vende mais que 80%, 85% disso, ou seja, compramos pouquíssimo da Sérvia. Com Montenegro, os números, claro, são muito menores porque a Sérvia tem uma população de quase oito milhões e Montenegro, já saiu, agora, o Senador Mesquita, do Acre, mas Montenegro tem apenas a população do Acre, que seria, mais ou menos, o total da zona sul do Rio de Janeiro, 650, 660 mil. Então, como grandeza econômica demográfica, Montenegro é muito menorzinho, vive muito de turismo e de produção de alumínio.

Mas o que é curioso é que a nossa pauta de trocas comerciais, nós compramos produtos com maior valor agregado tanto da Sérvia quanto de Montenegro, e o que exportamos são basicamente produtos primários, *commodities*, como costuma dizer, ou seja, carne, café, açúcar, etc. Então, um dos elementos do nosso trabalho é aumentar o componente tecnológico nessas nossas exportações. O outro é nos servirmos do bom sistema educacional e de um bom sistema de pesquisa tecnológica. Ou seja, a Sérvia – e a antiga Iugoslávia, claro, tinha isso – tem uma ótima área de metal mecânica. Tinha, inclusive, uma pequena indústria de pequenos aviões, indústria de armamentos. Eu sou um pacifista, mas, enfim, os fatos da economia estão aí. Tem uma agricultura eficiente. Então, nós temos que interessar empresários de lá na nossa economia e na cooperação e vice-versa, com os empresários daqui.

A Sérvia, como disse, é um mercado pequeno, são 7 milhões e 800 mil habitantes, uma renda média, por habitante, ajustada por poder de compra, o PPP, que os economistas aí conhecem, da ordem de 10 mil dólares, mas há uma grande vantagem do Brasil trabalhar junto com a Sérvia, porque ela tem acordos de livre comércio com mercados muito maiores, com a Rússia, com a Federação Russa, com o Cazaquistão, com a Bielorrússia. Então, isso podem ser pontos de ampliação da presença brasileira na região.

Em relação... Quer dizer, com o Brasil, então, é um comércio pequeno e deficitário. Há uma série de áreas de cooperação possível, como eu estava dizendo.

Na política local, quais são as prioridades? A política externa da Sérvia, hoje, está baseada no seguinte: integridade territorial. O que quer dizer isso? Não aceitar a secessão unilateral, a independência do Kosovo, não negociada pela Sérvia. Em segundo lugar, integração nas entidades europeias. Mas a União Europeia... Mas pode ser, também, talvez, interesse a OTAN, na área militar. Em terceiro lugar, a integração com as economias regionais, ou seja, os maiores fluxos comerciais da Sérvia são com duas potências econômicas da União Europeia: Alemanha e Itália. A Itália, inclusive, é vizinha, é só atravessar o Adriático ali. Depois, Federação Russa e, finalmente, outras repúblicas da antiga Iugoslávia.

Nós temos excelentes relações políticas, tem havido uma série de visitas recentes. Em junho, o Ministro Celso Amorim esteve em Belgrado, em uma primeira visita, talvez, em mais de 30 anos. E, finalmente, há uma série de trabalhos a fazer na área cultural, consular, administrativa, lá na nossa Embaixada. E uma referência a Montenegro. Montenegro, como vocês veem ali, é o nosso acesso à praia, no mar Adriático. Porque quando era Sérvia e Montenegro, até 2006, um país só, o país tinha acesso ao mar, tinha litoral, mas deixou de ter. É como eu falei, um país com uma população pequena, 600, menos de 700 mil habitantes, e que vive, em grande parte, de turismo, está se reconstruindo, e tem produção de alumínio e nos vende máquinas e equipamentos também.

Eu vou encerrar aqui. Agradecer a atenção, e a boa vontade e a paciência dos senhores... [soa a campanha] Olha aí, parece que... E estamos aí à disposição dos senhores para as perguntas que... Eu alerta: a gente sempre vai fazer o possível para responder, mas não necessariamente nesse processo de aprendizado. Eu, especificamente, que ainda nem cheguei lá, espero poder não frustrá-los em excesso.

Muito obrigado a todos, Sr. Presidente e Sr. Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, embaixador.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu quero lhes comunicar que nós estamos criando o Grupo Parlamentar Brasil-Sérvia, está sendo aprovado nesse mês, agora. Nós temos já inscrito o Senador Roberto Cavalcanti. Pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Não está delineado, ali, o Kosovo, seria aquela área com a linha vermelha.

SR. ALEXANDRE ADDOR NETO: O Kosovo é essa área aí vermelha. Exatamente. O Kosovo...

[falas sobrepostas]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O [ininteligível] ainda não reconhece Kosovo, então?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O Brasil não reconhece, já tem 60 países reconhecendo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O Brasil ainda não?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O Brasil não; tem 60 países já reconheceram.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Por isso que não está aqui o Kosovo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Acredito que o Google também não está reconhecendo.

SR. ALEXANDRE ADDOR NETO: O Google parece que também não tem... Perdão. Enfim, é um diálogo livre aqui ou espero protocolarmente e tudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não, não, é livre.

SR. ALEXANDRE ADDOR NETO: Senador, já que... Se os senhores tiverem um segundo, já que eu o chamei de embaixador numa certa altura, quando eu fui embaixador em Luanda, eu despachava diariamente, ainda era uma situação de guerra civil intermitente lá, com um adido militar, e ele, às vezes, me chamava de general, e eu disse assim: "Mas, fulano, nós despachamos todo santo dia. Se é uma situação protocolar, tudo bem, pública, e tudo mais, uma cerimônia, você me chame de embaixador, senhor e tal, mas aqui, entre nós, você é o José, e eu sou Alexandre, para facilitar", mas ele não conseguia, chamava de embaixador e tal. Segunda, terceira vez, ele disse: "Eu vou fazer um esforço". Aí eu disse: "Sr. José, imagine o seguinte: seu melhor amigo, no colégio militar, na Escola Militar de Agulhas Negras, é promovido a general e diz: 'José, continue a me chamar de Paulo', como você sempre me chamou". Ele disse: "Ah, embaixador, no Exército brasileiro, isso jamais vai acontecer". Eu disse: "Bom, então, por favor, me chame de Alexandre, mas, se não conseguir, paciência".

Então, essa pequena confusão, aí... Quando eu chamei de embaixador, é talvez porque, com a sua iniciativa, ontem, para facilitar a nossa vida, eu devo ter me sentido perfeitamente identificado.

Mas o que acontece em relação à fronteira é que, realmente, quer dizer, como o senhor percebeu muito bem, as fronteiras de países são amarelas. Então, aquela fronteira do Kosovo, ali embaixo, que tem cerca de 12, 13 mil quilômetros, quer dizer, é duas vezes

e meia o Distrito Federal, quando... Quer dizer, ainda não está reconhecido como... Quer dizer, dos 197 países da ONU, 71, 72 reconheceram. O que é difícil para a Sérvia é que, desses, mais de 20 são da União Europeia, que é o grande interesse, como eu estava dizendo, da Sérvia, se unir à União Europeia.

É claro que o Brasil ainda não aceitou, e muitos países ainda não aceitaram. Quer dizer, eu me lembro, assim, de memória, da Espanha, Rússia, China... Não lembro da maioria deles. É que, como o princípio de Direito Internacional e há uma Resolução 1244, das Nações Unidas, de 1999, que define a Sérvia e Montenegro, na ocasião, como as herdeiras jurídicas em Direito Internacional da antiga Iugoslávia, e claro que Kosovo fazia parte desse território. Então, declaração unilateral, quer dizer, pode ficar uma coisa incontrolável, se não for negociada. É esse o princípio, não aceitar declarações. Ou seja, imaginando, uma região qualquer, ocupada por uma maioria só ali, resolve constituir um país. Então, por isso que é inaceitável até agora. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Roberto Cavalcanti com a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Gostaria de repetir o que já tenho dito anteriormente, em algumas arguições de embaixadores, aqui presentes, de que, como cidadão e como parlamentar, me envaideço do nível dos Srs. Embaixadores, aqui apresentados.

Inconteste que os dois embaixadores trazem uma carga, um currículo e experiências fantásticas. Eu acho que o Brasil está de parabéns e o Brasil estará muito bem representado, se, permanentemente, trilhar este caminho, que é o caminho da profissionalização da carreira diplomática. Só *en passant*, só para que nós possamos ter uma análise, veja, vou pinçar, poderia qualquer um dos dois, mas vou pinçar, aqui, do Embaixador Dante Coelho de Lima, as passagens em Embaixada de Oslo, Embaixada em Lagos, Embaixada em El Salvador, Embaixada na Guatemala, experiência em Milão, Embaixada em Washington, Embaixada em Abidjan, consulado em Assunção, Embaixada de Caracas, Embaixada em Lisboa, Washington, novamente, Roma, Belgrado, que é a presente missão, que está sendo, na verdade, transferida para o nobre Alexandre Addor Neto.

Então, isso mostra essa experiência fantástica por que passam os Srs. Embaixadores, ao longo dessa trajetória. Imagino a qualidade de vida. Até vejo no Embaixador Dante Coelho uma juventude muito grande. Eu me olhei no espelho, fui verificar, checar as nossas idades, nós somos mais ou menos da mesma fase, e

até quero pedir o receituário, se são essas permanentes viagens ou se existe algum elixir que permite que V. Sa. esteja com tanta juventude.

Mas a pergunta específica seria a seguinte: está visto aí, no caso do Kosovo, de que, muito recentemente, houve, em uma região que é conturbada, em uma região que é beligerante, essa ocorrência de surgimento de novos países. À exceção do Kosovo, que já está mais ou menos definida, em termos de aceitação de países, ou não, existe, na região, alguma outra tensão? Vamos dizer, nós poderemos antever alguma outra região, alguma outra província que esteja buscando, também, a sua independência ou cessará com a aceitação, ou não, do Kosovo, pelos países, pela ONU? Se isso dará um basta àquela região ou se, naquela região, existem indicativos do surgimento de outras fontes de tensão, para que, lá na frente, possam surgir outros países. Era só, no tocante ao Dr. Dante, esse esclarecimento.

Eu vou fazer as duas perguntas, Presidente Eduardo Azeredo, para poder ser mais ágil. E no tocante ao Embaixador Alexandre Addor Neto, na verdade, nós tivemos uma aula de história. Sou louco por história, louco por mapa. Esse eu vou levar pra casa. Na verdade, achei fantástico, parabeno V. Sa. pelo capricho da busca da história e do resgate dos mapas. Na verdade, mostra que V. Sa. tem uma base cultural muito forte e nos deu essa aula de história. E tenho certeza de que o Brasil, mais uma vez, estará muito bem representado nessa região, pelo nível do embaixador anterior e pelo nível do embaixador atual.

Agora, duas perguntas. Uma é de esclarecimento, só a nível de currículo. V. Sa., no currículo, entre 1967 e 1989, existe um hiato a nível diplomático, e lá, no currículo de V. Sa., tem uma observação de que, em 89, volta à área do Itamaraty, por decisão judicial. Eu queria só ter um esclarecimento. Não é curiosidade, no sentido maléfico da palavra, mas curiosidade a nível de informação de currículo.

E por fim, também tem o esclarecimento no sentido dos idiomas, porque é muito curioso o seguinte: está dito aqui, no material a nós encaminhado, que a Sérvia, o idioma básico é o sérvio, depois tem o húngaro, o croata, o eslovaco, o romeno e o russo. Já no Montenegro, o idioma é [ininteligível] básico, oficial, não é o sérvio, e, no outro, é o Montenegro, seguido de sérvio e outros, que devem ser esses que já foram citados na Sérvia. E estranhamente não aparece na Sérvia o montenegrino. Então, eu gostaria de ter esse esclarecimento: se o montenegrino é uma imposição política, ideológica, religiosa de Montenegro ou esse montenegrino é nada mais de que um dialeto sérvio ou uma caracterização; para poder não adotar o idio-

ma sérvio, nominou-se montenegrino, um idioma que é, talvez, muito parelho de alguns desses idiomas que é falado da Sérvia, porque a extensão da Sérvia e... Essa região já fez parte desse todo, com certeza deverá ser uma língua muito próxima.

Esses dois esclarecimentos que eu faria. E, mais uma vez, volto a parabenizar o nosso país, pelo nível dos embaixadores que são aqui trazidos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, senador. Mais alguém? Senador João Faustino, depois Senador Suplicy.

SENADOR JOÃO FAUSTINO (PSDB-RN): Eu queria, primeiro, me congratular com os dois embaixadores, pela exposição que fizeram, com muito brilhantismo, com muita propriedade e com muita segurança, o que demonstra que o Brasil estará muito bem representado nesses dois países. Me congratulo e desejo a ambos muito sucesso nessa nova missão que abraçam, que é uma missão de Estado, é uma missão de Nação brasileira, e o país, com certeza, se sentirá muito orgulhoso em vê-lo representado por V. Exas.

Eu teria algum questionamento a fazer a ambos. Primeiro: quais as chances que esses dois países têm de ingresso na União Europeia? Pelo visto, são mínimas e pequenas chances. Se é essa a verdade, em que época, que tempo, poderia ser preconizado para que se concretizasse essa inserção? Eu faria essa questão porque é fundamental para qualquer país ter uma moeda forte.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O Chipre já está...

SENADOR JOÃO FAUSTINO (PSDB-RN): O Chipre já se encontra na União Europeia. É importante para qualquer país ter uma moeda forte. O Brasil se impôs economicamente no mundo pelo seu real, pela sua moeda, e deu a sua população poder aquisitivo que ela nunca teve na sua história, de forma que a pergunta, agora, se direciona ao Embaixador Addor, já que Chipre já está inserida na União Europeia.

O mais é desejar sucesso a ambos e muito êxito na missão.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, como V. Exa. mencionou que era favorável que tenhamos um embaixador em Chipre, com mais de um milhão de habitantes, mas V. Exa. não concluiu, dizendo que também é favorável a que tenhamos um embaixador na Sérvia, com mais de 7 milhões de habitantes. Então, eu senti falta...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim. Porque a Sérvia, na verdade, é uma continuação da Embaixada da Iugoslávia, da antiga Iugoslávia.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Mas, então, é favorável?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Plenamente favorável, não tenho nenhuma...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): V. Exa. mencionou o Grupo Parlamentar Brasil-Sérvia e tudo, então...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): A minha discordância, eu reitero, é com as Embaixadas de Santa Lúcia, São Vicente e Nevis, aquelas coisas ali, as pequenas. Só questão de prioridade. Eu acho que a Política Externa brasileira faria melhor se apoiasse mais os consulados do que propriamente essas pequenas Embaixadas do Caribe, mas é só uma opinião pessoal, não de Presidente, evidente.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu quero, então, cumprimentar os nossos novos representantes, que estarão... Embaixador Dante Coelho de Lima e o Embaixador Alexandre Addor Neto, que irão respectivamente para o Chipre, a Sérvia e Montenegro. Com respeito a esses países, eu observo que, primeiramente, houve, de 2003 para cá, um significativo aumento do intercâmbio bilateral com Chipre, mas se bem que, de 2007 para 2008 e 2009, não tanto. 2007 chegou a 222 milhões de dólares de exportações, mas 98, 199, e 2009 ainda não tem o dado completo, e, por outro lado, as importações foram relativamente modestas.

Depois desse incremento bastante significativo, houve alguma razão para que, em 2007, 2008 e 2009, Chipre tivesse algum problema de natureza econômica, que fez com que as nossas exportações diminuíssem? E há possibilidades, do ponto de vista das importações, elas crescerem? Porque, normalmente, as exportações acabam crescendo mais quando o intercâmbio bilateral se equilibra. Então, o que poderia o Brasil importar mais de Chipre? Acho que seria interessante que possamos saber disso. E gostaria que... V. Exa. mencionou, mas eu acho que eu não peguei exatamente. Qual foi o ano que houve esta ocupação ou golpe de Estado em Chipre, em função de lá haver um governo de esquerda e qual é a situação presente?

O senhor mencionou que a Turquia ocupa parte do território Norte de Chipre. Como é que se dá a relação do governo atual de Chipre, qual é a natureza de seu governo, e também do governo em Chipre, da parte da Turquia? E se, como embaixador do Brasil em Chipre,

se também estenderá a sua área de relacionamento, por parte do Brasil, ao Chipre do Norte, ou se fica lá isolado, como outro país, ou se a representação diplomática brasileira vale também para aquela área.

No que diz respeito ao Embaixador Alexandre Addor Neto, eu também gostaria de perguntar a respeito do desenvolvimento do comércio exterior, uma vez que houve, também, especialmente para a Sérvia de 2006, quando era apenas 2,1 milhões de dólares as exportações brasileiras. Um crescimento, em 2008, para 26,9, é bastante significativo, ainda que seja modesto, como o senhor mesmo mencionou, mas quais são... E por outro lado, noto que as importações são relativamente modestas. Então, provavelmente, o efeito... Quer dizer, provavelmente, para crescer as exportações, muito provavelmente há que o Brasil também estar importando mais, já que todo país quer um maior equilíbrio nas relações bilaterais.

Salvo engano, o senhor mencionou que a Sérvia estaria com uma renda *per capita* da ordem de 10 mil dólares, mas aqui, nos dados que o Itamaraty nos fornece, está 3.142 dólares. Então eu fiquei na dúvida sobre qual é a renda *per capita* da Sérvia. Se puder nos esclarecer a respeito disto.

E há um tema que eu agradeço, se o senhor puder nos informar. Como historiou que a Iugoslávia, cuja capital, Belgrado, é justamente a capital da Sérvia, mas, como a Iugoslávia, ao tempo de Josip Tito, desenvolveu o conceito do socialismo, com as empresas autogestionárias, o que significava uma participação muito significativa dos trabalhadores na gestão das empresas, agradeço se puder nos informar em que medida este legado, de alguma maneira, ainda existe na Sérvia, hoje, e em Montenegro também, ou nos demais países que formam a antiga Iugoslávia, uma vez que nós temos, hoje, no Brasil, um interesse bastante grande com respeito às formas cooperativas de produção, à economia solidária, há também, na Constituição Brasileira, o estímulo para que, em cada empresa, mesmo empresa privada, haja a participação dos trabalhadores nos resultados das empresas, e isso pode se dar de diferentes formas.

Existiria, hoje, na Sérvia, em Montenegro e nos países que eram a antiga Iugoslávia, um legado importante, de alguma maneira, ainda que tenha se modificado a natureza do sistema, se debate e se realiza, de alguma forma, experiências desta natureza? Eu gostaria de ter essa informação. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Suplicy.

Vamos ouvir, então, os dois embaixadores. Embaixador Dante primeiro, para as suas considerações em relação aos questionamentos.

SR. DANTE COELHO DE LIMA: Eu queria inicialmente dizer o seguinte: que eu disse aqui, há pouco, ao nosso Presidente, em privado, que não é, digamos, desconhecido de todos que um dos questionamentos que se fazem para a abertura de embaixadas, digamos, de pequenas dimensões territoriais ou de pequenas dimensões demográficas, digamos, fica, digamos, carecendo de uma justificativa mais além do que aquela que se costuma comentar, que é a questão do voto da ONU, aquela coisa toda.

No caso de Chipre, trata-se de um país de grande atração turística, pela sua própria vocação. É uma ilha, é uma bela ilha, rota de grandes cruzeiros, etc., e são muitos brasileiros que lá vão ter na sua rota turística. Naturalmente, fatalmente, há sempre um problema em que há necessidade de uma assistência consolar, é um brasileiro que é, digamos, furtado, ou outro que tem um problema até de documentação não propriamente legal e permanência legal no país. Atualmente esses assuntos são tratados pela embaixada que cobre Chipre, que é a nossa Embaixada em Tel Aviv. Não é muito longe, mas não é a mesma coisa de estar ali, ter uma estrutura, ter funcionários, estar presente, conhecer as autoridades locais e, portanto, poder ter uma interlocução com eles e resolver as questões que se apresentem.

Temos no Brasil... Perdão. Em Chipre, hoje, cerca de 20 famílias brasileiras, permanentemente morando lá, muitos deles famílias integrantes de... Famílias de jogadores de futebol, esse novo item da pauta de exportação brasileira que nós passamos a ter de uns anos para cá. Não sei se já viram, tem um site da CBF e tem a relação da movimentação de brasileiros que saem. É uma coisa impressionante, impressiona o número de brasileiros que saem a cada ano para os países mais estranhos de... Mas, enfim, é um... Digamos, é um... Como eu digo, um item novo na nossa pauta de exportação, esse produto que é a qualidade do futebol brasileiro.

Então, eu me refiro a isso porque a instalação de uma embaixada, que é um processo complicado... Os senhores imaginam, eu recebi aqui uma espécie de roteiro de previdência, é uma coisa que vai me dar muito trabalho, eu vou passar os meus primeiros meses debruçados em previdências logísticas, até de alugar os locais da embaixada, etc. e etc. Para dizer que a importância que isso tem para o apoio aos brasileiros no exterior, a nossa diáspora brasileira, que ainda é grande, já foi maior, mas, na medida em que as nossas condições econômicas locais oferecem hoje em dia, no mercado brasileiro, condições muito boas, tende-se a acreditar que há um movimento de retorno dos brasileiros. Está aí o caso do Japão, que é um

caso emblemático de brasileiros que estão voltando, inclusive com a ajuda do governo japonês, porque já se tornaram um problema para a questão do mercado de trabalho local. Então, é isso.

A abertura de uma nova Embaixada num país que, por menor que seja, é sempre uma oportunidade de o nosso país oferecer cidadania, dignidade a um brasileiro em situação difícil, que acontece com qualquer um de nós, em um país estranho, de língua estranhíssima, naturalmente. Grego... Eu estou dizendo que eu estou saindo de um país onde se fala sérvio, uma língua muito difícil, e agora estou indo para outra, que é o grego. Então, é uma coisa que... Eu gostaria de deixar registrado esse aspecto da importância para o Brasil não apenas mostrar que é um *global player*, um país que pretende ter uma visão universalista da diplomacia e a presença; já que queremos ser fortes no mundo, temos que ter representantes em diversos países.

Com relação, se não me engano, à pergunta do Senador Suplicy, no que se refere à questão do comércio e de, digamos, uma missão recente, depois de uma manutenção sustentada de aumentos. Isso aconteceu no caso da Sérvia e aconteceu também no caso de Chipre. E Chipre tem ligações muito fortes com a Grécia, e, como os senhores sabem, a Grécia passa por um momento, junto com outros países europeus, muito difícil, de problema de dívida pública, e 40% do movimento, da atividade bancária, por exemplo, na Grécia, é responsável por bancos, dois grandes bancos de Chipre. Chipre tem essa característica de ser quase que um paraíso fiscal, porque eles oferecem grandes facilidades fiscais para a instalação de empresas, e aí também uma outra janela de oportunidade para empresas brasileiras quem sabe instalem-se em Chipre, se associarem com empresas chiprianas e etc.

De maneira que a razão está nisso e a razão está na crise global que atingiu esses países todos da Europa, felizmente, graças aos nossos sólidos fundamentos econômicos, graças ao nosso sucesso na implementação de programas sociais, que fizeram com que houvesse uma migração de pessoas pobres para o mercado de trabalho, portanto, para o mercado de consumo. De maneira que eu justificaria essa diminuição momentânea. Já, evidentemente, há sinais de que há recuperação. Eu tenho lido de que já há recuperação, mas que, de fato, isso é devido à crise. A questão da data da invasão, a que se referiu o Senador Suplicy, também manifestou dúvidas sobre a data, é 1974, quando o governo militar grego invadiu Chipre, a pretexto de que o seu então dirigente, o patriarca Makarios, era um homem francamente de esquerda, era um patriarca vermelho, como chamavam, e, por-

tanto, eles intervieram ali para evitar... para abafar as atividades do país.

Por sua vez, os cipriotas turcos se acharam no direito de apropriar-se de 37% do território, a parte Norte de Chipre, para, justamente, proteger os seus nacionais, e essa situação se cristalizou até hoje. Até hoje, Chipre é dividido em duas partes, trinta e tantos por cento é ocupado pelos turcos, há presença militar turca. A presença militar de uma das primeiras missões de paz da ONU foi em Chipre, de maneira que é uma situação que tem que ser resolvida.

O Senador Suplicy também perguntou se a minha função significa que eu cobrirei todo o território de Chipre ou se, diante dessa situação no norte, haveria alguma limitação. Senador, o Brasil não reconhece a existência dessa República Turca do Norte de Chipre. Portanto, para nós, a República de Chipre é todo o território. Portanto, eu sou embaixador perante todo o território, todo o país. Acho que... Se me ocorre, eu acho que seriam esses os elementos que eu poderia trazer.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente, nós estamos às 12h44. Eu pediria que houvesse um disciplinamento aí do tempo, porque nós vamos ter aquela sessão fechada ainda e daqui a pouco, nós... Eu pediria um disciplinamento disso e também se fosse obedecida a ordem das perguntas. O Embaixador Dante respondeu às perguntas do Senador Suplicy, mas passou por cima das minhas. Então, eu vou perdoar, desde que sejam respondidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Embaixador, para responder, mas eu peço que realmente seja conciso, para a gente poder completar a reunião.

SR. DANTE COELHO DE LIMA: Peço que o senhor me faça a gentileza de repeti-la, porque...

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): No tocante à tendência na região, se haveriam novos 'Kossovos' ou se essa situação, hoje, política, ideológica, religiosa, está estabilizada ou se existem indicativos da ocorrência de novas tensões na região.

SR. DANTE COELHO DE LIMA: O senhor está se referindo à...

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): À região que V. Sa. hoje exerce, que tem a maior experiência entre todos nós.

SR. DANTE COELHO DE LIMA: Perfeitamente.

Senador, não creio que haja uma situação semelhante a que ocorreu no Kosovo. A Sérvia é constituída, além do seu país, digamos, nuclear, ela é constituída pelo Kosovo, no sul, como província independente, província autônoma, esse é o nome técnico e foi assim que Tito concebeu como província autônoma, e, ao

norte, a Voivodina, uma segunda província autônoma, mas essa Província Autônoma da Voivodina, não há, diria eu, não há, digamos, pelo que eu sei, pelo que eu tenho visto, não há nenhum tipo de espasmo, digamos, separatista, embora seja, certamente, a região mais rica, talvez, da Sérvia. Digamos, é o celeiro agrícola da Sérvia, mas, ainda assim, mesmo com um contingente populacional húngaro muito importante, não há uma perfeita, digamos, integração. E para responder a sua pergunta, eu duvidaria que houvesse – pelo menos, num futuro próximo – um movimento separatista do gênero que há em Kosovo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço. E tenho certeza que a resposta do elixir, V. Sa. me fará na sessão secreta.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): Com a palavra o Embaixador Alexandre Addor Neto.

SR. ALEXANDRE ADDOR NETO: Bem, obrigado. Vou tentar ser muito breve.

Há uma pergunta do Senador Roberto Cavalcanti quanto ao meu currículo, em que há um... Há um corte, ali, que foi causado pela situação política, na época do golpe ou revolução, a critério do que... Em outubro de 63, eu fui eleito Presidente do Centro Acadêmico Cândido Oliveira, o CACO, lá no Rio de Janeiro, faculdade nacional. Então, quando houve a mudança de regime, também a escolha, 31 de março a 1º de abril... Enfim, eu enfrentei o IPM, etc. e etc., quando, no fundo, eu estava exercendo um mandato. Ou seja, dia 31 de março, eu, como presidente do Centro Acadêmico, fiz parte de uma assembleia-geral, em que, sem discutir méritos ou deméritos do Governo Constitucional, do Presidente João Goulart, nós nos manifestamos contra qualquer golpe.

Então, isso me acompanhou durante muito tempo. Então, fiz o exame para o Rio Branco, em 65, passei muito bem, mas não fui autorizado... Quer dizer, não cursei. Fiz o recurso interno e, como não resultou em nada, entrei na Justiça, em uma ação que durou mais de 20 anos e fui reintegrado em 89. Como eu não tinha esperado a anistia, eu tive uma reintegração plena e fui readmitido na posição de meus colegas de turma. Então, é por isso que há esse lapso grande. Inclusive, essa referência a eu ter sido 3º Secretário é porque a turma toda foi, mas, enfim, eu não cheguei a... Na época, quer dizer, eu... Então, o espaço, aí, em branco, é porque eu realmente não estava no ministério, na ocasião.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu tenho certeza que quem perdeu foi o Brasil.

SR. ALEXANDRE ADDOR NETO: Eu agradeço a generosidade. Eu sei que eu tive uma vida bastante variada, atraente, fui trabalhar no programa brasileiro da BBC, cursei a Escola de Economia de Londres, *London School of Economics*, tive uma bolsa em Oxford, trabalhei aqui nos jornais de oposição, opinião e movimento, fui assessor em... Fui professor de Introdução à Economia e Economia Internacional, da Federal Fluminense. Fui assessor, em 75, da CPI de Multinationais do Capital Estrangeiro, Presidente: Herbert Levy; Relator: Alencar Furtado. Depois trabalhei um ano na FIESP, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, sete anos na área de ciência e tecnologia na FINEP, de modo que, quando fui reintegrado, em 89, eu tinha tido uma boa experiência para servir ao país, mas eu agradeço o seu interesse. E eu... Em uma versão anterior do meu currículo, constava essa minha vida extradiplomática. Por alguma razão, depois foi reeditada, eu estando no exterior. Quer dizer, está em tempo de – como V. Exa. chamou a atenção – eu corrigir esse branco, aí, que parece que foi um período de fantasma.

Quanto a outra pergunta sua. A minha suposição, embora talvez o meu colega possa responder melhor, é que o montenegrino é uma variação, de fato, como servo-croata. Agora, a não presença do montenegrino entre as línguas da Sérvia, eu explicaria por uma questão demográfica. Quer dizer, como Montenegro tem uma população muito pequena, a presença do montenegrino como língua falada na Sérvia deve ser necessariamente diminuta. Vou acelerar.

Há uma pergunta, também, do Senador Faustino sobre o ingresso. O senhor falou dois países, eu pensei em Sérvia e Montenegro; o senhor tinha pensado talvez em Chipre. Mas Chipre já entrou. Olha, o processo de acesso à União Europeia é sempre lento. Quer dizer, eles sempre projetam prazo de quatro, cinco, seis anos. Então é por isso que, na Sérvia, o presidente, semana passada, falou no desejo e no interesse de cumprir todas as exigências, para a Sérvia poder estar como membro pleno da União Europeia até 2015. Há perguntas do... Eu vou seguir rápido e tudo.

Há perguntas do Senador Suplicy sobre o fluxo comercial. O fluxo comercial, senador, de fato, eu tenho que me aprofundar nisso, mas há uma divergência enorme entre as informações do Brasil e as informações da Sérvia. Uma diferença muito, muito grande. Eu não sei a razão específica. Quer dizer, eu sei que, às vezes – e o senhor conhece isso como economista –, apesar de todos os esforços da ONU de padronizar os registros, há situações concretas que são diferentes. Por exemplo, o senhor considera Roterdã, que é um dos maiores portos do mundo. Então o Brasil exporta

para Roterdã necessariamente uma quantidade enorme de produtos, mas que não ficam necessariamente na Holanda, são distribuídos depois. Quer dizer, como é que se faz esse acerto? No caso específico, por exemplo, de Montenegro, com o qual o Brasil tem que organizar a sua estrutura de relacionamento – porque o país só tem quatro anos independente da antiga Sérvia e Montenegro –, há um ponto enorme de exportações brasileiras muito pequenas. O senhor pega 2008, em que salta para 66 milhões; 2009, para 54 milhões. Foi a venda de dois aviões da Embraer para uma aerolínea local de Montenegro. Então, às vezes, como o valor absoluto é muito pequeno, qualquer fato desses dá uma alteração enorme na estatística. Então é uma explicação eventual. Eu confesso que, quando me defrontei com esses dados... Também, eu quero esclarecer melhor.

Quanto à situação de renda por habitante, eu tenho aqui dados do FMI de 2009. Então, a renda por habitante nominal, ou seja, da Sérvia, em dinares, dividido pela taxa de câmbio, dá quase 5.500 dólares, mas a PPP, como se diz na terminologia da ONU, que é ajustada pelo poder de compra, *Purchasing Power Parity*, paridade do poder de compra, dá quase o dobro, isso por uma razão muito simples: é uma maneira de a gente tentar mostrar o poder aquisitivo real. Isso por quê? Porque um dólar, obviamente, compra muito menos na Alemanha do que na Sérvia ou na Nicarágua. Ou seja, há países que, necessariamente, porque tem um nível de renda média muito mais baixo, uma moeda forte tem um poder de compra muito melhor.

Então, para que essa renda, ajustada por poder de compra, seja mais significativa, se passou a adotar isso. Nas Nações Unidas, mais ou menos, se padronizou isso tem já uns 10 ou 15 anos, sempre usar... Então é por isso que, provavelmente, há essas diferenças. Os dados que eu tenho aqui, e pode haver divergência em outros documentos, mas são dados de renda por habitante da Sérvia para 2009, segundo o FMI, quase 5.500 nominal e quase o dobro... porque, tipicamente, um dólar na Sérvia vai comprar mais ou menos o dobro do que compraria um dólar nos Estados Unidos.

E uma última pergunta sua, Senador Suplicy, é a questão de, digamos, heranças ou sobrevivências do socialista autogestionário da época do Marechal Tito. Eu não me aprofundei nesse assunto, mas, pela lógica da transição que vem acontecendo nos países todos, que foram do chamado Socialismo Real, eu creio que deve haver muito poucas... Quer dizer, o que eu acho que pode haver são situações localizadas, em que uma empresa, mesmo nesse modelo mais de capitalismo de mercado, que se passou a adotar, permaneceu,

mas eu acho que, como modelo geral, deve ter sobrevivido muito pouco.

Quanto à participação no resultado das empresas, eu me lembro que, desde a Constituição de 46, se falava em participação dos empregados nos lucros. Isso, naturalmente, está reforçado pela Constituição de 88, e eu tenho, pessoalmente... Ontem, até, conversando rapidamente, eu disse que o meu filho mais novo, lá na UFRJ, trabalha no SOLTEC, Núcleo de Solidariedade Técnica, cuja ideia é utilizar tecnologia em engenharia para apoiar projetos sociais e solidários.

Vou me dedicar a poder lhe responder melhor, mas isso é um dos casos típicos que eu citei aqui, que, infelizmente, às vezes, eu frustraria os senhores, por ainda não ter um acompanhamento, mas eu já tive conversando sobre isso com o meu colega e amigo Dante, que passou lá esses quatro anos, a opinião geral é exatamente que, se há sobrevivências, não são muito marcantes.

Obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Então, já terminando, eu quero também cumprimentar os dois embaixadores, salientando que os dois vêm do Centro-Oeste brasileiro, um vem de Mato Grosso e o outro veio de Tocantins. Quer dizer, é esse Brasil novo, que surgiu depois de Juscelino. Quer dizer, os dois nasceram antes do Governo Juscelino, na verdade, mas o Brasil, realmente, pós-Brasília, que a grande importância de Brasília foi essa, de trazer as atenções para uma faixa enorme do país, que era quase que desconhecida. E eu fico feliz de ver os dois aqui. E aproveito para cumprimentar o Senador Cristovam, reeleito aqui senador por Brasília.

E eu quero, então, já, agora, transformar a reunião em reunião secreta e, também, pedindo ao Senador Suplicy e o Senador João Faustino que façam a apuração, se não houver nenhuma pergunta na parte secreta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Uma curiosidade, Presidente. O Senador João Faustino estava aqui, observando – que ele conhece a Sérvia – que o Embaixador Alexandre Addor Neto tem um biotipo muito semelhante aos sérvios. Então, quem sabe o Embaixador Dante possa confirmar se é verdade. Embaixador Dante, é verdade que V. Exa...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Então, a reunião está transformada em secreta. Eu peço aos senhores que não são

diplomatas, os senadores, que se ausentem momentaneamente.

[Sessão secreta às 12h57]

[Sessão reaberta ao público às 13h06]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Embaixador.

SR. ALEXANDRE ADDOR NETO: Eu queria fazer um...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Porque a reunião já foi reaberta, eu vou só comunicar...

SR. ALEXANDRE ADDOR NETO: Eu queria fazer... Bom, de minha parte, um último comentário: claro que estou à disposição aí de V. Exa. para o que seja necessário. Além de agradecer a presença dos Srs. Senadores, eu queria agradecer, também, a gentileza e eficiência, aqui, da Secretaria, em que, através do meu xará, o Alexandre, e a Renata, o Yulo(F), que reproduziram, aí, esses belos mapas coloridos para distribuir aos participantes e tudo.

Então, eu me senti, realmente, extremamente honrado dessa situação que, como eu referi, institucionalmente, nós vamos representar o país não apenas como representante do Poder Executivo, mas também do povo, representado no Parlamento, no Congresso, e agradecer, encerrar. E estaremos à disposição do Senado e trabalhando para uma presença brasileira maior lá, em Sérvia e Montenegro.

Obrigado pela atenção de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu quero agradecer aos senadores que participaram também dessa reunião. Quer dizer, nós tivemos que fazer a Reunião Extraordinária, antecipando de amanhã para hoje, em virtude da questão do quórum, e foi realmente possível, conseguimos uma boa discussão, o Senador Suplicy, que tinha me procurado ontem, exatamente com esse objetivo.

Então, eu agradeço também os senadores que estiveram presentes. E quero comunicar, então, a aprovação dos embaixadores. O Embaixador Dante Coelho de Lima, para a República do Chipre, por unanimidade de votos, e também do Embaixador Alexandre Addor Neto, para a República da Sérvia e Montenegro, Sérvia cumulativamente com Montenegro, também por unanimidade.

Portanto, meus cumprimentos a todos e votos de muito sucesso.

SR. ALEXANDRE ADDOR NETO: Eu queria fazer um último agradecimento, que seria extremamente injusto se eu não fizesse uma referência ao nosso colega [ininteligível], com quem estamos... da nossa assessoria federativa, de ações federativas e parlamen-

tares. Pela situação de eleições, nossas mensagens vieram, chegaram aqui há vários meses e foi realmente... É natural que os Srs. Senadores estivessem em campanha, mas conseguimos. Eu queria agradecer a equipe liderada pelo Danesi(F), fazer uma referência também à presença do nosso querido Pedro Rodrigues, aqui, no Senado.

Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Ótimo. Está encerrada a reunião. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 13h10.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 22ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 13 DE JULHO DE 2010.

Às nove horas e cinqüenta e oito minutos do dia treze de julho de dois mil e dez, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **AUGUSTO BOTELHO, NEUTO DE CONTO, GERSON CAMATA, JORGE YANAI, MARISA SERRANO, ROMEU TUMA, OSMAR DIAS, FÁTIMA CLEIDE, EDUARDO SUPPLY, VALDIR RAUPP, DEMÓSTENES TORRES E SÉRGIO ZAMBIASI**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcídio Amaral, César Borges, Raimundo Colombo, Kátia Abreu, Jayme Campos e Flexa Ribeiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, DE 2010. EMENTA:** Altera a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, para alterar a base de cálculo da Contribuição à Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional – CCCCN. **Autoria:** Senador Francisco Dornelles. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria “AD HOC”:** Senador Romeu Tuma. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Romeu Tuma, Gerson Camata, Neuto de Conto, Fátima Cleide, Jorge Yanai, Eduardo Suply, Valdir Raupp, Marisa Serrano e Osmar Dias. **Resultado: Aprovado o Projeto. A Matéria**

será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 2: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 327, DE 2006 (Apresentado como conclusão do Parecer nº 1.271, de 2006-PLEN, sobre o PLV nº 25, de 2006, proveniente da MP nº 320, de 2006) **EMENTA:** Dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro; modifica a legislação aduaneira; alterando as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, 9.019, de 30 de março de 1995, 9.069, de 29 de junho de 1995, 9.716, de 26 de novembro de 1998, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e os Decretos-Leis nºs 37, de 18 de novembro de 1966, e 2.472, de 1º de setembro de 1988; e revogando dispositivos dos Decretos-Leis nºs 37, de 18 de novembro de 1966, e 2.472, de 1º de setembro de 1988, e da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências. **Autoria:** Apresentado como conclusão do Parecer nº 1.271, de 2006-PLEN, sobre o PLV nº 25, de 2006, proveniente da MP nº 320, de 2006 – Relator-Revisor, Senador João Alberto Souza. **Relatoria:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda (Substitutiva) que apresenta. **Observações:** – Em reunião de 15/12/2009, após a leitura do relatório pelo Senador Sérgio Zambiasi, Relator, foi concedida vista ao Senador Osmar Dias. Matéria em fase de discussão; – Em 24/06/2010, o Senador Osmar Dias oferece Voto em Separado que conclui pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda (Substitutiva) que apresenta; – A matéria foi apreciada pela CI, tendo sido aprovado Parecer favorável com as Emendas nºs 1-CI a 22-CI. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Romeu Tuma, Osmar Dias, Gerson Camata, Marisa Serrano, e Sergio Zambiasi. **Resultado: Aprovado o relatório do Senador Sérgio Zambiasi, que passa a constituir o Parecer da CRA, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 23-CRA (Substitutiva). A Matéria será apreciada pela CDR, CCJ e CAE. ITEM 3: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, DE 2009. EMENTA:** Altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, visando a sua adequação e modernização. **Autoria:** Senador Gilberto Goellner. **Relatoria:** Senador Jorge Yanai. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda (Substitutiva) que apresenta. **Observações:** – Em reunião de 23/02/2010, foi realizada Audiência Pública para instruir o projeto, em cumpri-

mento ao Requerimento nº 64/2009-CRA, de autoria do Senador Osmar Dias, aprovado em 01/12/2009; Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Jorge Yanai, Fátima Cleide e Romeu Tuma. **Resultado: A Presidência designa o Senador Jorge Yanai relator, tendo em vista a licença do Senador Raimundo Colombo. Foi realizada a leitura do Relatório e concedida vista às Senadoras Fátima Cleide e Marisa Serrano, nos termos do art. 132, §§ 1º e 4º do RISF. A matéria será apreciada pela CAS em decisão terminativa.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Valter Pereira, Presidente da CRA.**

22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE JULHO DE 2010, ÀS 09 HORAS E 58 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. E havendo a anuência de todos, é dada como aprovada. Não havendo nenhum registro de rejeição, portanto está aprovada a Ata.

Enquanto aguardamos quórum para deliberação, gostaria de fazer um comentário sobre um assunto relevante para o setor.

Um velho fantasma volta assombrar todos os atores do agronegócio, da agricultura familiar em nosso país. A colheita recorde da Safra 2009/2010, encerrada em junho, reforçou a tendência de retração da renda bruta do campo. Em vários estados a luz amarela já acendeu. Em cooperativas, sindicatos rurais já há uma inquietação muito grande com relação a isso. Para o segundo semestre é provável uma nova rodada de renegociação das dívidas do setor.

Matéria publicada hoje no Jornal Valor Econômico traz importantes dados sobre esse momentoso assunto. Um levantamento conjunto do IBGE e do Ministério da Agricultura, com cotações da FGV, da Fundação Getúlio Vargas, apontou que o valor bruto da produção – conhecido como VBP – das 20 principais lavouras, deve ficar abaixo de 160 bilhões, o que seria

um resultado comparável só ao ano de 2007. No ano passado, o VBC(sic) fechou em 161 bilhões.

Há uma forte queda na produção de grãos, sobretudo no Centro-Oeste do país. O VBC (sic) da soja recuou 2% até junho, perdendo quase 900 milhões no período. Os produtores de milho perderam até agora 1,9 bilhão, com a retração de 11% do seu VBP. Os arrozeiros queixam-se de que houve uma redução de 18,5%, ou um prejuízo da ordem de 1,7 bilhão. “A produção elevada da safra provocou uma queda nos preços dos grãos”, afirmou o Coordenador-Geral da Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, José Garcia Gasques. O levantamento do governo mostra que os preços reais da soja, principal produto do setor, recuaram 18% até abril, em comparação com 2009. As cotações do milho encolheram 15% no período. O arroz também sofreu forte desvalorização de 9% e o feijão de 17,5%. Fumo, laranja, mandioca, pimenta e uva também sofrem os efeitos financeiros adversos de redução de renda bruta. A situação mais grave está em Mato Grosso, onde um antigo endividamento, com programas de investimento, acaba somado à redução de preços. O VBP das lavouras do estado deve cair 18% neste ano. Essa é uma projeção oficial.

As reclamações de produtores chegaram ao governo e estão começando também a ser ventiladas a esta comissão. Ainda no final da semana passada estive em Chapadão do Sul, na abertura da colheita do algodão, e lá um dos assuntos mais pontificados foi exatamente essa questão. Reclamam uma repactuação das dívidas, especialmente nesse caso do Centro-Oeste, mas o Ministério da Fazenda opõe resistências a esse pedido dos produtores. Existe, portanto, uma dificuldade para ser ultrapassada.

A Comissão de Agricultura da Câmara já convocou uma audiência para discutir a falta de garantia de renda para a atividade no Brasil. Considero oportuno que o Senado também fixe a sua posição, também passe a debater o problema. É bem verdade que neste momento que antecede ao recesso toda iniciativa será difícil nessa direção. Todavia, para o segundo semestre, o Senado não pode ficar alheio a esse debate.

É inaceitável que o setor rural não tenha nenhum mecanismo de proteção da renda da atividade agrícola. Sabemos que a agricultura é a atividade produtiva de grande risco, inquestionavelmente é a de maior risco, e é também aquela que tem dado uma contribuição decisiva, não só na regulação de preço, no suprimento, na segurança alimentar, como também na composição do PIB, na estabilidade da economia do país.

Por tudo isso, feita essa ligeira digressão, nós já antevemos em nossa Pauta do segundo semestre um debate sobre a questão da renda do produtor rural,

que é fundamental. Havendo renda, há investimento, investimento próprio. Não havendo renda, há um trabalho infrutífero.

Com quórum já visível, nós vamos começar apreciar as matérias que estão pautadas para esta manhã. Quero aqui enfatizar o nosso agradecimento ao comparecimento de todos os Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, aqui estão presentes duas senadoras.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Três.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Três senadoras, é verdade; três senadoras, então isso mostra a relevância dos assuntos que nós vamos debater hoje, já que todos nós sabemos da dificuldade que está tendo a Casa para compor o seu quórum.

O Item 1 da Pauta é o Projeto de Lei do Senado nº 119, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que nós vamos sobrestar para o final da Pauta, já que o relator da matéria, o Senador Flexa Ribeiro, não chegou ainda a esta reunião, mas há uma perspectiva de que ele pode comparecer ainda.

Vamos, então, para o Item 2, que é o PLS nº 327, de 2006, Não Terminativo – apresentado como conclusão do Parecer nº 1.271, de 2006, sobre o PLV nº 25, de 2006, proveniente de Medida Provisória que teve o nº 320, de 2006. O relator-revisor é o Senador João Alberto Souza, que “Dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro; modifica a legislação aduaneira; alterando as Leis nºs 4.502, de 1964; 8.630, de 1993; 9.019, de 1995; 9.069, de 1995; 9.716, de 1998; 10.833, de 2003; e os Decretos nºs 37, de 1966; e 2.472, de setembro de 1988; e revogando dispositivos dos Decretos-Leis nºs 37, de 1966, e 2.472, de setembro de 1988, bem como da Lei 9.074, de 07 de julho de 1995, e dá outras providências”. A matéria tem como relator o Senador Sérgio Zambiasi, que apresentou relatório pela aprovação do projeto nos termos de uma emenda substitutiva que apresentou.

Em reunião do dia 15 de dezembro de 2009, após a leitura do relatório pelo Senador Sérgio Zambiasi, foi concedida Vista ao Senador Osmar Dias. Em 24 de junho, o Senador Osmar Dias ofereceu voto em separado, concluindo pela aprovação do projeto nos termos de Emenda Substitutiva que também apresentou. A matéria foi apreciada pela CI, tendo sido aprovado o Parecer favorável com as Emendas nºs 1-CI a 22-CI.

Nesse instante nós passamos, então, a palavra ao Senador Osmar Dias para realizar a leitura do seu voto em separado.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Eu não vou ler todo o relatório porque ele é extenso, mas eu quero fazer algumas considerações e justificar a apresentação do meu voto em separado.

Embora respeitando e entendendo as razões pelas quais o Senador Sérgio Zambiasi defende o seu projeto, nós temos experiências no Paraná e no Brasil que demonstram que com o regime proposto não haverá avanços no que refere à instalação de novas estruturas logísticas para o desembarço aduaneiro e, portanto, nós não vamos ampliar a capacidade do Brasil de exportar, de importar, de dinamizar a economia.

O que eu estou dizendo tem exemplos práticos. No Paraná, nós tivemos uma licitação em Londrina, onde há dez anos se reclama a instalação de um porto seco. Aquele que é detentor do porto seco de Maringá, simplesmente entrou com uma liminar na Justiça impedindo a instalação daquele que se pretendia em Londrina. Portanto, o regime atual permite que haja esse tipo de ação na Justiça, como ocorreu, por exemplo, em Paranaguá, com quatro portos secos que seriam instalados, nenhum foi instalado até hoje. Nós temos no Brasil inteiro funcionando cerca de – eu não sei bem – 63 ou 65. Em um relatório tem 63 e em outro tem 65. No Paraná, seis. Nenhum foi licitado. Na verdade, funcionam em áreas da União e, portanto, não houve licitação como se previa a lei em vigor ou a medida provisória em vigor.

É oportuno mencionar que muitas das empresas que atuam no setor não se submeteram a processo licitatório para obter a concessão de portos secos, mas apenas disputar a concessão de uso de bem público referente à área onde deveria ser instalado o porto seco. Em outras palavras, muitos dos que hoje defendem o modelo atual adquiriram, por meio de licitação, apenas o direito de utilizar uma área pública para uma atividade econômica, não a concessão da atividade de movimentação e alfandegamento em si, que na época prescindia de licitação.

Também quero destacar do relatório um trecho que diz o seguinte: “*Segundo informações da própria Receita Federal, a adjudicação de cinco dos seis portos secos com licitação concluída está suspensa justamente por disputas judiciais que impedem que os vencedores celebrem o contrato de concessão*”. Há ainda nove portos secos a serem licitados, mas a continuar nesse ritmo talvez nunca cheguem a entrar em funcionamento. Até mesmo a autorização para a instalação de entreposto da Zona Franca de Manaus, no interior de Minas Gerais, no Triângulo Mineiro, é alvo de contestação judicial recente.

No Paraná há situações que demonstram de forma emblemática a dificuldade de por em funcionamento novos portos secos. Em Curitiba, depois de longo processo licitatório, a empresa vencedora se absteve de instalar o porto seco justamente porque já havia, na mesma cidade, outro terminal de alfandegamento de sua propriedade, ou seja, ela ganhou a licitação, mas não colocou em funcionamento o porto seco porque já tinha uma outra estrutura da sua propriedade. Não houve ganho por parte da sociedade, por parte do estado.

Em Paranaguá, por sua vez, quatro licitações estão suspensas, justamente por ações judiciais propostas por empresas que já são concessionárias de portos secos.

Em Londrina, a disputa judicial já dura mais de dez anos, gerando enorme prejuízo para a economia da região. E ali em Londrina existe um projeto chamado Arco Norte, que envolve uma região de intensa produção industrial, agrícola, que carece de uma instalação dessa. Na verdade, aquele que detém a estrutura logística, o porto seco de Maringá, ele não tem interesse de ver funcionar um concorrente na Cidade de Londrina e, por isso, com ações na Justiça ele impede que aquela licitação tenha curso e tenha consequência.

Enfim, diante de tantos entraves, desde 2002 a Receita Federal não instala um novo processo licitatório. Portanto, há oito anos não se instala no país um novo processo licitatório, exatamente por sua incapacidade de se impor contra os interesses das atuais empresas em operação.

Analisa-se a questão jurídica, Sr. Presidente. Eu vi aqui no relatório do Senador Zambiasi essa questão levantada e eu gostaria de fazer aqui comentários a respeito.

Em termos jurídicos, nós optamos por abandonar o regime de concessão ou permissão, sem, no entanto, adotar o regime de licença proposto pelo PLS 327, de 2006. Diante de todo o exposto, entendemos que o mais adequado no caso é o regime da autorização. Enquanto a licença é ato vinculado, que obriga a administração a concedê-la para quem cumprir com os requisitos legais, a autorização é ato discricionário, que permite ao poder público, atendidos os parâmetros legais de conveniência e oportunidade, regular e controlar o seu deferimento.

Então, Sr. Presidente, a questão jurídica levantada no parecer do Senador Zambiasi, de que nós estamos tratando de uma atividade pública, e, portanto, tem que ser da forma que está colocado no seu relatório, nós não concordamos, porque, na verdade, o que se estabelece com a instalação dessa logística é simplesmente uma atividade de movimentação e alfandegamento

que, na verdade, não é um serviço público, não é uma atividade pública que está sendo exercida naquele local. Nesses portos que estão instalados apenas a área é pública. O que é, na verdade, é um favorecimento que está ocorrendo. O que nós queremos é que haja a liberdade para que na concorrência os mais eficientes se instalem, prosperem e possam, com eficiência, ajudar o país a crescer. Se calcula que se nós aprovarmos aqui esse regime de autorização, que nós estamos propondo, poderá haver um crescimento de 2%, de cara, nas exportações, o que representa um ganho imenso em empregos, principalmente em empregos, Sr. Presidente, não apenas nas divisas que o país precisa conquistar, mas em empregos. E mais do que isso: quando a gente fala na instalação de um porto seco, por exemplo, numa cidade igual à Ponta Grossa, que é um entroncamento rododiferroviário, a gente pode proporcionar muito mais rapidez a um custo muito menor desse alfandegamento e, portanto, nós teremos uma redução enorme dos custos que hoje oneram tanto as exportações quanto as importações.

Nós não estamos tratando de um serviço público. Nós temos que dar com a concorrência, com a liberdade, a preferência a quem tem mais eficiência para se instalar e, dessa forma, permitir que haja o progresso daquela região, daquele estado e do próprio país. Se nós queremos acelerar o desenvolvimento econômico, nós temos que modernizar a nossa legislação para permitir que os portos secos se instalem sob o regime de autorização da Receita, que, aliás, foi consultada e concorda com a nossa proposta.

Portanto, Sr. Presidente, eu estou apresentando esse voto em separado, respeitando as demais propostas, mas o nosso voto é o seguinte:

“Em face do exposto, com base no art. 132, § 6º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, votamos pela aprovação do PLS 327, de 2006, na forma da seguinte Emenda Substitutiva...” E aí apresenta a Emenda Substitutiva, que está no relatório à disposição dos Srs. Senadores.

É o meu Voto, Sr. Presidente, pedindo aqui aos senadores a aprovação desse voto em separado porque, no meu entendimento, ele representa mais agilidade, mais eficiência e ganhos para os estados e para o país.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Antes de submeter à discussão o parecer do Senador Osmar Dias, eu gostaria de esclarecer o seguinte: nós temos, portanto, aqui dois Pareceres, um elaborado pelo ilustre Senador Sérgio Zambiasi, que mantém as regras mais rigorosas do serviço público com relação à abertura dos portos secos, e a outra do Senador Osmar Dias, que dá uma

flexibilizada no sentido de agilizar as liberações desses portos para a exploração da iniciativa privada.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu só quero--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem. Eu só quero fazer uma observação que é importante. Quando eu digo que não é um serviço público, é o serviço da logística. O alfandegamento, sim. Este é e será feito pela Receita. Mas toda logística, todo o serviço prestado, é serviço privado. Essa é a diferença que contém o meu relatório, mas o alfandegamento continuará sendo feito normalmente pela Receita, que atuará nos portos secos da mesma forma que atua hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então está em discussão. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Os argumentos apresentados pelo Senador Osmar Dias são razoavelmente digeríveis. Mas eu tenho uma preocupação porque o senador se referiu apenas aos fatos ocorridos no Paraná, aonde, infelizmente, as concorrências não avançam em razão dos recursos judiciais.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não, no Brasil todo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): As referências que V. Exa. fez foram de Londrina. Eu não estou criticando, eu estou fazendo referência ao seu relatório.

Então o que acontece? Qual é o problema? É a Justiça que retarda o julgamento de um recurso para a instalação de um armazém alfandegado?

Segundo, aquele que entrou em concorrência, aonde ele já tinha o armazém alfandegado, entrou para neutralizar a entrada de outro, para não ter concorrência na administração de um porto alfandegado? Então ele neutralizou a possibilidade de um outro entrar, porque ganhou a concorrência e não instalou. Eu acho que o segundo colocado deveria imediatamente ser chamado para fazer a instalação, porque para mim dá a impressão que ele entrou com a concorrência, deixou de instalar, está claro no relatório, porque ele já tinha um armazém alfandegado e não ia concorrer consigo mesmo.

Outra coisa. Eu quando assumi a Secretaria da Receita – eu estou falando como alguém que passou por esse segmento e senti de perto -, tinha a mesma forma de não licitação, era uma decisão do secretário da Receita autorizar ou não alguém que pretendesse administrar um porto seco ou retroportuário, conforme a designação que queiram fazer. Eu não aceitei, achei

que era discriminatório, era favorecimento quase que pessoal a alguém que queria esse armazém. Eu fui a Mato Grosso ver, lá na sua cidade tinha um armazém, na fronteira com a Bolívia, muito bem montado, e queriam que eu desse autorização. Eu falei: “Eu me nego a dar autorização”, porque eu não posso ter esse poder, que eu estou posso estar ferindo o interesse de terceiros e tirando a concorrência que poderá melhor servir o país, onde vai ser analisada a possibilidade de uma administração dentro dos padrões que a Receita baixar.

O que eu estou sentindo é que talvez o padrão da licitação não seja correto dentro daquilo que se busca para melhorar o setor de importação e exportação próximos às áreas de produção. Então eu estou com o voto do Senador Sérgio Zambiasi por uma questão até de ordem pessoal, porque eu passei um ano e pouco e sei a dificuldade que tem o diretor da Receita em dar para alguém quando tem cinco ou seis que desejam essa facilitação de poder ocupar. Eu vou votar, já pedi desculpas ao Senador Osmar Dias, vou votar com o Senador Sérgio Zambiasi em razão de já ter passado por isso e achar o melhor vínculo do relatório dele, inclusive tem que saber elaborar bem a concorrência pública para não deixar nenhum buraco para ter realmente poder de recurso. A Justiça tem que funcionar, senador. O recurso é um direito daquele que disputa algo de serviço público, mas a Justiça não pode retardar por dez anos um recurso desses porque vai prejudicar a economia. E não pode transferir esse poder a um agente público para decidir o que é bom ou o que é ruim para o país.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vai trazer, sem dúvida nenhuma, algum prejuízo à administração pública, que é um serviço público.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Só para esclarecer. Quando eu citei exemplos do Paraná é porque são exemplos que eu conheço mais de perto, que estão ali--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu não estou criticando, senador.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): --e que eu estou vendo todos os dias.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sou até favorável à sua defesa pelo Estado do Paraná.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Mas a questão é nacional, tanto é verdade que há dez anos não se licita nada. Então é claro que aqueles que estão com

as suas estruturas instaladas, eles vão lutar, eles vão brigar para continuar--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas não há prejuízo para eles.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): --sem que haja novas concessões, sem que haja novas autorizações.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não há prejuízo, para quem está instalado não há prejuízo, o relatório do Senador Sérgio Zambiasi mantém os que têm a instalação, senador. Não há prejuízo--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sim, mas o que eu estou dizendo é que se houver concorrência eles não vão gostar, evidentemente, como aquele de Maringá não gostou que houvesse um concorrente em Londrina, como aquele que tem em Curitiba ganhou a licitação para não instalar, para não ter um concorrente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É o jogo, o jogo que ele fez é que foi incorreto.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É um jogo incorreto que está acontecendo. O que eu estou propondo é que com a autorização nós teríamos outras estruturas funcionando em todo o país, ampliando esse número, que hoje é de sessenta e dois, sessenta e três, sessenta e cinco, e nós poderíamos, com isso, avançar, avançar no sentido de tornar o Custo Brasil menor, que se fala há tantos anos, mas na hora de a gente aprovar uma lei, a gente amarra no sentido de que o custo continue alto. O que eu isto defendendo aqui é reduzir custos para a exportação e importação, é permitir que com a concorrência o serviço se torne mais eficiente, sem nenhum prejuízo da fiscalização da Receita, sem nenhum prejuízo da Receita fazer o seu papel alfandegário.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nessa discussão, eu gostaria de enfatizar a todos os Srs. Senadores sobre a discussão, o debate que nós travamos aqui em Audiência Pública, quando houve um alerta muito grande a toda essa comissão e a todo esse país sobre um possível apagão alfandegário. Isso para a economia, seguramente, é extremamente pernicioso. Qualquer que seja a proposta a ser aprovada tem que levar em conta mecanismos para evitar que esse apagão se torne uma realidade amanhã.

Senadora Marisa Serrano.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem, Presidente. Só para alertar, hoje eu recebi a informação de que está havendo duas concorrências públicas, não para armazém alfandegado, para dois aeroportos: um é em Natal, São Gonçalo do Amarante, e outro em Manaus, para o aeroporto novo. São duas

licitações que já estão para ser publicadas na concorrência pública que estão abrindo.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pede para colocar Vitória também, que começou há 15 anos, se chamar "aeroporco", de tão ruim que ele está.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Como?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): "Aeroporco".

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): "Aeroporco"?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): É.
SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Vai se especializar em suínos. Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. É claro que essa é uma comissão de mérito e é aqui que deve ser discutida mais profundamente essa questão, embora não seja Terminativo, ainda vai passar por mais três comissões: ela passa ainda pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, pela Comissão de Justiça e Cidadania e pela Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, vai ter ainda uma longa trajetória nessa Casa.

Mas é importante que se discuta essa questão do mérito aqui nesta comissão, já que isso é tão importante para todo o país. O meu estado do Mato Grosso do Sul, que é o estado do nosso presidente também, está debatendo constantemente essa ação, principalmente o porto seco que se pretende para Campo Grande, além de todas as questões alfandegárias que nos interessam no nosso Estado de Mato Grosso do Sul. Portanto, essa é uma questão nacional, que interessa não só ao Paraná, mas interessa a todo o país.

A minha preocupação sempre, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, é justamente a garantia da isonomia entre todos aqueles que atuam na iniciativa privada e que precisam ter essa tranquilidade para poder continuar produzindo, para que continue atendendo à solicitação da sociedade, seja no apoio na área social, que tanto nós precisamos, seja na área econômica, seja na área concorrencial. É importante que o país continue avançando nessas áreas.

Na minha ótica, eu não vejo com bons olhos nada que seja outorgado para que as pessoas possam continuar produzindo ou possam exercer a sua atividade. A livre iniciativa, feita principalmente através das concorrências, são muito mais abertas, são muito mais transparentes e nos dão a tranquilidade de saber quais são aqueles que têm mais condições de realmente executar um serviço que a sociedade precisa. Portanto, essa é a minha grande questão, é a transparência

que não entra em conluio, que não tenha condições aí de maracutaias, de nada daquilo que seja obscuro numa transação desse tipo. Eu acho que a transação quanto mais clara, mais pública, é melhor para todos: é melhor para quem concorre, para os concorrentes, mas é melhor para o povo, que usufrui desses benefícios. Eram essas as minhas informações.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Valter Pereira, o meu relatório já foi lido, é de conhecimento de todos os membros da comissão, ele é público. Apenas colocar alguns pontos de vistas nessa discussão, cumprimentar ao Senador Osmar Dias pela forma transparente e tranquila com que está colocando o seu relatório, o seu ponto de vista e a sua defesa. Isso engrandece e enaltece este momento importante que a Casa está vivendo e que a comissão está vivendo. O projeto é extremamente importante, mas não é de fácil compreensão.

Eu fui buscar hoje pela manhã na página da Receita Federal a definição de porto seco: "*Portos secos são recintos alfandegados de uso público, situados em uma zona secundária, nos quais são executadas operações de movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias e de bagagens, sob controle aduaneiro – ou seja, sob controle público.*

As operações de movimentação e armazenagem de mercadorias sob controle aduaneiro, bem assim a prestação de serviços conexos em porto seco, sujeitam-se ao regime de concessão ou permissão precedida de licitação. A execução das operações e a prestação dos serviços conexos serão efetivadas mediante o regime de permissão, salvo quando os serviços devem ser prestados em porto seco instalado em imóvel pertencente à União, caso em que será adotado o regime de concessão precedida de execução de obra pública.

O porto seco é instalado, preferencialmente, adjacente às regiões produtoras e consumidoras. No porto seco também são executados todos os serviços aduaneiros a cargo da Secretaria da Receita Federal, inclusive os de processamento de despacho aduaneiro de importação e exportação (conferência e desembaraço aduaneiros), permitindo, assim, a interiorização desses serviços no país". Depois fala sobre as normas legais e a regulamentação, dispõe sobre o funcionamento dos portos secos, no caso as Leis 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 9.074, de 07 de julho, também de 1995, às quais o Senador Tuma manifestou-se exatamente por ter exercido a Secretaria da Receita Federal à época e tendo encontrado estas dificuldades.

Baseando-se dentro dos princípios da administração pública, que são cinco, conforme a Constitui-

ção Federal, art. 37: legalidade (a administração está sujeita à lei); moralidade (a administração não pode desprezar o ético); a probidade; impessoalidade (evitar o favoritismo ou privilégios, o interesse público é norteador); publicidade (divulgação dos atos ao público); eficiência (administração com qualidade) e outros princípios também norteadores, como no caso o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado e o princípio da isonomia, citado aqui pela Senadora Marisa Serrano.

Mesmo respeitando todos os posicionamentos citados pelo Senador Osmar Dias, os problemas vivenciados no Paraná, o Rio Grande do Sul possui oito portos secos, oito CLIAS. Eu tive o cuidado de também ouvir os representantes do Rio Grande do Sul, não ouvi nenhuma reclamação sobre a possibilidade da licitação, muito pelo contrário, todos manifestaram-se favoravelmente, entendendo que a licitação é a melhor forma de tornar o processo mais isonômico, evitando o que a autorização pode provocar, por ser um processo monocrático do Secretário da Receita, que pode ferir esses princípios que nós comentamos aqui.

Inclusive o jornal Correio do Povo, de Porto Alegre, de ontem, dia 12 de julho, ele trata de um tema bastante interessante, não envolve os portos secos, mas também envolve serviços concedidos, que é a questão das franquias dos correios. Essa notícia é interessante, que ganhou manchete ontem neste importante jornal do Rio Grande do Sul, que é o Correio do Povo: "*O Tribunal de Contas da União deu sinal verde inicial para que os correios cumpram o prazo de licitação de franquias até novembro*, ou seja, o Tribunal de Contas da União pressionando e os correios voltarão a licitar franquias.

Também busco aqui na defesa do relatório que eu apresento, manifestação do Ministério Público Federal a respeito da Medida Provisória 320, de 2006. O Ministério Público aqui nessa manifestação defende a inconstitucionalidade dessa medida provisória ao prever a dispensa... Veja, aqui eu chamo a atenção. Nesta manifestação junto à Justiça Federal de primeira instância, o Ministério da Fazenda federal defende a inconstitucionalidade da Medida Provisória 320, de 2006, ao prever a dispensa de licitação na espécie, o que teria ofendido o art. 175 da Constituição Federal e as demais normas infraconstitucionais sobre o tema.

Também busquei, junto ao Fisco, um estudo que os consultores foram muito gentis com o gabinete, procedendo um longo documento que me deu convicção sobre a importância exatamente de manter a concessão ou a permissão precedida da licitação, que é basicamente o foco central que nós estamos discutindo, ou seja, ou aqui nós vamos exatamente, neste mérito,

discutir se esses procedimentos devem ser licitados ou autorizados, lembrando que a licitação torna realmente o processo mais transparente e mais isonômico, enquanto a autorização promove um movimento monocrático da autoridade da Receita Federal.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V. Exa. me permite um aparte, só para um esclarecimento?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Suplicy, pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V. Exa. que estudou bem a matéria, como o Senador Osmar Dias, se puder dar alguns cercos de portos secos, só para melhor conhecimento de todos nós.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu acabei de dar a definição da Receita Federal sobre porto seco.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim, eu estou falando onde estão, exemplos dos portos.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Tenho inúmeros aqui. Eu vou aproveitar a presença da Senadora Ideli Salvatti, que está aqui.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Em que lugares há os portos secos.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Em funcionamento no Estado de Goiás tem um, no Estado de Mato Grosso são dois, no Estado do Amazonas tem um, no Mato Grosso do Sul temos um porto seco em Cuiabá e outro na fronteira, o de Corumbá, no Estado de Amazonas tem o Porto Seco de Manaus, no Estado do Pará o Porto Seco de Metrobel, no Estado de Pernambuco o Porto Seco em Recife, na Bahia o Porto Seco de Salvador, tem dois portos secos, em Minas Gerais o Porto Seco Granbel, Porto Seco de Juiz de Fora, Porto Seco de Varginha, Porto Seco de Uberlândia, Porto Seco de Uberaba. No Espírito Santo, o Porto Seco de Vitória, possui três portos secos em Vitória. No Rio também três portos secos, no Estado de São Paulo são vinte e sete portos secos, no Paraná são seis portos secos, no Estado de Santa Catarina, que eu quero registrar que a Senadora Ideli Salvatti está licenciada, porém, deslocou-se aqui para apoiar o relatório que eu apresento, eu agradeço a sua presença, Senadora Ideli. Santa Catarina tem dois portos secos e o Rio Grande do Sul possui oito portos secos. Ainda tem mais 49 licitados, dos quais 49 foram licitados por meio de licitação pública a partir de 1995, exatamente por iniciativa do Senador Tuma, então secretário da Receita Federal.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para concluir a discussão.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Muito obrigado, é apenas uma manifestação em defesa do relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em discussão. Algum Sr. Senador ou alguma Sra. Senadora deseja discutir o assunto?

Como não há nenhuma inscrição, nós vamos iniciar o processo de votação, já que está esgotada a discussão do assunto.

Então nós vamos colocar em votação o relatório do Senador Sérgio Zambiasi, que é aquele que tem preferência para a votação, segundo o mandamento regimental.

Esclarecendo, finalmente, que o ponto nodal dessa discussão está na exigibilidade ou inexigibilidade do processo licitatório para a outorga da concessão. Então essa é a questão: o relatório do Senador Zambiasi mantém a exigência da licitação e o relatório do Senador Osmar Dias prevê autorização, dispensando-se a licitação.

Portanto, em votação o relatório do Senador Sérgio Zambiasi. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu vou votar contra, presidente, eu voto em separado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Senador Osmar Dias mantém o seu relatório.

Portanto, foi aprovado o relatório do Senador Sérgio Zambiasi. E com a aprovação do relatório, a matéria vai para as comissões que se seguem, que é a CDR, a CCJ e a CAE. Portanto, está aprovado o relatório do Senador Sérgio Zambiasi, nos termos da Emenda nº 1 que apresentou.

Vamos agora retomar o Item 1. O Item 1 da pauta é o Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2010. Eu gostaria de fazer um apelo aos Srs. Senadores que permaneçam no recinto, porque é uma votação terminativa. Essa precisa ter quórum. Senador Osmar?

Então é o Projeto nº 119, de 2010, Terminativo, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que "*Altera a Lei nº 7.291, de dezembro de 1984, para alterar a base de cálculo da Contribuição à Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional (CCCCN)*".

Com a palavra o relator *ad hoc*, designado neste ato, o Senador Romeu Tuma, em razão da ausência do titular, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu pergunto: aqui há dois relatórios. Não, eu acho que a autoria é do Francisco Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E o relatório é do Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Perfeito. Então eu vou ler o relatório do Senador Flexa Ribeiro sobre o Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2010, que *“Altera a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, para alterar a base de cálculo da Contribuição à Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional”*.

Submetendo aqui à apreciação, o Senador Francisco Dornelles *“reduz a base de cálculo da Contribuição à Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional, devida pelas entidades turfísticas. No sistema de contabilidade federal é denominado Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas.*

O art. 1º altera o art. 11 da Lei 7.291, de 19 de dezembro de 1984, para deduzir da base de cálculo os valores pagos aos apostadores e a título de prêmio aos proprietários criadores de cavalos e profissionais do turfe.

O art. 2º estabelece que a lei decorrente da proposição, caso aprovada, entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificativa, o autor argúi que a criação de cavalos de corrida evolui para uma situação de independência dos órgãos governamentais. No mesmo sentido, os profissionais do turfe”.

Eu passaria ao voto, senador, porque a explicação da análise, ela demonstra que a base de cálculo hoje sobre o total traz dificuldades para a manutenção, principalmente das áreas de criação e dos jóqueis. Em São Paulo, o *Jockey Club* passa por período difícil em razão da renda que caiu muito durante esses períodos. E aqui apresenta um mapa comparativo, de forma que, diante do exposto, o Senador Flexa Ribeiro propõe a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2010. É o relatório.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Me permite um aparte, excelência?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pois não, senador.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu queria que V. Exa. explicasse bem para que as pessoas não pudessem subentender ou mal entender, que não estamos criando um tributo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Quem vai no jóquei apostar, quem bota o seu dinheiro lá, sobre os prêmios é um percentual de 0,5% para estimular a criação de cavalos brasileiros competitivos

no mercado mundial, de modo que não é um imposto novo, é já existente, e é para quem vai lá apostar. Quem vai apostar normalmente tem boa condição para pagar 0,5% sobre o que ele ganha, não é o que ele gasta.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Correto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Perfeito, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós vamos submeter a votos, aproveitar que temos quórum nesse momento. Senador Neuto de Conto, como vota?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o relator, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Jorge Yanai.

SENADOR JORGE YANAI (DEM-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Senador Romeu Tuma foi o relator. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator e com o cavalo. Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então está aprovado. A matéria será encaminhada, posteriormente, à SGM.

A outra matéria que está pautada para hoje é terminativa também. Portanto, não há como promover a votação.

Retomado o quórum, nós vamos submeter à discussão o Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2009, Não Terminativo, de autoria do Senador Gilberto Gollner, que *“Altera a Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, visando a sua adequação e modernização”*.

Tendo em vista a licença do relator originariamente designado, o Senador Raimundo Colombo, convido a ilustre Senadora Marisa Serrano para relatar como *ad hoc* o Item 3, que é o Projeto de Lei do Senado nº 458.

Com a palavra a ilustre relatora.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

O Senador Jorge está pedindo para relatar. Se V. Exa. permitir--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Deferido o pedido. Senador Jorge Yanai.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Até por uma economia processual de tempo, eu gostaria de avisar que pedirei vistas a esse projeto. Eu estava aguardando que ele fosse redistribuído para a relatoria, porque eu pediria, inclusive, para ser relatora. Mas como não foi, eu gostaria de pedir vistas.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vista coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu solicitaria ao Senador Jorge Yanai que proferisse a leitura do relatório ou que cedesse a relatoria para a Senadora Fátima Cleide. Qualquer uma das duas providências será deferida pela Mesa. Depois, em seguida, será concedida Vista coletiva, nos termos solicitados pela Senadora Marisa Serrano.

SENADOR JORGE YANAI (DEM-MT): Sr. Presidente, eu gostaria de relatar, ler o relatório, porque esse projeto é da autoria do Senador Gilberto Goellner, que é o titular aqui no Senado, e diante da ausência dele aqui eu gostaria assim de fazê-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está deferido, pode promover a leitura.

SENADOR JORGE YANAI (DEM-MT): O relatório desse parecer, o projeto de lei em exame é de autoria do Senador Gilberto Goellner, "pretende adequar e modernizar a Lei 5.889, de 1973, que trata das normas de trabalho rural, através de alterações que são apresentadas a seguir.

A proposição acresce ao art. 4º, da citada lei, Parágrafo Único para considerar como pessoa jurídica o empregador rural devidamente inscrito nos órgãos competentes, resguardados os interesses dos empregados rurais. Além disso, dá nova redação ao art. 5º da lei, estabelecendo em oito horas diárias o limite de duração normal de trabalho e determina que será de no mínimo uma hora e no máximo quatro horas o intervalo para repouso, alimentação, observados os

usos e costumes da região e as condições climáticas adversas que possam colocar em risco a saúde do trabalhador.

A nova redação exclui do art. 5º a regra de que o tempo de intervalo não será computado na duração do trabalho. O Parágrafo Único é, ainda, acrescido ao art. 5º para determinar que a previsão de intervalo que exceda duas horas deva constar no contrato individual de trabalho.

O projeto acresce à lei o art. 5º, letra 'a', para autorizar excedente de duração do trabalho além do limite legal ou convencionado, face a motivo de força maior ou causas acidentais, para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízos.

O art. 5-A apresenta sete parágrafos. O § 1º estabelece que devem ser consideradas as condições climáticas adversas de períodos prolongados de chuva, frio ou seca durante o período de safra.

O § 2º permite prorrogar em até quatro horas a duração normal do trabalho por motivo de força maior ou causas acidentais, durante o número de dias indispensáveis para a recuperação do tempo perdido, desde que não se exceda o tempo de 12 horas diárias e o período de 60 dias por ano.

O § 3º dispõe que nos casos de excesso de jornada por motivo de força maior ou causas acidentais, a remuneração da hora de trabalho excedente não será inferior à da hora normal. Nos demais casos, a remuneração será, no mínimo, 50% superior à hora normal.

O § 4º dispensa o acréscimo de remuneração, se no caso de acordo ou convenção o excesso de horas trabalhadas em um dia for compensado por decréscimo em outro dia.

O § 5º obriga o empregador a registrar em livro de ponto o excesso de horas trabalhadas exigidas dos empregados nos casos aplicados pelo caput.

Os §§ 5º e 6º determinam o controle de jornada diária de trabalho, com o fornecimento mensal do demonstrativo individual das horas suplementares trabalhadas e o período de compensação possível.

No § 7º fica estabelecido que na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária exigida por motivo de força maior ou por necessidade imperiosa, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.

O art. 6-A dispõe que todo trabalhador rural tem direito a repouso semanal remunerado de 24 horas consecutivas, preferencialmente aos domingos, e de acordo com as exigências das atividades rurais nos

feriados civis e religiosos, nos termos da Lei nº 605, de 1949.

O Parágrafo Único do art. 6-A faculta ao trabalhador que residir em propriedade rural distante de sua família, quando o mesmo trabalhar em domingos e feriados no mês anterior, preservando o gozo regular de num domingo por mês, mediante solicitação por escrito e sujeita à concordância do empregador, usufruir do descanso semanal remunerado em pelo menos cinco dias consecutivos e folga remunerada dentro do mês.

Também no art. 9º são acrescentados dois parágrafos, o § 6º e o § 7º, que tornam mais singelas as relações do trabalhador rural. No § 6º, tornam-se inexigíveis as formalidades previstas no § 5º deste mesmo artigo quando o empregador rural fornecer moradia e infraestrutura de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego. Já o § 7º estabelece que não se considerará jornada de trabalho in itinere o transporte gratuito de empregados fornecidos com segurança, conforto e dignidade pelo empregador, em face da ausência de transporte público adequado.

Outra alteração proposta é o acréscimo do art. 19-A, que falsifica ao empregador rural, cuja atividade produtiva dependa da utilização de maquinários e equipamentos de propriedade de terceiros, a contratação de pessoas físicas ou jurídicas para a execução de sua atividade-fim, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

O Parágrafo Único deste mesmo artigo prevê que o inadimplemento de obrigações trabalhistas por parte da prestadora de serviços rurais mecanizados, pessoa física ou jurídica, implica na responsabilidade subsidiária do tomador de serviço, desde que tenha participado da relação processual e tais obrigações constem do título executivo judicial.

Por fim, o art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2009, altera o art. 14 da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, que passa a vigorar acrescido de um novo parágrafo, onde se estabelece que o contrato de safra que suceder a outro, após o intervalo mínimo de três meses, mantém a mesma característica de contrato por prazo determinado, desde que vinculada à realização dos serviços sazonais, sobretudo em atividades transitórias ou específicas de safra e entressafra.

Em sua justificação, o eminente autor esclarece que a presente proposição atende aos anseios da agricultura nacional. São propostas fundamentadas na experiência das assessorias dos empreendedores rurais de Mato Grosso, em especial na prática de auditoria e monitoramento das relações trabalhistas de segurança do trabalho realizadas pelo Instituto Algodão Social. Aduz que em nenhum momento pretende

se flexibilizar, precarizar, desregular ou reduzir direitos ou postos de trabalho. O objetivo é dar dinamismo ao setor primário para que mais empregos e oportunidades possam ser criadas, e assevera, por fim, que objetiva assegurar a melhoria de qualidade de vida do trabalhador rural e de sua família, bem como possibilitar a plena regularização dos contratos de trabalho rural e a eliminação dos conflitos decorrentes da indiscriminada extensão da legislação trabalhista urbana ao contrato rural pelo Constituinte de 1988, sem que se considerasse as peculiaridades e sazonalidades do trabalho no campo.

O PLS nº 458, de 2009, foi distribuído às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.

Por solicitação do Senador Osmar Dias, foi realizada, em 1º de dezembro de 2009, Audiência Pública com a participação da CONTAG, Ministério do Trabalho e Confederação Nacional da Agricultura, quando o projeto foi debatido e vários pontos polêmicos foram ressaltados e esclarecidos, o que levou a uma nova análise desse relator.

Não há emendas a examinar”.

Da análise, Sr. Presidente. *“Compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nos termos do art. 104-B, inciso XVI, opinar sobre o emprego, previdência e rendas rurais.*

O Senador Gilberto Goellner sintetizou muito bem, na proposição que ora analisamos, a necessidade de uma total readequação das relações de trabalho rural, que possui, além da Lei 5.889, de 08 de junho de 1973, uma legislação complexa, incluindo desde artigos da Constituição Federal, Consolidação das Leis de Trabalho, cujo texto original remota a 1943, normas regulamentadoras, instruções normativas, além do balizamento das convenções internacionais da Organização Internacional do Trabalho. Durante décadas a relação do trabalho rural não teve importância jurídica para ser tutelada no mesmo nível da relação de trabalho urbano. Por essa razão, a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, promulgada em 1º de maio de 1943, em seu art. 7-B, excluiu expressamente sua aplicação aos contratos de trabalho rurais.

As primeiras iniciativas legais foram apresentadas pela promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, pela Lei nº 4.214, de 12 de março de 1963, e, posteriormente, pela Lei 5.889, de 8 de junho de 1973 – Lei do Trabalho Rural, que atribui apenas determinados direitos ao trabalhador rural.

A uniformização dos direitos e obrigações para o trabalho urbano e rural vem gerando distorções, onde o desemprego no meio rural é apenas uma das facetas. Também existe um elevado volume de autuações de-

vido ao descumprimento de preceitos legais, que vão desde pequenos detalhes burocráticos até denúncias sérias de trabalho forçado.

O ponto de equilíbrio proposto com as transformações deste projeto irá flexibilizar, e não suprimir, direitos, além de mitigar a crise do emprego que afeta o mundo e não poupa o meio rural brasileiro.

Para que a proposta apresentada seja entendida, é necessário esclarecer a conformação estrutural ou as nuances conjunturais do emprego rural, que em muitos aspectos se diferencia do emprego urbano. O emprego na área rural exige um perfil diferente do empregado, é uma jornada de trabalho diferenciada em função dos ciclos biológicos das diversas cadeias do agronegócio.

Por exemplo, Sr. Presidente, a ordenha de vacas em lactação necessita ser feita inexoravelmente duas vezes ao dia, às cinco da manhã e às seis da tarde. A jornada de trabalho necessita ser conciliada com esta inevitabilidade, posto que por vezes a propriedade não comporta mais que um empregado.

As atividades agrícolas, em grande parte, são conduzidas a campo a céu aberto, sujeitos às inclemências do tempo, em especial a radiação solar, alta temperatura. A extensão do intervalo para o almoço para além de duas horas, estabelecido na legislação, teria como consequência a diminuição da penosidade do trabalho.

As proposições de plantio, sementeira ou colheita dependem da conjugação entre o período cronológico ótimo e condições de clima, assim atingindo um momento ótimo da sementeira de determinado cultivo após a primeira chuva. É necessário concentrar a operação de sementeira antes que a umidade do solo decresça ou antes que o período ótimo se encerre. Da mesma forma, Sr. Presidente, atingido o ponto da colheita, é necessário colher a produção agrícola antes que a chuva seque ou pragas reduzam a produtividade ou a qualidade da colheita. No caso de hortaliças, o transporte para as centrais de abastecimento necessitam ser efetuadas durante a madrugada para que a comercialização não sofra atrasos e resultem em perdas qualitativas e quantitativas.

As operações de controle de pragas necessitam ser efetuadas no momento exato, sob pena de tornarem-se inúteis, ocasionando perdas palpáveis na produção e na qualidade dos produtos agrícolas.

A secagem de grãos, o processamento de frutas, necessitam ser efetuadas imediatamente após a colheita, sob pena de pesados prejuízos. Por serem trabalhos sazonais e com algum grau de especialização não podem depender de trabalhadores safristas ou eventuais.

Se forem mantidos os atuais modelos e regras desenvolvidas para o emprego urbano sobre as relações trabalhistas no campo, com a oferta de treinamento de mão de obra inferior às necessidades do campo, deve ocorrer uma migração em massa dos trabalhadores, deslocados da lavoura, que passarão a engrossar o entorno das grandes cidades, onde estarão ainda mais desqualificados para qualquer emprego urbano do que já são para o emprego rural.

Não há dúvida alguma de que a proposta apresentada é um projeto de responsabilidade social, que objetiva o incremento da oferta de trabalho no campo, o qual ajudará a desenvolver o trabalhador rural, suas esperanças, a dignidade, a tranquilidade aos trabalhadores já empregados, com a real manutenção dos postos de trabalho existentes, como a criação de novos empregos.

O objetivo da proposição, sem dúvida alguma, é destravar os pontos críticos da relação do trabalho rural, porém, algumas alterações pontuais se fazem necessárias no texto original do projeto, para que este seja capaz de deflagrar o aumento considerável do número de empregos formais no campo.

I— A Lei 5.889, de 1983 (sic), em seu art. 5º, estabelece que o intervalo intrajornada deva ser concedido de acordo com os usos e costumes da região, mas tal princípio legal não é uniformemente aceito pela Justiça do Trabalho e pela fiscalização trabalhista. Aplica-se, singelamente, o intervalo criado para regulamentar a jornada urbana, ou seja, de no mínimo uma e no máximo duas horas para descanso e refeição. Portanto, é necessário que seja incluído no art. 5º da Lei do Trabalho Rural o limite mínimo de uma e no máximo de quatro horas, considerando-se as condições climáticas e outras adversidades do campo.

II— A distância entre a fazenda até o centro urbano, onde o trabalhador rural costuma fixar residência, dificulta o convívio com a sua família. O empregado é obrigado a ficar longe de sua família meses seguidos, pois um final de semana não é suficiente para que ele possa manter um contato significativo com os seus familiares. Havendo interesse de ambas as partes, se houver uma regulamentação especial do direito ao descanso semanal remunerado para o trabalho rural, o problema poderia ser solucionado.

III— Via de regra, o entendimento da necessidade da terceirização das atividades pertinentes ao período de preparo da terra até a colheita e o beneficiamento. Há necessidade jurídica de admitir-se a terceirização nas fases específicas da atividade rural que demanda a terceirização de maquinários. A fiscalização trabalhista não admite que os maquinários e implementos eventualmente contratados sejam operados pelos em-

pregados de seus proprietários ou de empresas especializadas na prestação de serviços mecanizados. Exige que o proprietário registre o operário da máquina contratada como seu empregado, o que é inadequado. Esses contratos com terceiros são de curtíssima duração, plenamente justificados pela impossibilidade do produtor de adquirir todos os equipamentos, por exemplo, uma colheitadeira, devido aos altos custos, o que inviabiliza a produção rural.

IV— O § 5º, do art. 9º, da Lei nº 5.889, de 1973, foi alterado retirando as restrições que causam um efeito perverso aos empregados, quando do entrave à concessão patronal de benefícios aos empregados.

V— O direito ao transporte para o trabalho, constante do art. 458, § 2º, inciso III, da CLT, é benefício intrínseco ao trabalhador, seja ele urbano ou rural, o que caracteriza discriminação inválida é a sua concessão apenas aos trabalhadores urbanos.

Essas, dentre tantas outras realidades, verificam-se dia pós dia no interior do nosso Brasil, onde as interpretações jurídicas por parte das autoridades do Ministério do Trabalho e Emprego, do Judiciário Trabalhista e do próprio Ministério Público do Trabalho são díspares, sem nenhuma uniformidade, o que faz com que, em tese, todo empregador rural, por mais justo, correto e burocrático, seja considerado infrator.

É praticamente impossível atender a tantas normas, regras, instruções, sem uma uniformização razoável de interpretações possíveis para uma mesma situação.

Por outro lado, a trajetória de crescimento do emprego formal na agropecuária foi um dos destaques apresentados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho e Emprego. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil contabilizou, no ano de 2008, um saldo acumulado de emprego gerado no setor agropecuário em torno de sessenta mil novos postos de trabalho.

O número de admissões foi maior que o número de demissões, desempenho semelhante ao observado no ano passado e similar ao comportamento de 2004, o melhor desempenho dos últimos dez anos.

O crescimento do emprego no campo ocorreu em razão de uma nova dinâmica nas relações sociais e econômicas no setor rural brasileiro, que alterou a estrutura e a composição do mercado de trabalho, que já representa algo em torno de 25% do saldo total de empregos formais gerados no Brasil.

As modificações na composição e na estrutura do setor agropecuário provocaram impactos positivos e diretos na geração de novos postos de trabalho. É possível citar, como exemplo, as profundas mudanças na ocupação fundiária e a modernização dos métodos

de produção. Um dado positivo é que o setor agropecuário passou a ter vínculos mais estáveis e melhores salários, segundo a própria Confederação Nacional da Agricultura.

Num cenário de desenvolvimento, como o experimentado pelo Brasil, a necessidade de modernização das relações de trabalho no setor agropecuário é uma exigência premente, atende aos interesses tanto dos empregadores como dos empregados rurais.

No mérito, todas as propostas, os avanços, são no sentido de se fazer uma correta adaptação do trabalho para a realidade rural, facilitando a vida do trabalhador rural e oportunizando que os instrumentos coletivos de trabalho sejam acordos ou convenções coletivas, disciplinem o detalhamento e a aplicação de regras que necessitem de harmonização entre os interesses de ambas as partes.

Contudo, embora louvável a iniciativa do Senador Gilberto Goellner, a proposição ainda admite aperfeiçoamentos para que o conteúdo dos dispositivos não deem margem a dupla interpretação, o que inviabilizaria chegarmos aos objetivos propostos de estimular e incrementar o emprego no campo”.

O Voto. “Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2009, nos termos do substitutivo a seguir proposto.

Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2009.

Art. 1º, § 3º, que inclui na atividade econômica, referida no caput deste artigo, prestação de serviços, preparo do solo, plantio, colheita e outros serviços mecanizados, a serem realizados por pessoas físicas ou jurídicas, terceirizadas através dos seus prepostos ou empregados.

Art. 5º: a duração normal do trabalho para os empregados rurais será de oito horas diárias e 44 horas semanais, sendo que em qualquer trabalho contínuo, de duração superior a seis horas, será obrigatória a concessão de um intervalo para repouso e alimentação, no mínimo de uma hora no máximo quatro horas, não computando esse intervalo de trabalho, levando em consideração as condições climáticas das atividades desenvolvidas”.

Sr. Presidente, eu solicito que seja dispensada a leitura, uma vez que na justificativa do voto e no relatório estão constando as modificações estabelecidas.

Este é o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Concluída a leitura do relatório, aliás, um judicioso relatório produzido pelo Senador Colombo e corroborado pelo Senador Jorge Yanai, a matéria não será submetida a votos hoje, já que foi solicitada vista coletiva pela Senadora Marisa e pela Senadora Fátima Cleide.

Portanto, ela será debatida posteriormente, mas eu passo a palavra, pela ordem, ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEUTUMA (PTB-SP): Eu não vou fazer discussão porque, como tem pedido de vista, eu não sabia, mas eu gostaria de dizer que foi um libelo sobre a evolução do trabalho no campo.

Nós que durante a gestão na polícia tivemos vários incidentes pela falta de relação correta entre o proprietário de terras, que trabalha na área agrícola ou agropecuária, com os trabalhadores praticamente arrendados pelos gatos. Havia conflito até praticamente de tiros, desconforto para o trabalhador. Então houve uma evolução, é um histórico. Eu acho que é brilhante esse relatório, lido com tranquilidade pelo Senador Jorge. O Goellner é um homem que conhece profundamente, como V. Exa., o que é o campo no Brasil. Eu acho que as decisões do Ministério Público trazendo como trabalho escravo por falta de um segmento um segmento administrativo, há uma confusão nisso, tanto é que quando a gente analisa um membro que vai para o Tribunal Superior do Trabalho, a gente sempre pergunta qual é a definição de trabalho escravo. Eu acho que esse projeto vem ajudar muito essa relação e vamos discuti-lo, sem dúvida nenhuma, na próxima sessão.

Eu sou favorável, eu acho que foi brilhante o relatório e também a proposta apresentada pelo Senador Goellner.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. tem razão, Senador Tuma. Eu acho que todas as relações de trabalho devem ser reguladas, mas é preciso que se leve em conta sempre as peculiaridades que orientam cada uma delas. No caso do trabalhador do campo, a diferença entre a jornada de trabalho de uma e de outra atividade, por exemplo, da atividade do campo com a atividade urbana, o diferencial é gritante e o relatório enfatizou muito bem isso daí.

SENADOR ROMEUTUMA (PTB-SP): Tem muito trabalho sazonal.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É um trabalho que tem que observar alguns comandos que independem da vontade do homem e, sim, ditados pela natureza. Portanto, é muito objetivo, muito racional o relatório lido nesse instante pelo Senador Jorge Yanai.

O senador deseja fazer algum comentário ainda?

SENADOR JORGE YANAI (DEM-MT): Rapidamente, ilustre Presidente, só para enaltecer esse projeto de lei do Senador Gilberto Goellner, que é um profundo conhecedor da vida no campo. Ela vem trazer,

assim, uma justiça, não vem prejudicar o trabalhador, vem trazer e regulamentar, porque a regulamentação traz em si, traz no seu bojo, uma justiça, e faz com que evite aquela fuga do trabalhador do campo.

E agradeço ao Senador Romeu Tuma, sempre inteligente, sempre coerente, pelas colocações e pelo favorecimento ao projeto do ilustre Senador Gilberto Goellner.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [interrupção no áudio] está com vista coletiva.

Não havendo mais nenhuma matéria a ser apreciada nesse instante, nós declaramos encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 11h18.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2010.

ELEIÇÃO PARA A VICE-PRESIDÊNCIA

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia primeiro de setembro de dois mil e 2010, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro e com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Antonio Carlos Júnior, José Bezerra, Sérgio Zambiasi, Flávio Arns, Eliseu Resende, Papaléo Paes, e Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Alfredo Nascimento, Leomar Quintanilha, Gerson Camata, Valdir Raupp, Demóstenes Torres, Efraim Moraes, Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Acir Gurgacz. Justifica a ausência o Senador Hélio Costa. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à eleição do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, o Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, convida os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi e Papaléo Paes para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: Para Vice-Presidente – Senador Roberto Cavalcanti, nove (09) votos. Prosseguindo, o Presidente, Senador Flexa Ribeiro proclama eleito e empossado o Senador Roberto Cavalcanti como Vice-Presidente da Comis-

são. Usam da palavra os Senhores Senadores: Sérgio Zamabiasi, Antonio Carlos Júnior e Eliseu Resende. A seguir, o Senhor Presidente passa a palavra ao Vice-Presidente recém empossado, Senador Roberto Cavalcanti. Após o discurso, o Presidente Senador Flexa Ribeiro, encerra a reunião às dez horas e vinte e cinco minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – **SENADOR FLEXA RIBEIRO**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 01 DE SETEMBRO DE 2010, ÀS 09 HORAS E 55 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Bom-dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nessa data, 1º de setembro de 2010.

Para darmos início aos trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam com os seus termos, permaneçam como se encontram. Aprovada. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Sras. e Srs. Senadores, a presente reunião tem por finalidade a eleição do vice-Presidente da comissão para o biênio de 2009/2010. V. Exas. sabem que o nosso vice-Presidente, o Senador Lobão, Edison Lobão... Lobão Filho, que era o nosso vice-Presidente, que estava exercendo o Senado... A representação do Maranhão em lugar de seu pai, o Ministro Edison Lobão, ele teve que deixar o cargo de senador pelo retorno do Ministro ao Senado, e houve a vacância da vice-Presidência. E hoje nós tivemos o consenso das lideranças e o líder do PMDB fez a indicação, para honra nossa, do nosso companheiro Senador Roberto Cavalcanti, para assumir a vice-Presidência.

Então, eu quero dizer a V. Exa. que foi a única chapa registrada até o presente momento. A chapa que tem como candidato à vice-Presidente da CCT o Senador Roberto Cavalcanti.

Para nós, como Presidente, é uma honra e uma satisfação, Senador Roberto Cavalcanti, ter esta indicação, que é da bancada do PMDB pela relação proporcional, mas que, reconhecendo a competência de V. Exa., o Senador Renan Calheiros, ele fez a indicação da sua pessoa para que representasse aqui não só o seu partido, mas também o PMDB, que teria o direito à vaga de vice-Presidente na CCT.

Sobre a Mesa encontram-se à disposição das Sras. e Srs. Senadores as cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas, após a chamada nominal, para a votação. A Presidência vai proceder à chamada das Sras. e Srs. Senadores, obedecidas com posições partidárias, para que exerçam o seu direito de voto.

Senador Marcelo Crivella. Senador Renato Casagrande.

Eu pergunto aos Srs. e Sras. Senadores se a boca de urna já foi feita.

[risos]

A secretária pede para que seja mostrado que a urna está--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vazia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sem nada.

Senador Roberto Cavalcanti, eu posso... Apesar de não ter o dom da profecia, mas dizer a V. Exa. que V. Exa. será eleito por unanimidade de seus pares, em reconhecimento à sua competência, à sua determinação e ao seu trabalho.

Senador Roberto Cavalcanti... Vota em V. Exa.

Senador Antonio Carlos Júnior.

Quero aproveitar, também, a oportunidade para saudar o Senador José Bezerra, que está exercendo o mandato em substituição ao Senador José Agripino, do Rio Grande do Norte.

Seja bem-vindo, Senador José Bezerra. E a sua participação aqui, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT –, só enriquecerá os nossos debates e as nossas votações. Peço a V. Exa. que possa exercer o direito de voto.

Senador Sérgio Zambiasi.

Senador Flávio Arns.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Vai chamar todos?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vou chamar todos.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Papaléo está aqui dentro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Cristovam Buarque. Senador Papaléo Paes.

Dá uma caneta? Não, uma caneta. Dá uma caneta?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Caneta? Aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah, está aqui. Está aqui.

Aqui, Papaléo.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador, Sr. Presidente, eu não conheço nem quem são os candidatos, Sr. Presidente. Preciso conhecer. É antidemocrático--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu lamento, Senador Papaléo Paes, V. Exa.—

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É voto de cabresto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu lamento, Senador Papaléo Paes, V. Exa. não estava presente ao início da reunião. Presente estava, mas estava no compromisso aqui, ao lado.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Ah, sim. Tentando tomar um cafezinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aqui, ao lado, e não ouviu a leitura da abertura da sessão, da informação de que nós temos, para orgulho e honra nossa, uma única chapa registrada, que tem como candidato à vice-Presidente, por indicação do Bloco do PMDB, do seu líder, o Senador Renan Calheiros—

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --o nosso companheiro, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Roberto Cavalcanti.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. já pode exercer o seu direito de voto.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Para V. Exa. ter uma ideia, eu entrei, quatro me pediram voto. Eu prometi pra todos os quatro. [risos] Então, eu fiquei em situação difícil. Mas como é só um, já... Até ele me pediu.

[falas sobrepostas]

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É ele.

[risos]

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. já pode... Só falta V. Exa. exercer o direito de voto--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para que a gente possa fazer a apuração e anunciar o resultado.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. quer que o Senador Roberto Cavalcanti o traga até aqui?

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Transporte... A legislação eleitoral não permite transportar eleitor.

[falas sobrepostas]

V. Exa. tem toda a razão. Está em dúvida, senador?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O Cristovam já saiu. Não dá para votar mais [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Só se o Marco Maciel e o Eliseu Resende.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Manda chamar o Cristovam.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Ele não vai agora, ele vai ter CDH.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pede para ele vir só na hora de votar. Pergunta para ele.

Eu convido... Consulto se há algum senador presente que ainda não tenha sido chamado para exercer o direito de voto.

Se todas as Sras. e Srs. Senadores votaram, vou encerrar a votação. Está encerrada a votação.

Convido o Senador Papaléo Paes e o Senador Sérgio Zambiasi para procederem à apuração dos votos. E peço a V. Exas. que permaneçam no Plenário da comissão, para que nós possamos, em seguida, iniciar a 29ª Reunião, que é a pauta normal da comissão de hoje, de nossos projetos.

Falou com ele?

[falas sobrepostas]

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Meu voto: sim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, vamos contar, primeiro.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Ah, vai contar os votos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Depois, a gente pode querer mudar o resultado, aí não tem como.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Três. Quatro. Cinco. Seis. Sete. Oito. Nove. Nove senadores?

[falas sobrepostas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Voto a favor, né? Um...

[falas sobrepostas]

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Nove... Perfeito.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Primeiro voto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sim, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, só o resultado. Só o resultado.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Ah, mas não vamos... É um escrutínio. Não, nós vamos ter que revelar os votos aqui.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É melhor. É melhor com emoção.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com emoção.

[falas sobrepostas]

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vocês querem deixar o Senador Roberto Cavalcanti nervoso.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não, porque nós vimos um negócio meio conturbado aqui.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É, tem uma dúvida aqui, no último voto. Nós vamos... Segundo voto: sim. Terceiro voto: sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Temos que identificar aqui. Vou ignorar esse.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É que a caneta... Tinta preta...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, confunde.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Confundi, aqui. Sim.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já pode comemorar vitória.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Vocês estão no quinto voto.

[falas sobrepostas]

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Quinto voto. Já tem maioria. Já pode comemorar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pode comemorar.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sexto voto: sim. Sétimo voto: sim. Oitavo voto: sim.

[risos]

Vamos ver esse último voto aqui, porque...

[falas sobrepostas]

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Nós... Um dos eleitores havia anunciado publicamente que votaria contra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Foi. Mas ele mudou de ideia, por uma orientação de telefone.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): No último segundo, ele mudou de ideia?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sim.

[risos]

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Unanimidade?

[palmas]

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI: Nove votos. Obrigado, [ininteligível].

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Bom, é com prazer que eu anuncio... É com prazer que eu anuncio o resultado da apuração e comunico a eleição, por unanimidade, do Senador Roberto Cavalcanti para assumir a vice-Presidência da CCT. E o convido, nesse instante, para tomar assento à Mesa--

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --para exercer a vice-Presidência da CCT.

Falou com ele?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vai lá... Mas vá, porque, senão, eu não posso fazer a... Senador Roberto Cavalcanti, vou querer a palavra a V. Exa., para que a V. Exa. possa fazer...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Naquela linha, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --uso da mesma. Mas, antes, eu quero fazer... Antes... V. Exa. me permita, e os meus pares, que eu faça, aqui, uma declaração. Que, para mim, é um momento de muita satisfação em tê-lo como vice-Presidente da CCT, pela relação de amizade e

de companheirismo que nos une há décadas. Não... O nosso conhecimento não veio da política, não veio desse mandato que estamos exercendo, V. Exa., honrando o seu estado, a Paraíba, e o seu amigo, o nosso querido Estado do Pará.

Mas nós já nos conhecemos, como eu disse, de há muito tempo, e eu sou testemunha da sua competência, da sua determinação, do seu empenho em discutir todos os assuntos com profundidade. V. Exa. é um dos senadores que tem presença assídua, constante, permanente nas comissões, em todas elas e, em especial, na CCT, como também no Plenário.

E eu fico, então, honrado, honrado em poder dividir com V. Exa. a condução desta comissão de vital importância para o nosso país, porque trata de assuntos que definem o futuro do Brasil, pela ciência e tecnologia, pela inovação, a área de comunicação, que dá conhecimento e garante a democracia em nosso país, um dos baluartes da democracia, e, também, pela proposta, que passa pela informática, da inclusão digital, levando a todos os brasileiros a oportunidade de terem acesso à rede mundial de computadores.

Eu desejo a V. Exa. que Deus o continue abençoando e que possamos juntos trabalhar, à frente da CCT, pelo futuro grandioso do nosso querido Brasil.

Passo a palavra ao nosso vice-Presidente, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB–PB):

Eu, na verdade, agradeço a Deus, que está acima de tudo, agradeço a mim mesmo, que votei em mim.

[risos]

Se eu não votar em mim, já imaginou? E, na verdade, a todos os companheiros, aqui representado emblematicamente por esta figura fantástica, grande companheiro – como foi relatado – de muitos anos, que é o companheiro Flexa, que eu conheci como ‘Flexinha’. A intimidade do mundo empresarial me dava este privilégio de viver com ele há muitos anos, na CNI e em outros eventos, em outros momentos dentro da atividade empresarial.

Na verdade, a todos eu sou grato. Eu sou uma pessoa extremamente aplicada. Talvez eu não tenha tantos neurônios, mas faço a compensação da lei da transpiração. Eu acho que, na vida, quando você transpira muito, você, na verdade, consegue chegar lá.

Eu tenho, assim... Eu tinha muita dúvida a respeito de um determinado voto, aqui, porque é um senador que eu tenho uma competição muito forte com ele, para ver quem chega primeiro aqui, no Senado. E, lamentavelmente, eu, diariamente, sou derrotado. Hoje, aqui, na lista de presença, ele... Eu consegui derrotá-lo numa primeira lista; quando chegou na segunda lista, ele conseguiu me derrotar.

Então, fora esse senador, que eu tinha essa certa dúvida a respeito do seu voto, o restante eu tinha certeza de que, pela cumplicidade, pela amizade e pelo trabalho, aqui, do dia a dia, estariam aí fazendo esta homenagem que eu acho que... Para que os trabalhos da Comissão de Ciência e Tecnologia possam continuar merecendo a admiração de todos, porque, se tem uma comissão, no Senado Federal, que é atuante e competente, é a CCT. E é uma comissão que eu tenho um profundo interesse, um profundo estímulo de estar presente, em função das minhas atividades pessoais, em função de ser um segmento que eu acho que é importantíssimo para o país.

Então, era isso. Na verdade, agradeço demais a todos. Não é fácil conseguir um quórum para eleição. Agradeço por demais a estrutura de apoio da comissão, amanheceram o dia aqui, caçando senador de gabinete em gabinete, no corredor. Então, há o voto chorado, há o voto chorado do meu...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: De um suplente.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB–PB):

De um suplente que foi resgatado, ainda o cabelo não estava... Não deu tempo de ir ao cabeleireiro. Aí telefonaram para ele no meio da votação, pedindo para ele ajeitar o cabelo. Os bastidores já me forneceram essas informações, mas, no mais, acho que vamos trabalhar, porque senão nós perdemos essa grande oportunidade.

Obrigado, de coração, a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB–PA): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PT–RS):

Eu quero registrar a minha admiração por essa figura humana maravilhosa, o Senador Roberto Cavalcanti. Esta empatia, esta afinidade que se afirma no cotidiano, aqui, da Casa. E que se consagra neste momento, com a eleição para vice-Presidente desta que é uma das mais importantes comissões do Senado Federal brasileiro.

Eu fico muito feliz em tê-lo, nestes nossos últimos meses de passagem por esta Casa, como titulares desse mandato, Senador Cavalcanti, ajudando a comandar os trabalhos que nós estamos realizando aqui.

Eu acho que é uma das comissões mais produtivas da Casa, sob o comando do nosso querido Senador Flexa Ribeiro, que também deu uma demonstração de gestor, que eu acho que comandar uma comissão é capacidade de gestão, não é? Mas, além da capacidade de gestão, também é relacionamento. E esta construção que se fez aqui, nessa comissão, ela ultrapassou o simples limite da atividade parlamentar, avançando, inclusive, nas relações pessoais, que se aprimoraram, e

onde os colegas, aqui, independente de suas posições, muitas vezes nem todas as... Nem todas as apreciações, elas acabam como eventualmente a gente quer, eventualmente somos derrotados, eventualmente somos vitoriosos, mas sempre o clima, aqui, foi de harmonia. Harmonia que foi proporcionada pelo período em que o Senador Flexa esteve aqui, com o Senador Lobão Filho como seu vice. Depois, na solidão do poder, sem um vice. E, agora, acompanhado deste novo vice, em que nós estamos desconstruindo conceito sobre a unanimidade. Há momentos em que a unanimidade é inteligente, Senador Roberto Cavalcanti.

Hoje, é um desses casos, onde a unanimidade dos votos foi a favor da sua eleição. Parabéns, meu querido amigo e colega, Roberto Cavalcanti.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Sérgio Zambiasi. Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sr. vice-Presidente, Roberto Cavalcanti, eu gostaria de saudar a eleição do Senador Roberto Cavalcanti, que é um colega leal, é um colega que está sempre participando dos grandes debates desta Casa, figura, digamos, importante nessa Comissão.

Então, portanto, a sua escolha como vice-Presidente é das mais justas, já que ele é um membro ativo desta comissão, assíduo, e é um dos que mais discutem os temas que essa comissão trata. Portanto, é merecida a escolha do Senador Roberto Cavalcanti. E eu o saúdo como um elemento importante desta comissão e também desta Casa, porque tem se destacado com discussões de diversos temas de importância na Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Antonio Carlos Júnior.

E para encerrar essa reunião, eu só quero informar ao Senador Roberto Cavalcanti que eu já desisti da disputa com o Senador Sérgio Zambiasi de ser o primeiro senador ao chegar no Plenário, ao Senado Federal.

Ele começou registrando a presença dele no painel do Plenário às 8h15... Aí eu digo: "Bom, eu vou registrar as 8h05, para ver se eu chego primeiro". Aí, quando eu registrei às 8h05, ele já estava registrando as 7h55. Aí, quando eu registrei às 7h50, ele já estava às 7h45.

Eu tenho a impressão que o Senador Zambiasi, radialista competente, reconhecido que é no Rio Grande do Sul, ele acha que já dorme no gabinete. Ele já dorme no gabinete para poder estar sempre presente. E no começo dos seus trabalhos, lembrar, em Brasília, o seu grande Rio Grande, com um chimarrão, que ele já nos convidou para tomarmos o chimarrão, diariamente, lá, no seu gabinete.

Parabéns, Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PT-RS): Obrigado, Senador Flexa.

Realmente, o chimarrão é uma cultura que convive com o nosso cotidiano do Rio Grande do Sul. E um amanhecer sem o chimarrão dá a que o dia não rende, não produz, não é? E eu tenho, aqui, o Congresso como a casa do povo, como a minha casa. Então, eu fico sempre até o anoitecer aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ficamos juntos.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PT-RS): E procuro chegar muito cedo, para começar o dia no convívio com aqueles que bem cedinho... Ou aqueles que passaram a noite trabalhando, já tenham a nossa presença de solidariedade, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado.

Eu dou por... Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria só de fazer algumas referências. Primeiro, meu querido companheiro Flexa, ele terminou deduzindo quem era o meu competidor no placar de quem primeiro chega no Senado Federal.

Então, Sérgio Zambiasi, na verdade, é imbatível. Está aqui presente. Mas nós dois unidos, Flexa, nós vamos fazer uma alternância, que a gente dorme mais cedo e vamos chegar... Vamos vencê-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos, vamos vencê-lo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Nós dois unidos, a gente consegue vencer Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PT-RS): Chimarrão contra água de coco.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou trazer um açaí, para que a gente possa, junto com o chimarrão, tomarmos um açaí pela manhã.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria também de fazer uma referência à presença do grande Ministro, grande parlamentar, grande cidadão, homem público brasileiro, Eliseu Resende, que me deu a honra de estar aqui presente. Sei dos seus afazeres, neste momento, mas se dirigiu a esta comissão para prestigiar a realização destas eleições. Então, na verdade, muito me honra a presença de V. Exa., porque V. Exa. é um ícone, é um marco na política brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): É um grande prazer estar aqui, Presidente Flexa Ribeiro,

assistindo, aqui, a nossa indicação do Senador Roberto Cavalcanti para vice-Presidente dessa comissão. Secundar Flexa Ribeiro é muito importante. É importante para todos nós.

Eu estou sentindo que é importante para o Senador Roberto Cavalcanti. É uma dupla que vai prestar um grande serviço no setor da tecnologia, da informática, da informação, aqui, nesta comissão, para o desenvolvimento do país. Nós todos ficamos muito felizes, Senador Roberto Cavalcanti, meus parabéns. A sua presença e a sua passagem aqui, pelo Senado, tem fortalecido a convicção de que o senhor é um homem de bem, que pode prestar, como homem público, também, um grande serviço ao país. Meus parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Eliseu Resende. Eu--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero dizer a V. Exa. que todos nós, todos os seus pares o temos um guia para nós, pela sua competência, pelo seu conhecimento, pela forma conciliadora com que V. Exa. trata os assuntos e os seus pares, e as aulas que V. Exa. dá a todos nós, quando usa da palavra, seja na Tribuna, seja como vice-Presidente da Comissão de Infraestrutura.

V. Exa., que teve uma vida dedicada ao Brasil, como Ministro dos Transportes e outros cargos importantes que V. Exa. exerceu na República Brasileira, é, para nós, uma honra tê-lo como membro da Comissão de Ciência e Tecnologia e como companheiro de Senado Federal.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de... Reforçando o que foi dito pelo meu Presidente, Senador Flexa Ribeiro, dizer que, nessa Casa, eu tenho aprendido muito, exatamente em função do convívio com personalidades do mundo brasileiro, e não diria nem só político, do mundo brasileiro como é o caso da convivência com V. Exa.

No tocante ao que foi dito pelo Senador Antonio Carlos Júnior, queria dizer que, na verdade, nós também, nas nossas vidas profissionais, nos encontramos em eventos, Fórum da Gazeta Mercantil e outros, no qual nós tínhamos o privilégio de estarmos juntos. Mas para mim, um dos registros mais importantes da minha vida foi em 2006, quando eu aqui estive, durante quatro meses, e tenho isso gravado em casa, tenho testemunho do seu pai, o Senador Antonio Carlos, que fez um testemunho, da Tribuna, dizendo quem eu era.

E releo... Para todos nós, brasileiros, é uma grande referência. Seu pai foi uma personalidade que qualquer estado do país gostaria de tê-lo como governador. Foi

um governador que exerceu, com extrema competência, a força do poder, do mando como Ministro, como homem público, como senador.

Então, eu faço essa homenagem ao seu pai, para dizer que, em 2006, quando aqui estava, eu tenho, assim, gravado, e guardo em casa, o testemunho dado, na Tribuna do Senado, pelo senador, ex-governador, ex-ministro, um dos meus ídolos, Antonio Carlos Magalhães.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Roberto Cavalcanti--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu gostaria de agradecer essa homenagem que V. Exa. faz ao meu pai e que me sensibiliza bastante, já que, reconhecidamente, ele foi um grande homem público, mas toda vez que ele é lembrado, isso me toca bastante.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Antonio Carlos Júnior, V. Exa. disse: "Toda vez que ele é lembrado...". Ele é presença permanente no coração e nas mentes de todos nós, é como se ele estivesse conosco durante todos os dias e em todos os momentos em que estamos trabalhando e levando o seu exemplo, que ele nos legou, à frente, defendendo o país.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR: Obrigado, Senador Flexa.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Por fim, Senador Flexa, já falei demais, mas não poderia deixar de fazer o meu registro de agradecimento ao meu líder, Senador Renan Calheiros.

Eu sou do PRB, não sou do PMDB, me alojei no PRB exatamente por ser um partido de muita expressão, mas politicamente menos exposto, como são alguns partidos brasileiros, porque a política da Paraíba é uma política muito de dualidade, de blocos.

E, na verdade, eu procurei, exatamente, um partido que tivesse, assim, uma suposta isenção, porque, na vida, você não consegue, você tem que se posicionar. Mas, na verdade, eu devo... Porque a vaga era do PMDB e me foi cedida, como parlamentar do PRB, para estar aqui, ladeando, ao lado do grande companheiro Flexa, neste momento e por esses meses, como vice-Presidente.

Agradeço demais a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 10h25.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislação Eleitoral e Política



Nova Edição, agora acrescentando as Leis nºs 9.504/97, 4.737/65 e 9.096/95, a Lei Complementar nº 64/90, todas imprescindíveis à compreensão do processo eleitoral brasileiro.

Código de Trânsito Brasileiro



Este trabalho apresenta o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, acrescentado da Lei nº 11.705/2008 e do Decreto nº 6.489/2008, normas disciplinadoras da comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



Edição de hoje: 88 páginas

OS: 2010/15136